

**LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICO-SOCIAIS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA – LIESP Deficiência –
NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG.**

FASE II

RELATÓRIO DE PESQUISA

**Uberlândia/MG
Fevereiro-2009**



Centro de Pesquisas Econômico-Sociais

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICO-SOCIAIS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA – LIESP Deficiência –
NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG.

FASE II

RELATÓRIO DE PESQUISA

Uberlândia/MG
Fevereiro-2009

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Elaboração:

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Economia

Centro de Pesquisas Econômico-Sociais – CEPES

www.ie.ufu.br

Organização:

Ester William Ferreira

Revisão de conteúdo:

Henrique Daniel Leite Barros Pereira

Revisão linguística:

Vânia Amâncio Abdulmassih

Instituições Envolvidas

Contratantes:

Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência – COMPOD

Presidente: Edson Luis Lucas de Queiroz

Vice-Presidente: Idari Alves da Silva

Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho 3ª Região – MG

Procuradora: Dra. Carina Rodrigues Bicalho

Tempo Serviços LTDA

Especialista em Recursos Humanos: Álvaro César Acioli Cançado

Realização:

Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Alfredo Júlio Fernandes Neto

Reitor

Instituto de Economia

Prof. Dr. Clésio Lourenço Xavier

Diretor

Centro de Pesquisas Econômico-Sociais

Economista Ester William Ferreira

Coordenadora

Contratada:

Fundação de Apoio Universitário

José Ricardo Bertoldo

Diretor Executivo

Equipe Técnica

Coordenadora:

Ester William Ferreira - Mestre em Desenvolvimento Econômico/IEUFU, Economista e Coordenadora do CEPES/IEUFU.

Subcoordenadora:

Ana Alice B. P. D. Garlipp - Mestre em Desenvolvimento Econômico/IEUFU e Economista do CEPES/IEUFU.
Atuou também como Supervisora de campo e Relatora.

Relatores:

Álvaro Fonseca e Silva Júnior - Economista do CEPES/IEUFU.
Atuou também como Supervisor de campo.

André Luiz Teles Rodrigues - Mestre em Planejamento Regional/UFRN e Economista do CEPES/IEUFU.
Atuou também como Supervisor de campo.

Carlos José Diniz - Economista e Gerente de Pesquisas do CEPES/IEUFU.
Atuou também como Supervisor de campo.

Durval Perin - Economista do CEPES/IEUFU.
Atuou como Supervisor de campo.

José Wagner Vieira - Economista e Gerente de Indicadores Econômico-sociais do CEPES/IEUFU.
Atuou também como Supervisor de campo.

Luiz Bertolucci Júnior - Mestre e Doutorando em Demografia - Cedeplar/UFMG, Economista do CEPES/IEUFU.

Apoio Interno:

Mário José Ferreira – Técnico-administrativo do CEPES/IEUFU.
Atuou como Secretário.

Apoio Externo:

Celeste Maria Marques de Santana – Socióloga. Consultora técnica do COMPOD nesta pesquisa e responsável pela checagem e acompanhamento do trabalho de campo.

Alunos Participantes da Pesquisa

Estagiários e Colaboradores no Relatório:

Camila do Carmo Hermida
Fábio Souza Nunes
Leandro de Lima Quadros Ferreira
Lucimeire de Fátima Cardoso
Suhellen Souza Martins
Vinícius dos Santos Abreu

Pesquisadores de Campo:

Andressa Rezende Boel	Laís Mutubéria Vieira
Aline Siqueira de Almeida	Leandra Ramim
Alinne Grazielle Neves Costa	Leiliane Soares Rodrigues
Anete Medeiros de Lima	Leonardo Rodrigues Costa
Antonina Henrique de Souza	Leordina Ferreira Tristão
Bruno Lázaro Ferreira Tavares	Luciano Alves Ferreira
Camilla Ketellen Silva Gaspar	Márcia Silva de Melo Villas Boas
Carlos Consolmagno Júnior	Mariana Pereira Batista
Danilo Arnez Silveira	Marília Gabriela de Castro Teixeira
Danúbia Soares de Oliveira Santos	Noelle Castilho Caldeira Brant
Élcio Eduardo da Silva	Pâmela Cristina Menguer da Silva
Elissa de Azevedo Pires	Patrícia Ferreira Ribeiro
Fayga Marcielle Madeira de Oliveira	Polliany Aparecida Lopes de Carvalho
Felipe Ribeiro	Rafaela Emily Tadeu de Araújo
Fernanda Ayako Freitas	
Fernanda de Alencaster Pessoa	

Instituições que Apoiaram a Pesquisa

ASSOCIAÇÕES:

AACD: Associação de Apoio à Criança Deficiente

AADL: Associação de Apoio ao Deficiente do Liberdade (Bairro de Uberlândia)

ACAPED: Associação Comunitária de Apoio ao Deficiente

ADEF: Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência de Uberlândia/MG

ADEVIUD: Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia

ADEVITRIM: Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro

AFADA: Associação Filantrópica de Assistência ao Deficiente Auditivo

APAE: Associação Pais e Amigos dos Excepcionais

APARU: Associação dos Paraplégicos de Uberlândia

ASSOSTUDI: Associação dos Ostromizados de Uberlândia

ASUL: Associação de Surdos de Uberlândia

CEEU: Centro Estadual de Educação Especial

CERTO: Centro Evangélico de Reabilitação e Trabalho Orientado

FUNDAÇÃO PRÓ-LUZ

INSTITUTO INTEGRAR

INSTITUTO VIRTUS

NADH: Núcleo de Apoio à Diferença Humana

NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ

SALA BRAILLE INHAZINHA VILELA

CLÍNICA DE SAÚDE MENTAL JESUS DE NAZARÉ

ÓRGÃOS PÚBLICOS:

Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha

Escola Municipal Cecy Cardoso Porfírio

Escola Municipal Gláucia Santos Monteiro

Escola Municipal Ilda Leão Carneiro

Escola Municipal Joel Cupertino

Escola Municipal Leôncio do Carmo Chaves

Escola Municipal Ladário Teixeira

Escola Municipal Luís Rocha e Silva

Escola Municipal Mário Godoy Castanho

Escola Estadual Novo Horizonte

Escola Municipal Odilon Custódio Pereira

Escola Municipal Olga Del Fávero (Caíque Laranjeiras)

Escola Municipal Sérgio de Oliveira

Prefeitura Municipal de Uberlândia - Secretaria de Trânsito e Transporte de Uberlândia (SETTRAN).

Prefeitura Municipal de Uberlândia - Secretaria de Planejamento Urbano/ Sessão de Acessibilidade.

Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria Municipal de Educação/ Divisão de Educação Especial.

Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/Divisão de Atendimento à Pessoa com Deficiência.

Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência.

OUTROS ÓRGÃOS:

Correio de Uberlândia

Rádio Universitária

TV Integração

TV Universitária

TV Vitoriosa

SUMÁRIO

	Página
Instituições Envolvidas	4
Equipe Técnica	5
Alunos Participantes da Pesquisa	6
Instituições que Apoiaram a Pesquisa	7
I. INTRODUÇÃO	10
II. NOTAS METODOLÓGICAS	16
III. RESULTADOS DA PESQUISA	
1 – Informações Gerais sobre os Domicílios e as Pessoas com Deficiência	28
2 – Aspectos Demográficos das Pessoas com Deficiência	41
3 - Escolaridade das Pessoas com Deficiência	66
4 - Informações sobre a Deficiência	89
5 - Situação de Trabalho e Renda da Pessoa com Deficiência	126
6 – Informações sobre as Instituições de Apoio à Pessoa com Deficiência	157
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
ANEXOS	
Anexo Subseção 1	39
Anexo Subseção 2	57
Anexo Subseção 3	86
Anexo Subseção 4	121
Anexo Subseção 5	155
Anexo – Instrumentos da Pesquisa de Campo	169

I – INTRODUÇÃO

A pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG - Fase II” (LIESPDeficiência) foi proposta ao Centro de Pesquisas Econômico-sociais (CEPES), do Instituto de Economia, da Universidade Federal de Uberlândia, pelo Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPOD), pelo Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho 3ª Região–MG, pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Subdelegacia Regional de Uberlândia/MG e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Uberlândia/MG, com o objetivo principal de atualizar a base de informações sobre a população com deficiência (PCD) no município, iniciada em 2004, quando se realizou a FASE I¹.

Naquele momento, apesar da existência de pesquisas censitárias realizadas pelo IBGE, *Censo Demográfico de 2000*, e pelo CEPES, *Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia-2001*, fazia-se necessário construir uma base de informações que pudesse traçar o perfil demográfico e socioeconômico das pessoas com deficiência no município, visando identificar aquelas com potencial de inserção imediata nas vagas disponíveis no mercado de trabalho² e também outras que necessitavam de formação básica e capacitação profissional para futura inserção neste mercado³.

Nesse sentido, por meio do questionário aplicado na pesquisa de campo, foi possível obter diversas informações sobre o entrevistado: origem, estado civil, raça/cor, escolaridade, tipo de deficiência, principais dificuldades de acesso na cidade, situação de trabalho, renda, entre outras.

¹ Em 2004, a pesquisa foi denominada “Levantamento de Informações Econômico-sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia/MG”, e a sigla utilizada para se referir àquela pesquisa é “LIESPPDeficiência”. Os termos “população portadora de deficiência” e “pessoa portadora de deficiência”, naquele momento, eram os mais utilizados. Na pesquisa realizada em 2008, foram utilizados os termos “população com deficiência” e “pessoa com deficiência” por serem estes os termos considerados, atualmente, mais adequados para se referir a esse estrato da população. Por isso, a denominação da pesquisa, nesta Fase II, é “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG, e sua sigla, é LIESPDeficiência, da qual foi retirada uma das letras “P” que se referia à palavra “portadora”.

² Abertas a partir da Lei de Cotas (Lei 8213/91).

³ Considerando os recursos orçados, a FASE I teve como meta a construção de uma base de dados centrada em localizar cinco mil pessoas com deficiência, com idades para o trabalho, mesmo sabendo que a população com deficiência era bem maior – o Censo Demográfico de 2000 estimou que, em Uberlândia, 12,64% da população (501.214 habitantes em 2000) tinham alguma deficiência, o que correspondia a aproximadamente 63 mil pessoas naquele ano.

Após a análise e divulgação dos dados coletados, a pesquisa LIESPPDeficiência-2004 teve desdobramentos importantes tanto no meio acadêmico quanto no município. Por ser uma pesquisa inédita no Brasil no que se refere ao grau de detalhamento das informações obtidas para esse estrato da população em nível municipal, foi objeto de avaliação, discussão e crítica de estudiosos do assunto nos diversos fóruns⁴ em que foi apresentada, cujas conclusões contribuíram direta e indiretamente para a elaboração do Projeto de Pesquisa que deu origem à FASE II.

Além disso, os resultados apresentados, bem como o banco de dados gerado, permitiram ao COMPOD cooperar com a elaboração de políticas públicas e apoiar projetos que repercutiram significativamente na melhoria das condições de acessibilidade e empregabilidade da pessoa com deficiência no município de Uberlândia. São exemplos os cursos de capacitação desenvolvidos pelas instituições de atendimento à pessoa com deficiência e por algumas empresas privadas, bem como ações do governo municipal, tais como a melhoria do transporte coletivo – após 2004, subiu de 25 para 90 o número de ônibus adaptados com elevadores –; reformulação do atendimento do sistema de transporte acessível (porta-a-porta) – de 25 para 50 vans –; construção do corredor estrutural da Avenida João Naves de Ávila com acessibilidade; recadastramento das pessoas com deficiência para concessão de gratuidade no transporte coletivo, realizado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SETTRAN), entre outras.

Com a publicação do Decreto Federal 5296, em dezembro de 2004, houve mudança na definição do que vem a ser pessoa com deficiência, excluindo alguns critérios estabelecidos no Decreto 3298/99 e acrescentando novas categorias. Isso fez com que o banco de dados, gerado na FASE I, passasse a apresentar desconformidades para o cumprimento da Lei 8213/91, intitulada Lei de Cotas, que impõe às empresas, com mais de 100 funcionários, a reserva de um percentual do seu quadro de funcionários a ser preenchido por pessoas com deficiência ou reabilitadas pelo INSS. O não cumprimento dessa lei tem sido justificado pelo fato de não se ter informações cadastrais sobre essa população com disponibilidade e com potencial para ocupar tais vagas.

A realização desta FASE II justifica-se, portanto, para atualização do banco de dados cadastrais já existente, porém não completo, com informações demográficas e socioeconômicas de milhares de pessoas com deficiência, que não foram pesquisadas na

⁴ Encontro Nacional de Estudos Populacionais (da Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP), Seminário sobre a Economia Mineira, realizado tradicionalmente em Diamantina/MG, entre outros. Ver *Referências Bibliográficas*.

FASE I, permitindo que os futuros projetos de capacitação e inserção destas pessoas no mercado de trabalho formal sejam elaborados com informações mais consistentes e com maior detalhamento da população pesquisada.

Destacam-se quatro objetivos prioritários que nortearam os trabalhos de pesquisa:

1. Atualizar a base cadastral das pessoas com deficiência, no município de Uberlândia/MG, iniciada em 2004, pessoas estas filiadas às instituições especializadas, bem como localizar outras pessoas com deficiência por meio de visitas domiciliares;
2. Gerar, a partir das informações atualizadas, uma base de dados que permita identificar a população em idade ativa (PIA) com deficiência;
3. Qualificar o perfil socioeconômico da população com deficiência, suas necessidades de qualificação e capacitação, bem como identificar os entraves para sua absorção no mercado de trabalho formal, e
4. Atualizar o levantamento quantitativo e qualitativo de instituições voltadas ao atendimento da população com deficiência no município de Uberlândia.

Para cumprir esses objetivos, as atividades foram organizadas em três etapas distintas:

Etapas I – Em que foram definidos os critérios gerais, o questionário e os instrumentos adicionais de coleta, além da organização das rotas de pesquisa a partir da base de dados da SETTRAN. Nesta etapa, foi realizado o teste do questionário e dos instrumentos de coleta, que foram reelaborados para serem aplicados na pesquisa de campo;

Etapas II – Em que foram realizadas a pesquisa de campo, a checagem e tabulação das informações coletadas, além da consolidação da base de dados, e

Etapas III – Constituída da elaboração do relatório final e divulgação dos resultados.

A fim de descrever as atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados e os resultados obtidos, este relatório foi organizado em seis seções:

Seção I – Introdução – Apresenta, em linhas gerais, os objetivos e a justificativa da pesquisa;

Seção II – Notas Metodológicas – Destaca os aspectos metodológicos que subsidiaram a elaboração e aplicação do questionário utilizado; a realização da coleta de dados; o período de realização da pesquisa; alguns procedimentos em campo e dificuldades encontradas, além da síntese do total de pessoas entrevistadas frente ao universo pesquisado;

Seção III – Resultados da Pesquisa – Está organizada em seis subseções:
Subseção 1 – Informações Gerais sobre os Domicílios e as Pessoas com Deficiência – apresenta algumas características dos domicílios pesquisados e das pessoas residentes nestes domicílios, com destaque para aquelas com deficiência;

Subseção 2 – Aspectos Demográficos das Pessoas com Deficiência - Detalha alguns aspectos demográficos e outras informações das pessoas com deficiência pesquisadas, tais como estrutura etária; composição do domicílio; município de nascimento e de último movimento migratório, antes de fixarem residência em Uberlândia; estado civil; total de filhos e filhas com deficiência; etnia ou cor, além das instituições que frequentam ou em que estão cadastrados;

Subseção 3 – Escolaridade das Pessoas com Deficiência - Relata as informações sobre a situação escolar dos entrevistados (se estudam ou não), escolaridade, participação ou não em cursos técnicos, profissionalizantes ou outros, bem como as instituições em que participaram destes cursos;

Subseção 4 – Informações sobre a Deficiência – Apresenta os resultados das tabulações e análises quanto ao tipo de alteração ou deficiência do entrevistado; se a deficiência foi adquirida ou não e sua principal causa; necessidade e aquisição de aparelho de reabilitação; tipo de transporte utilizado e para qual finalidade; aquisição do Cartão Passe Livre da SETTRAN; necessidade de ajuda para sair de casa; principais atividades de lazer; principais dificuldades de acesso na cidade, e melhorias realizadas em relação à acessibilidade das pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia;

Subseção 5 – Situação de Trabalho e Renda da Pessoa com Deficiência – Relata os resultados obtidos quanto às condições de ocupação e renda das pessoas com deficiência pesquisadas, permitindo detalhamentos como: se recebem ou não algum tipo de benefício (aposentadoria, auxílio-doença, etc.); se estão trabalhando ou não; há

quanto tempo não trabalham e qual a razão de não estarem trabalhando; se trabalharam antes de adquirir a deficiência, entre outros, e

Subseção 6 – Informações sobre as Instituições de Apoio à Pessoa com Deficiência em Uberlândia/MG – Apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação de um questionário específico para as instituições, com o fim de obter informações quanto ao atendimento prestado às pessoas com deficiência no que se refere ao total de pessoas atendidas; quantidade de vagas na instituição; quais os tipos de deficiências atendidos; se a instituição oferece cursos e quais; se recebe ajuda ou não; quais as necessidades da instituição, entre outras.

Em todas as subseções, os resultados são apresentados de forma a não permitir a identificação dos entrevistados, a fim de garantir a privacidade dos mesmos.

Seção IV – Considerações Finais - Apresentam-se, à guisa de concluir este Relatório de Pesquisa, algumas reflexões em torno dos resultados obtidos;

Seção V – Referências Bibliográficas e

Seção VI – Anexo: Instrumentos da Pesquisa de Campo – Contém os instrumentos de pesquisa utilizados, como os questionários e manual do entrevistador, o que possibilitará aos interessados contarem com informações adicionais sobre a operacionalização e realização dos trabalhos de pesquisa, complementando o que foi relatado em *Notas Metodológicas*.

Na apresentação dos resultados são realizadas, quando possíveis, análises comparativas com as informações obtidas na pesquisa de 2004, cujas tabelas selecionadas são apresentadas no anexo de cada subseção. Nessas análises, deve-se levar em consideração, evidentemente, que a Fase I (2004) e a Fase II (2008) guardam diferenças metodológicas entre si e evidenciam retratos distintos de parcela da população com deficiência em Uberlândia em dois momentos específicos.

Ressalte-se que as diversas tabulações realizadas a partir da *Base de Dados LIESPDeficiência/2008* não esgotam a riqueza de seu conteúdo e as múltiplas possibilidades de tabulações e análises que poderão ser exploradas e obtidas das variáveis consignadas nesta base de informações, a depender da formação e do objeto de estudo de cada pesquisador ou investigador.

Vale destacar ainda que, com a Fase II, há a possibilidade de análises longitudinais das informações de diversas pessoas com deficiência (quase 1000) que também foram entrevistadas na Fase I.

Portanto, acredita-se que esta pesquisa contribuirá para o aprofundamento dos estudos que buscam conhecer o universo da população com deficiência, podendo oferecer subsídios para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que busquem garantir e melhorar as condições de acessibilidade e empregabilidade da pessoa com deficiência no município de Uberlândia, passos fundamentais para sua inclusão social e conquista da cidadania.

II – NOTAS METODOLÓGICAS

A construção da base de informações cadastrais, na pesquisa LIESPDeficiência/2008, realizada nos meses de maio a dezembro, se deu a partir de pesquisa domiciliar, com visitas às residências das pessoas com deficiência, e também por meio de visitas às instituições e escolas que prestam apoio a elas.

Para a localização da população com deficiência, em seu próprio domicílio, a pesquisa teve como referência o Cadastro da SETTRAN⁵, desenvolvido para a concessão de gratuidade no transporte coletivo da cidade, que foi cedido ao CEPES por meio de solicitação do COMPOD.

O uso dessa base cadastral justifica-se por duas razões. Primeiro, porque é a base com dados cadastrais de pessoas com deficiência mais atualizada disponível – esse recadastramento foi construído nos anos 2005 e 2006. E, segundo, porque os cadastros foram realizados atendendo o Decreto nº 5296, em vigor a partir de dezembro de 2004, que trouxe mudanças na definição do que é deficiência.

Além dessa base cadastral, que permitiu a identificação e a localização das pessoas com deficiência que deveriam ser pesquisadas, também se fez uso da base de dados gerada na pesquisa LIESPDeficiência–2004, bem como de informações fornecidas pelas instituições que desenvolvem alguma atividade com essa população, e indicações dos próprios entrevistados quanto à existência de outras pessoas com deficiência que residiam próximas ao seu domicílio.

Como na pesquisa realizada em 2004, em que pese a existência de aproximadamente 63 mil pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia, em 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE, optou-se por fazer uma pesquisa direcionada a

⁵ A partir da implementação do Decreto nº 9888 de 17 de maio de 2005, que regulamenta o procedimento para concessão do passe livre às pessoas com deficiência no Sistema Integrado de Transportes (SIT) no município de Uberlândia/MG, a Prefeitura Municipal deu início a um amplo recadastramento das pessoas com deficiência para a concessão do benefício do passe livre nos transportes coletivos municipais àquelas matriculadas em escolas ou clínicas especializadas ou associadas a entidades representativas, podendo o benefício se estender também a um acompanhante da pessoa com deficiência, se necessário, de acordo com o Artigo 193 da Lei Orgânica Municipal. Para maiores informações a respeito do processo de recadastramento realizado pela SETTRAN a partir de 2005, consultar o Diário Oficial do Município (Anexo XVII nº 2188, de 19 de maio de 2005).

cerca de 10% desta população, considerando que os recursos disponíveis para esta segunda fase visavam localizar 5000 pessoas com deficiência.

Uma das diferenças significativas entre a Fase I e esta Fase II diz respeito ao ponto de partida de ambas. Na Fase I (2004), as referências utilizadas para localizar as pessoas com deficiência foram: o cadastro fornecido pelas Associações/Instituições que, naquele momento, desenvolviam atividades e prestavam apoio e orientação a essa população; o cadastro de gratuidade e do serviço “porta-a-porta” das pessoas com deficiência, fornecido pela SETTRAN; a base de dados da pesquisa “Condições Sócio-econômicas das Famílias de Uberlândia/MG” (2001); as informações fornecidas pelas escolas municipais vinculadas ao Ensino Especial e também o cadastro de ligações telefônicas recebidas por uma linha fixa diretamente ligada à pesquisa.

Na Fase II, como já foi dito, utilizou-se o Cadastro da SETTRAN, construído para a concessão de gratuidade no transporte coletivo da cidade, juntamente com o cadastro do sistema “porta-a-porta”, também cedido pela SETTRAN. A partir da junção desses cadastros e ajustes nos mesmos, foi feito um filtro por idade na população cadastrada, estabelecendo como corte etário a faixa “13 a 64 anos”, entendida, aqui, como faixa de idade que favorece a absorção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal. É importante lembrar que, na pesquisa realizada em 2004, a faixa de idade estabelecida foi “13 a 60 anos”, diferença que foi considerada quando realizadas as análises comparativas entre os resultados obtidos na Fase I e na Fase II.

Do total de 6961 pessoas cadastradas, restaram 5737 após o corte etário, das quais constavam também aquelas cujas datas de nascimento apresentavam erros, já que, por terem a possibilidade de suas idades estarem entre 13 e 64 anos, foram listadas junto com as demais. Foram retiradas da base cadastral aquelas que residiam na zona rural, em distritos ou em outras cidades, visto que a população pesquisada é aquela que reside no meio urbano da cidade de Uberlândia.

A partir de então, organizaram-se as informações por bairros citados, o que possibilitou a definição de cinco setores geográficos para a pesquisa, como pode ser visto no Quadro 1.

É importante esclarecer que a distribuição espacial dos bairros em setores foi realizada na fase de preparação das rotas de endereços a serem visitados pelos pesquisadores de campo. Após o término da pesquisa de campo, tabulação e análise dos dados, a distribuição foi reelaborada levando-se em conta outros bairros que apareceram

nas respostas dos entrevistados. Essa nova distribuição dos bairros em setores é apresentada na Subseção 1 deste relatório.

Dessa forma, o total de pessoas com deficiência a serem pesquisadas, após o corte etário, era de 5737, as quais se encontravam distribuídas nos setores de sua residência: Oeste (1839 pessoas cadastradas); Leste (1440); Sul (1075); Norte (830) e Centro (553).

Quadro 1

Distribuição espacial dos bairros em setores no município de Uberlândia/MG, 2008.

Setor Oeste	Setor Sul	Setor Norte	Setor Leste	Setor Centro
Aruanan	Aurora	Bom Jesus	Aclimação	Aparecida
Canaã	Buritis	Cruzeiro do Sul	Alvorada	Brasil
Chácaras Panorama	CAMARU	Esperança	Ana Angélica	Cazeca
Chácaras Tubalina e Quartel	Campo Alegre	Industrial	Carajás	Centro
Chácaras Uirapuru	Chácaras Ibiporã	Jardim América	Custódio Pereira	Daniel Fonseca
Cidade Jardim	Copacabana	Jardim Brasília	Dom Almir	Erlan
D. Zulmira	Gávea Hill	Liberdade	Ipanema	Fundinho
Guarani	Gávea Sul	Maravilha	Jardim Califórnia	Higino Guerra
Jaraguá	Granada	Maria Rezende	Joana d'Arc	Lídice
Jardim Célia	Gravatás	Marta Helena	Marielza	Maracaná
Jardim Europa	Jardim Botânico	Minas Gerais	Morumbi	Martins
Jardim Holanda	Jardim Ozanan	N. Sra. Graças	Prosperidade	Oswaldo Rezende
Jardim Roma	Karaíba	Oliveira	Quintas do Bosque	Tabajaras
Jardim Palmeiras	Lagoinha	Pacaembu	Santa Mônica	
Jardim Patrícia	Laranjeiras	Res. Gramado	São Francisco	
Luizote de Freitas	Leão XIII	Roosevelt	Segismundo Pereira	
Mansour	Morada da Colina	Santa Rosa	Sucupira	
Morada Nova	Paineiras	São José	Tibery	
Panorama	Pampulha	Satélite	Umuarama	
Planalto	Patrimônio	Vila Maria		
Santo Antônio	Residencial Viviane			
São Lucas	Santa Luzia			
Taiamam	São Gabriel			
Talismã	São Jorge			
Tocantins	Saraiva			
Tubalina	Seringueiras			
	Shopping Park			
	Vigilato Pereira			

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.
Elaboração própria a partir do cadastro da SETTRAN.

A partir dessa base cadastral reelaborada foram construídos os roteiros de visitas constando o nome, o endereço e a idade das pessoas com deficiência, que foram entrevistadas em suas residências. Em alguns momentos da pesquisa de campo foram

feitas visitas em escolas e associações que as mesmas frequentavam. Tanto nas residências quanto nesses locais, foi preenchido um *Questionário Simplificado*, constando informações do domicílio da pessoa com deficiência que tinha idade inferior a 13 ou superior a 64 anos, e um *Questionário Completo* para as pessoas com deficiência cujas idades estavam compreendidas entre 13 e 64 anos.

O questionário foi dividido em seis seções, do qual constam: 1) Controle da Pesquisa; 2) Informações do Domicílio; 3) Identificação, Origem, Estado Civil, Etnia/ Cor e Instituição da Pessoa com Deficiência; 4) Escolaridade da Pessoa com Deficiência; 5) Informações sobre a Deficiência e 6) Situação de Trabalho e Renda da Pessoa com Deficiência, como pode ser visto no Anexo - Instrumentos da Pesquisa de Campo.

Embora o questionário desta pesquisa se diferencie, em vários quesitos, do questionário aplicado na pesquisa realizada em 2004, novamente a ênfase foi dada às informações curriculares do entrevistado como forma de identificar as pessoas com potencial de inserção imediata nas vagas disponíveis no mercado de trabalho e outras que necessitam de formação básica, qualificação e capacitação profissional para futura inserção neste mercado.

No preenchimento do questionário, o entrevistado (ou informante) preferencial foi a pessoa com deficiência, mas ocorreram casos em que esta tinha dificuldade de comunicação (por exemplo, algumas com deficiência auditiva) ou dificuldade para responder os quesitos (por exemplo, pessoas com deficiência mental). Nesses casos, um membro de seu grupo domiciliar foi quem forneceu as informações necessárias ao preenchimento do questionário.

Além da população cadastrada, a pesquisa também contemplou outras pessoas com deficiência que, no momento da pesquisa de campo, foram localizadas nos endereços pesquisados ou mesmo em outros indicados pelo próprio entrevistado que informava conhecer alguma pessoa com deficiência próxima à sua residência.

Os endereços selecionados, a partir do cadastro, foram percorridos pela equipe de campo, seguindo um trajeto preestabelecido pela equipe interna de trabalho. O Supervisor orientou o trabalho da equipe com auxílio do mapa da área urbana do município. Entre as atribuições do Supervisor, destacou-se aquela de controlar e verificar a qualidade do preenchimento dos questionários em campo. Além deste controle, contou-se com um trabalho de checagem de questionários por meio de amostra aleatória em alguns domicílios, a fim de verificar o trabalho dos entrevistadores.

A equipe técnica de pesquisa foi composta por economistas do CEPES/IEUFU, um membro do COMPOD, seis estagiários e trinta pesquisadores de campo recrutados entre a população acadêmica da UFU.

Na Etapa I, os estagiários realizaram a aplicação de questionário pré-teste nos dias 21 a 25 de julho de 2008, quando foram feitas 100 entrevistas no Setor Leste. A partir das observações registradas no teste de cada quesito, foram realizadas as alterações necessárias para a elaboração final do questionário para a pesquisa de campo, que foi aplicado pelos pesquisadores (Etapa II) no período de 27 de agosto a 18 de novembro de 2008, depois de intenso processo de treinamento⁶.

Durante os trabalhos de campo, nesta Fase II, foram visitadas 6281 pessoas com deficiência, das quais 3581(57,01%) responderam o *Questionário Completo*, 370 (5,89%) responderam o *Questionário Simplificado* e apenas 2 (0,031%) responderam parcialmente o questionário (Quadro 2).

Como foi dito anteriormente, entende-se por *Questionário Completo* o preenchimento de todos os itens do questionário, o que possibilitou traçar o perfil das pessoas com deficiência que se enquadravam nas faixas de idade de 13 a 64 anos. Por *Questionário Simplificado* entende-se o preenchimento apenas das Seções 1 e 2 do questionário, o que permite obter informações gerais e de identificação das pessoas com deficiência nos endereços visitados, independente do corte etário.

Quadro 2

Número de pessoas com deficiência segundo situação na pesquisa de campo Fase II - 2008

Situação	Total
PCD no cadastro SETTRAN com idades entre 13 e 64 anos e idades não identificadas	5737
1 - Visitadas no cadastro	5531
2 - Não visitadas no cadastro	206
3 - Visitadas fora do cadastro	750
TOTAL - PCD visitadas na FASE II (1+3)	6281
Responderam o Questionário Completo	3581
Responderam o Questionário Simplificado	370
Responderam o Questionário parcialmente	2
Mudaram de Endereço	787
Não Encontrados/ Endereço Errado	372
Ausentes/ Retornos sem Sucesso	986
Recusa	113
Faleceram	62
Outro	8

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

⁶ Maiores detalhamentos sobre as explicações de cada quesito, bem como procedimentos de campo podem ser consultados no “Manual do Entrevistador”, que se encontra no “Anexo – Instrumentos da Pesquisa de Campo”.

Do total de 5737 pessoas com deficiência presentes no cadastro inicial da pesquisa após o filtro por idade, 5531 (96,41%) foram visitadas, enquanto apenas 206 (3,72%) não o foram. Isto aconteceu principalmente por residirem em endereços distantes e de difícil acesso, alguns dos quais poderiam expor o entrevistador a situações de perigo. Por outro lado, foram visitadas 750 pessoas com deficiência que não constavam no cadastro, como resultado de indicações fornecidas pelos próprios entrevistados e por instituições que desenvolvem atividades ou apoiam a população com deficiência.

De 5531 pessoas com deficiência selecionadas do cadastro e visitadas, 787 (14,23%) haviam mudado de endereço. Sobre estas pessoas, o pesquisador de campo, no momento da visita, procurou obter informações do endereço atual, mas não logrou sucesso. Ressalte-se que, nesse total, não estão incluídos aqueles que foram visitados em seu novo endereço, localizados por meio de informações obtidas junto à própria vizinhança de sua antiga residência.

Ao longo do trabalho de campo, 372 (6,73% de 5531) pessoas com deficiência não foram encontradas no endereço constante no cadastro, seja porque este endereço foi informado errado, seja por outros motivos sobre os quais não foi possível obter informação, nem mesmo com a vizinhança do endereço visitado.

No total de 6281 visitas realizadas, 986 (15,70%) pessoas com deficiência estavam ausentes e, mesmo realizados vários retornos pelos entrevistadores, não foi possível obter as informações necessárias para o preenchimento do questionário.

Além disso, foram encontradas 113 (1,80%) pessoas com deficiência que se recusaram a responder o questionário, alegando diversos motivos.

Do total de pessoas com deficiência selecionadas do cadastro e visitadas, constatou-se que 62 (1,12%) já haviam falecido.

Por fim, cabe ressaltar que, embora os recursos disponibilizados tivessem como objetivo localizar 5000 pessoas com deficiência, os dados constantes no Quadro 2 mostram que, no total de 5737 selecionadas do cadastro da SETTRAN, foram visitadas 5531 pessoas com deficiência, e ainda 750 que não se encontravam listadas nesse cadastro, totalizando 6281 pessoas visitadas, aproximadamente 25% a mais do que o estipulado inicialmente.

Os resultados obtidos nessa pesquisa, relativos àqueles alcançados em 2004, mostram que, proporcionalmente, mais pessoas com deficiência responderam o questionário completo – 3581 em 6281 pessoas visitadas, portanto, 57%, *vis-à-vis* 3574

em 7006, 51,01%, respectivamente, ainda que o número de visitas realizadas (7006) naquele momento tenha sido superior. Além disso, também foi mais elevada a participação relativa das pessoas com deficiência que responderam o questionário simplificado em 2008 (5,89%), relativamente a 2004 (3,67%), nos respectivos totais de visitas realizadas em cada ano (ver Quadros 2 e 3).

Quadro 3

Número de pessoas com deficiência segundo situação na pesquisa de campo FASE I - 2004

Situação	Total
PCD no cadastro com idades entre 13 e 60 anos	9918
1 - Visitadas na FASE I	7006
Responderam o Questionário Completo	3574
Responderam o Questionário Simplificado	257
Responderam o Questionário parcialmente	0
Mudaram de Endereço	917
Não Encontrados/ Endereço Errado	1122
Ausentes/ Retornos sem Sucesso	970
Recusa	86
Faleceram	80
2 - Não visitadas na FASE I	2912

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Isso posto, cabe lembrar que, na Fase I, os recursos destinados ao financiamento da pesquisa permitiram visitar 7006 pessoas com deficiência, o que representou apenas 11,06% da população com deficiência (63349), segundo Censo Demográfico de 2000. Nesta Fase II, quando foi possível visitar 6281 pessoas com deficiência, alcançou-se a participação relativa de 9,76% do universo de pessoas que declararam, no último censo, possuir alguma incapacidade.

Esses resultados, à luz do enorme contingente de pessoas que têm alguma deficiência, evidenciam a necessidade de realização periódica de pesquisas que permitam ampliar o cadastro que ora será disponibilizado ao COMPOD, com informações detalhadas e que incluam, na lista das pessoas a serem pesquisadas, os jovens nas primeiras idades (adolescentes) e as crianças, futura população que pressionará a sociedade por emprego e assistência especializada, seja em termos de educação, capacitação, saúde, transporte e outros recursos que garantam a acessibilidade e a inclusão social da pessoa com deficiência.

Além disso, a análise das informações disponibilizadas pelo IBGE, por meio dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, e as que serão obtidas no censo de 2010, em

muito podem contribuir para dar maior precisão ao estudo do universo das pessoas com deficiência em Uberlândia, permitindo responder perguntas como: quantas são, quem são, em que setores trabalham, se estudam, se recebem benefícios sociais, entre outros.

Por outro lado, pesquisas complementares podem ser realizadas junto a empresas que empregam pessoas com deficiência, com o objetivo de identificar as principais barreiras que dificultam a maior empregabilidade dessa população no processo produtivo. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer o perfil do profissional que as empresas buscam; que qualificação exigem; quais os setores/segmentos que podem absorver essa mão-de-obra e, por fim, quais as principais limitações enfrentadas pela PCD no âmbito da empresa.

A relevância da continuidade de estudos como esse se fez perceber quando da divulgação, discussão e uso dos resultados obtidos na Fase I, e agora, com as informações advindas da Fase II, acredita-se que, tanto os órgãos públicos, instituições especializadas e empresas quanto importantes agentes promotores do desenvolvimento local, terão dados que lhes possibilitarão melhor conhecimento de parcela da população com deficiência residente no município de Uberlândia, permitindo-lhes decidir com maior precisão quanto às políticas necessárias à garantia de cidadania para esta importante parcela da população.

II. 1 – Alguns conceitos utilizados

No que se refere às informações sobre deficiência, foram utilizadas as seguintes definições fundamentadas no Decreto 5296/2004, de dezembro de 2004:

Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Tipos de alteração ou deficiência:

Deficiência Auditiva: perda das possibilidades auditivas sonoras, podendo ser bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz.

Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Os demais conceitos, utilizados na análise das variáveis sobre escolaridade, trabalho e renda da pessoa com deficiência, serão abordados nas Subseções correspondentes, podendo ser consultados para maiores detalhes no “Manual do Entrevistador”, constante no Anexo – Instrumentos da Pesquisa de Campo.

II. 2 – Siglas

Quanto a algumas siglas utilizadas no questionário e neste relatório, segue o significado delas:

COMPOD: Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência.

LIESPPDeficiência: refere-se à primeira fase da pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia/MG”, realizada em 2004.

LIESPDeficiência: refere-se à segunda fase da pesquisa, realizada em 2008, e que passou a ser denominada “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG”.

PCD: Pessoa com Deficiência.

SETTRAN: Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.

Instituições de apoio à pessoa com deficiência:

AACD: Associação de Apoio à Criança Deficiente

AADL: Associação de Apoio ao Deficiente do Liberdade (Bairro de Uberlândia/MG)

ACAPED: Associação Comunitária de Apoio ao Deficiente

ADEF: Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência de Uberlândia/MG

ADEVIUD: Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia

ADEVITRIM: Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro

AFADA: Associação Filantrópica de Assistência ao Deficiente Auditivo

APAE: Associação Pais e Amigos dos Excepcionais

APARU: Associação dos Paraplégicos de Uberlândia

ASSOSTUDI: Associação dos Ostromizados de Uberlândia

ASUL: Associação de Surdos de Uberlândia

CEEU: Centro Estadual de Educação Especial

CERTO: Centro Evangélico de Reabilitação e Trabalho Orientado

NADH: Núcleo de Apoio à Diferença Humana

Outras Instituições:

CAPS: Centro de Apoio Psicossocial, órgão da Rede Municipal de Saúde ligado ao SUS.

LAR: Lar de Amparo e Promoção Humana.

CEAI: Centro de Estudo e Aprendizagem Integral, da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas.

SESI: Serviço Social da Indústria.

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAT: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

III - RESULTADOS DA PESQUISA

1 - Informações Gerais sobre os Domicílios e as Pessoas com Deficiência

Álvaro Fonseca e Silva Júnior

Nesta Subseção apresentar-se-ão informações que tratam de algumas características dos domicílios pesquisados e de seus moradores, com destaque para aquelas com deficiência, foco da presente pesquisa.

Serão apresentados os resultados obtidos a partir do total de questionários realizados, ou seja, tanto aqueles respondidos na sua totalidade (Questionário Completo), como aqueles que, como explicado anteriormente, foram respondidos apenas até o final da Seção 2 do instrumento de coleta (Questionário Simplificado). Assim sendo, os números de PCD e de domicílios diferem daqueles verificados nas subseções subsequentes. O número total de questionários foi de 3950.

Como foi afirmado na Introdução deste relatório, as informações tocantes à identificação pessoal e endereço foram omitidas por motivos de privacidade dos entrevistados. Apenas a informação “bairro” foi sistematizada por setores geográficos para a visualização da distribuição espacial da pesquisa.

A questão “Deficiência Declarada” desta subseção foi feita sem estimulação e registrada exatamente como respondida pelo entrevistado. Por isso mesmo algumas respostas não identificam claramente qual a deficiência da pessoa pesquisada. A Subseção 4, que traz informações detalhadas sobre a deficiência, esclarece melhor este ponto.

As deficiências declaradas foram separadas em seis grupos: Auditiva (que abrange também problemas de fala); Física; Mental; Visual; Múltipla e Não identificada.

Na distribuição simples por sexo houve totais muito próximos, com 50,41% de homens e 49,59% de mulheres. As *Deficiências Físicas* foram as de maior ocorrência, com 38,63%, seguidas das *Mentais*, com 33,16%. As pessoas que declararam *Deficiência Visual* foram 12,03%, seguidas das que declararam deficiência *Auditiva/Fala*, com 9,80%, e *Múltipla*, com 2,84%. Pelos motivos explicados anteriormente, 3,60% das respostas não permitiram identificar qual a deficiência do entrevistado. Tanto entre os homens quanto

entre as mulheres as maiores participações relativas foram das pessoas com *Deficiência Física e Mental*, como se vê abaixo:

Tabela 1.1

Pessoas com deficiência segundo deficiência declarada, por sexo, 2008.

Deficiência Declarada	Sexo				Total	
	Homens		Mulheres		Número	%
	Número	%	Número	%		
Auditiva	167	4,23	220	5,57	387	9,80
Física	804	20,35	722	18,28	1526	38,63
Mental	672	17,01	638	16,15	1310	33,16
Visual	208	5,27	267	6,76	475	12,03
Múltipla	57	1,44	55	1,39	112	2,84
Não Ident.	83	2,10	57	1,44	140	3,54
Total	1991	50,41	1959	49,59	3950	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A distribuição por faixa etária (grupos decenais) permite uma visão mais detalhada da distribuição das deficiências declaradas.

As pessoas com *Deficiência Física* têm sua concentração nas faixas de idade que cobrem o intervalo de 30 a 69 anos. Já aquelas com *Deficiência Mental* começam a apresentar maior concentração a partir de 10 anos até 59: 91,68% do total, enquanto as pessoas com *Deficiência Visual* encontram-se principalmente nas faixas de idade de 40 a 69 anos. As pessoas com *Deficiência Auditiva e Múltipla* têm uma distribuição mais uniforme dentre as faixas etárias (Tabela 1.2).

Também na Fase I (LIESPPDeficiência-2004) a maior parte das PCD pesquisadas⁷ declararam possuir *Deficiência Física* (44,15%), em sua maioria, com idades acima de 30 anos e homens. Somente nas idades de 50 a 59 anos e de 70 anos e mais havia maior participação relativa de mulheres com *Deficiência Física* que os homens pesquisados. Em segundo lugar, as pessoas com *Deficiência Mental* representaram 22,48% do total pesquisado, em sua maioria homens, com idades entre 10 e 30 anos. As pessoas com *Deficiência Visual* totalizaram 496 (13% do total), enquanto aquelas com *Deficiência Auditiva* representaram 11%, 412 pessoas com dificuldades na fala e audição. Em torno de 10 não identificaram claramente o tipo de deficiência que possuíam ou a pessoa

⁷ Compreende as PCD que responderam o Questionário Completo (3574) e aquelas que responderam o Questionário Simplificado (257), na Fase I dessa pesquisa, realizada em 2004.

responsável pelas informações da PCD também não soube identificar o tipo de deficiência (Tabela 1.1A, no anexo desta Subseção, página 39).

Tabela 1.2

Pessoas com deficiência segundo idade (grupo decenal), por sexo e deficiência declarada, 2008.

Idade (grupo decenal)	Sexo	Total		Deficiência Declarada											
				Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Não identif.	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 9 anos	Fem.	31	0,78	0	0,00	10	0,25	18	0,46	1	0,03	1	0,03	1	0,03
	Masc.	54	1,37	5	0,13	10	0,25	30	0,76	3	0,08	6	0,15	0	0,00
10 a 19	Fem.	246	6,23	27	0,68	47	1,19	146	3,70	18	0,46	4	0,10	4	0,10
	Masc.	297	7,52	27	0,68	45	1,14	190	4,81	19	0,48	7	0,18	9	0,23
20 a 29	Fem.	223	5,65	34	0,86	52	1,32	106	2,68	23	0,58	4	0,10	4	0,10
	Masc.	262	6,63	21	0,53	72	1,82	136	3,44	21	0,53	8	0,20	4	0,10
30 a 39	Fem.	316	8,00	42	1,06	117	2,96	105	2,66	36	0,91	6	0,15	10	0,25
	Masc.	358	9,06	30	0,76	168	4,25	120	3,04	27	0,68	7	0,18	6	0,15
40 a 49	Fem.	408	10,33	39	0,99	156	3,95	135	3,42	59	1,49	10	0,25	9	0,23
	Masc.	375	9,49	29	0,73	191	4,84	97	2,46	41	1,04	9	0,23	8	0,20
50 a 59	Fem.	451	11,42	52	1,32	202	5,11	96	2,43	74	1,87	18	0,46	10	0,25
	Masc.	361	9,14	30	0,76	174	4,41	70	1,77	50	1,27	10	0,25	27	0,68
60 a 69	Fem.	208	5,27	19	0,48	99	2,51	24	0,61	48	1,22	7	0,18	11	0,28
	Masc.	223	5,65	22	0,56	110	2,78	25	0,63	41	1,04	6	0,15	19	0,48
70 anos e mais	Fem.	75	1,90	7	0,18	39	0,99	8	0,20	8	0,20	5	0,13	8	0,20
	Masc.	61	1,54	3	0,08	34	0,86	4	0,10	6	0,15	4	0,10	10	0,25
Total		3950	100,00	387	9,80	1526	38,63	1310	33,16	475	12,03	112	2,84	140	3,54

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A Tabela 1.3, a seguir, traz outro recorte que abrange as PCD no intervalo de idade que vai de 13 a 64 anos. A decisão de adotá-lo foi devido ao fato de que ele permite visualizar a população que, no limite superior, tem maior possibilidade de deixar o mercado de trabalho (acima de 60 até 64 anos) e, no limite inferior, aquela que vai adentrá-lo mais à frente (13 a 14 anos) e aquelas já capacitadas para participar dele que são as PCD de 14 a 16 anos (na categoria de menor aprendiz) e as de 17 a 60 anos. Nessas tabelas não foram computadas as deficiências declaradas que não puderam ser identificadas.

Das 3950 entrevistas realizadas, 3502, ou seja, 88,66%, foram respondidas por pessoas que declararam sua deficiência. Na divisão por sexo a tendência de proximidade dos números totais observados na Tabela 1.1 se repete, porém existe uma inversão. Se nos números totais o sexo masculino é maioria, quando se aplica o recorte por idade temos mais mulheres, (1757 ou 50,17%) do que homens (1745 ou 49,83%).

Quanto às deficiências declaradas, 39,78% desse total (1393 pessoas) se declararam com *Deficiência Física*. A seguir, vêm aquelas com *Deficiência Mental* (34,47% ou 1207 pessoas). As que se declararam com *Deficiência Visual* foram 12,74% ou 446 pessoas; *Auditiva/Fala*, 10,39% ou 364 pessoas e, finalmente, *Deficiência Múltipla*, 2,63% ou 92 pessoas. Esses resultados mostram que o recorte por idade praticamente não afeta a tendência geral.

Tabela 1.3

Pessoas com deficiência entre 13 e 64 anos, por sexo, idade e tipo de deficiência declarada, 2008.

Faixas	Totais		Deficiência Declarada									
			Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
13 anos	31	0,89	2	0,06	6	0,17	21	0,60	2	0,06	0	0,00
F 14 a 16 anos	90	2,57	8	0,23	15	0,43	59	1,68	6	0,17	2	0,06
E 17 a 60 anos	1513	43,20	187	5,34	571	16,30	501	14,31	211	6,03	43	1,23
M 61 a 64 anos	123	3,51	9	0,26	61	1,74	15	0,43	34	0,97	4	0,11
Total Fem	1757	50,17	206	5,88	653	18,65	596	17,02	253	7,22	49	1,40
13 anos	44	1,26	2	0,06	4	0,11	36	1,03	2	0,06	0	0,00
M 14 a 16 anos	127	3,63	14	0,40	21	0,60	82	2,34	8	0,23	2	0,06
A 17 a 60 anos	1434	40,95	126	3,60	640	18,28	479	13,68	151	4,31	38	1,09
S 61 a 64 anos	140	4,00	16	0,46	75	2,14	14	0,40	32	0,91	3	0,09
C Total Masc	1745	49,83	158	4,51	740	21,13	611	17,45	193	5,51	43	1,23
Total Geral	3502	100,00	364	10,39	1393	39,78	1207	34,47	446	12,74	92	2,63

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Tem-se observações interessantes quando se aborda a situação de domicílio e por tipo de construção das residências das PCD. Um ponto que chama a atenção é que, do total de 3421 domicílios pesquisados, aqueles declarados como próprios somaram 2268 ou 66,30% do total. Se se considera que aqueles financiados irão se tornar próprios, mais tarde teremos mais 235 ou 6,87%. Assim, os domicílios próprios e em vias de se tornar próprios somarão 2503, o que dá 73,17% do total.

Outro ponto que chamou a atenção foram os domicílios declarados como cedidos, que superaram os alugados (em maior número na Pesquisa LIESPDeficiência-2004, como pode ser visto na Tabela 1.2A, Anexo, página 39), embora a diferença seja mínima.

As PCD que moram em domicílios de alvenaria são em número de 3870 ou 97,97% do total de 3950. Aquelas que moram em domicílios de outro tipo de construção (madeira, lona, etc) somam 80 ou 2,03% do total. O número médio de PCD por domicílio ficou em 1,15 pessoas, praticamente o mesmo registrado na Fase I da pesquisa, que foi de 1,14 (Tabela 1.4).

Tabela 1.4**Pessoas com deficiência segundo situação da residência por tipo de construção, 2008.**

Situação da Residência	PCD em domicílio de alvenaria		PCD em domicílio de outro tipo de construção		Total de pessoas		Total de domicílios		Nº de PCD por domicílio
	Número	%(*)	Número	%(*)	Número	%	Número	%	
Própria	2585	65,44	51	1,29	2636	66,73	2268	66,30	1,16
Financiada	260	6,58	7	0,18	267	6,76	235	6,87	1,14
Alugada	511	12,94	10	0,25	521	13,19	477	13,94	1,09
Cedida	514	13,01	12	0,30	526	13,32	441	12,89	1,19
Total	3870	97,97	80	2,03	3950	100,00	3421	100,00	1,15

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

(*) Em relação ao total de 3950 pessoas pesquisadas.

Das 3950 pessoas pesquisadas, o maior número delas (2706 ou 68,51%) mora em domicílios que contam com 5 a 8 cômodos; 1085 ou 27,47% moram em domicílios com até 4 cômodos e outras 159 (4,03%) moram em domicílios com mais de 8 cômodos. O número de PCD por cômodo ficou em 0,27, exatamente o mesmo da Pesquisa LIESPDeficiência 2004 (Tabelas 1.5 e 1.3A, Anexo, página 40).

Tabela 1.5**Pessoas com deficiência segundo situação da residência, por número de cômodos do domicílio onde moram, 2008.**

Situação da Residência	PCD em domicílio com até quatro cômodos		PCD em domicílio com cinco a oito cômodos		PCD em domicílio com mais de oito cômodos		Total de PCD		Nº de PCD por domicílio
	Número	%(*)	Número	%(*)	Número	%(*)	Número	%	
Própria	575	14,56	1936	49,01	126	3,19	2637	66,76	0,18
Financiada	61	1,54	198	5,01	8	0,20	267	6,76	0,19
Alugada	210	5,32	300	7,59	10	0,25	520	13,16	0,21
Cedida	239	6,05	272	6,89	15	0,38	526	13,32	0,21
Total	1085	27,47	2706	68,51	159	4,03	3950	100,00	0,27

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

(*) Em relação ao total de 3950 pessoas pesquisadas.

A Tabela 1.6 compara os dados do número de pessoas residentes nos domicílios onde residem as PCD. O total de PCD aqui é ligeiramente superior ao de entrevistas realizadas. Isto se deve ao fato de que algumas pessoas se recusaram a responder o questionário ou não se encontravam no domicílio no momento da visita e dos retornos agendados ou ainda tinham dificuldade de comunicação que inviabilizou a entrevista.

Um total de 220 PCD residem sozinhas no domicílio. Isto alcança 5,57% do total de PCD. Este percentual difere daquele verificado na Pesquisa LIESPDeficiência 2004, quando o resultado encontrado foi de 4% (Tabela 1.4A, Anexo, página 40).

Do total de 14757 pessoas residentes nesses domicílios, 10021 ou 67,91% residem em domicílios próprios; as que residem domicílios cedidos são 12,75%; 12,30% moram em imóveis alugados e outros 7,05% têm sua moradia financiada. Quanto às PCD, 66,39% residem em moradias próprias; 13,85% em moradias cedidas; 12,95% em imóveis alugados e 6,81% têm os seus imóveis financiados.

Tabela 1.6

Número total de pessoas residentes em domicílios onde moram pessoas com deficiência, 2008.

Situação da Residência	Sexo	Pessoas Residentes		PCD Residentes		Relação PCD Residentes / Total de Pessoas Residentes
		Número	%	Número	%	
Própria	Fem.	5050	34,22	1299	30,92	25,72
	Masc.	4971	33,69	1490	35,47	29,97
	Total	10021	67,91	2789	66,39	27,83
Financiada	Fem.	520	3,52	132	3,14	25,38
	Masc.	520	3,52	154	3,67	29,62
	Total	1040	7,05	286	6,81	27,50
Alugada	Fem.	939	6,36	268	6,38	28,54
	Masc.	876	5,94	276	6,57	31,51
	Total	1815	12,30	544	12,95	29,97
Cedida	Fem.	1024	6,94	272	6,47	26,56
	Masc.	857	5,81	310	7,38	36,17
	Total	1881	12,75	582	13,85	30,94
Total	Fem.	7533	51,05	1971	46,92	26,16
	Masc.	7224	48,95	2230	53,08	30,87
	Total	14757	100,00	4201	100,00	28,47

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Os bairros com residências pesquisadas foram divididos nos setores Norte, Sul, Leste e Oeste mais o grupamento Central, por ser este o meio que mais facilita a visualização da distribuição espacial de pesquisa. Além desses setores existiram duas entrevistas realizadas fora do perímetro urbano que foram reunidas num pequeno setor chamado *Zona Rural*. Como foi explicado em *Notas Metodológicas* foram retirados do cadastro da SETTRAN os endereços localizados no Setor Rural. Contudo, duas pessoas entrevistadas afirmaram residir nesse setor.

As regiões de maior densidade demográfica (Oeste e Leste) apresentaram também o maior número de PCD (34,15% e 28,08%, respectivamente). Na sequência, temos

regiões Sul (19,34%); Norte (12,00%) e Centro (6,38%). Finalizaram-se as duas entrevistas na Área Rural com 0,05% (Tabela 1.7).

O Gráfico 1.2, o Quadro 1.1 e a Figura 1.1, a seguir, permitem visualizar melhor a distribuição espacial da pesquisa.

Tabela 1.7

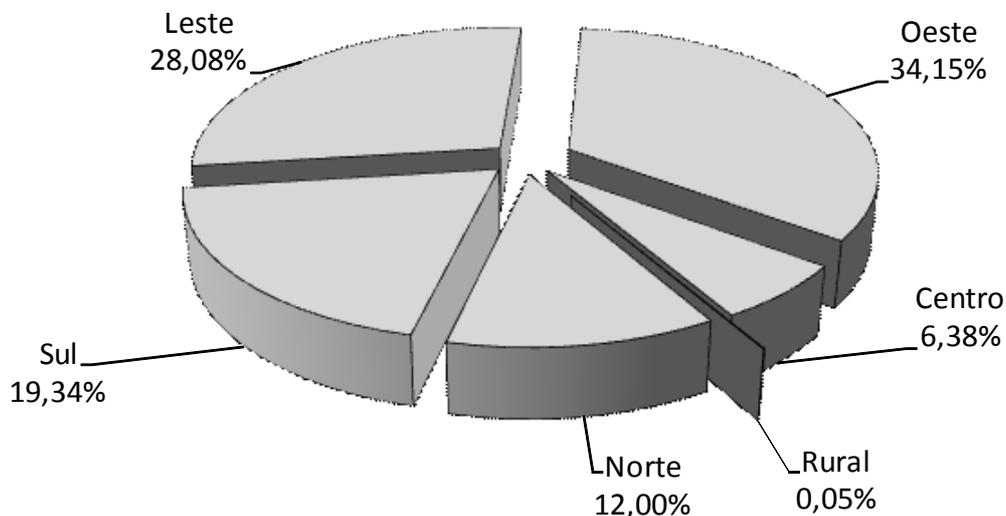
Pessoas com deficiência segundo o setor de residência por tipo de deficiência declarada, 2008.

Setores	Total		Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Não Identificada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	474	12,00	42	1,06	162	4,10	184	4,66	59	1,49	11	0,28	16	0,41
Sul	764	19,34	85	2,15	262	6,63	260	6,58	99	2,51	26	0,66	32	0,81
Leste	1109	28,08	94	2,38	408	10,33	412	10,43	123	3,11	30	0,76	42	1,06
Oeste	1349	34,15	140	3,54	577	14,61	385	9,75	166	4,20	40	1,01	41	1,04
Centro	252	6,38	26	0,66	117	2,96	69	1,75	26	0,66	5	0,13	9	0,23
Rural	2	0,05	-	-	-	-	-	-	2	0,05	-	-	-	-
Total	3950	100,00	387	9,80	1526	38,63	1310	33,16	475	12,03	112	2,84	140	3,54

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Gráfico 1.2

Distribuição das pessoas com deficiência por setores, 2008



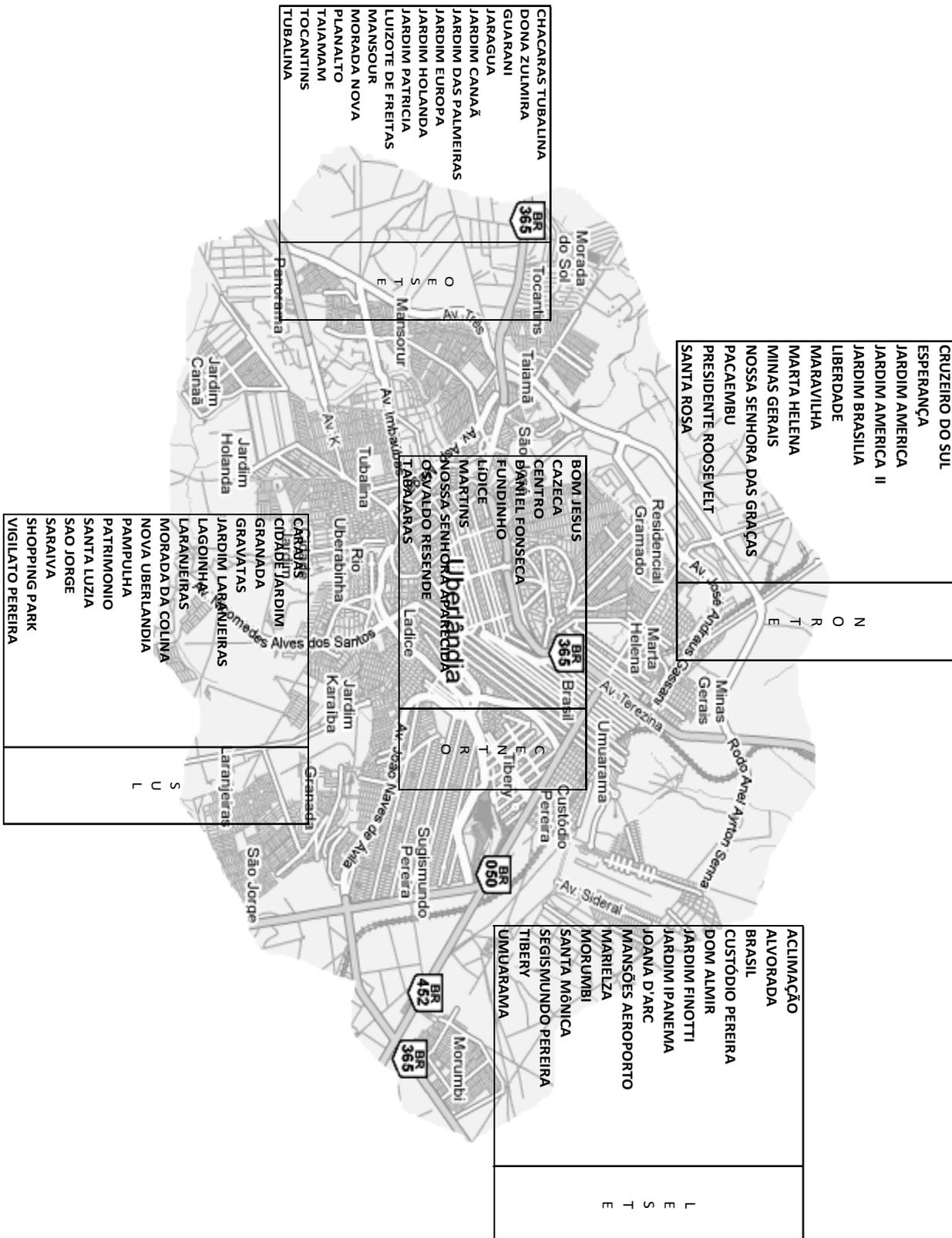
Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Quadro 1.1
Setores e Bairros da Pesquisa LIESP Deficiência-2008.

CRUZEIRO DO SUL ESPERANÇA JARDIM AMÉRICA JARDIM AMÉRICA II JARDIM BRASÍLIA LIBERDADE MARAVILHA MARTA HELENA MINAS GERAIS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS PACAEMBU PRESIDENTE ROOSEVELT SANTA ROSA	N O R T E	CARAJÁS CIDADE JARDIM GRANADA GRAVATÁS JARDIM LARANJEIRAS LAGOINHA LARANJEIRAS MORADA DA COLINA NOVA UBERLÂNDIA PAMPULHA PATRIMÔNIO SANTA LUZIA SÃO JORGE	S U L
Total de entrevistas	474	SARAIVA SHOPPING PARK VIGILATO PEREIRA	
ACLIAMAÇÃO ALVORADA BRASIL CUSTÓDIO PEREIRA DOM ALMIR JARDIM FINOTTI JARDIM IPANEMA JOANA d'ARC MANSÕES AEROPORTO MARIELZA MORUMBI SANTA MÔNICA SEGISMUNDO PEREIRA TIBERY UMUARAMA	L E S T E	Total de entrevistas	754
Total de entrevistas	1109	CHÁCARAS TUBALINA DONA ZULMIRA GUARANI JARAGUÁ JARDIM CANAÃ JARDIM DAS PALMEIRAS JARDIM EUROPA JARDIM HOLANDA JARDIM PATRÍCIA LUIZOTE DE FREITAS MANSOUR MORADA NOVA PLANALTO TAIAMAM TOCANTINS TUBALINA	O E S T E
BOM JESUS CAZECA CENTRO DANIEL FONSECA FUNDINHO LÍDICE MARTINS NOSSA SENHORA APARECIDA OSVALDO RESENDE TABAJARAS	C E N T R O	Total de entrevistas	1349
Total de entrevistas	252	SETOR DE CHÁCARAS ZONA RURAL	RURAL
		Total de entrevistas	2

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Figura 1.1 – Distribuição espacial dos setores e bairros da Pesquisa LIESPDeficiência-2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Apenas pequena parcela dos domicílios pesquisados apresenta adaptações especiais às necessidades das PCD. Sejam eles próprios, alugados, cedidos ou financiados, menos de 10% contam com adaptações. Notou-se uma ligeira melhora da situação comparativamente à verificada na Pesquisa LIESPPDeficiência-2004, quando 4,47% dos domicílios totais apresentavam alguma adaptação. Na presente pesquisa, a participação no total subiu para 6,17% (Tabela 1.8).

Tabela 1.8

Situação da residência das pessoas com deficiência segundo a existência de adaptações, 2008.

Situação da Residência	Domicílios com Adaptações		Domicílios Totais		Domicílios com Adaptações em Relação ao Total
	Número	%	Número	%	
Própria	144	68,25	2268	66,30	6,35
Financiada	18	8,53	235	6,87	7,66
Alugada	28	13,27	477	13,94	5,87
Cedida	21	9,95	441	12,89	4,76
Total	211	100,00	3421	100,00	6,17

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

De maneira geral, foi boa a participação das PCD em responder o questionário, já que em 70,20% dos questionários o responsável pelas informações foi a própria PCD. As pessoas com *Deficiência Visual* foram as que mais responderam os questionários por conta própria (89,24%). Seguem as pessoas com *Deficiência Física* (83,29%); *Múltipla* (64,29%); *Auditiva* (58,14%) e *Mental* (52,21%), como pode ser verificado na Tabela 1.9.

Tabela 1.9

Pessoas com deficiência segundo o responsável pelas informações por tipo de deficiência declarada, 2008.

Responsável pelas informações	Total		Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Não Identificada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A Própria PCD	2773	70,20	225	58,14	1271	83,29	684	52,21	423	89,24	72	64,29	98	69,50
Acompanhante	147	3,72	29	7,49	41	2,69	60	4,58	8	1,69	3	2,68	6	4,26
Parente Próximo	992	25,11	126	32,56	200	13,11	553	42,21	43	9,07	35	31,25	35	24,82
Outro	38	0,96	7	1,81	14	0,92	13	0,99	0	0,00	2	1,79	2	1,42
Total	3950	100,00	387	100,00	1526	100,00	1310	100,00	474	100,00	112	100,00	141	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

As respostas da Tabela 1.10 ratificam a afirmação da boa aceitação da pesquisa pela maioria das PCD, uma vez que, dos motivos apontados como razão para a própria PCD não responder o questionário, 74,64% apontam a dificuldade em se comunicar. As pessoas com *Deficiência Física* (recusa em responder de 11,16%) e *Visual* (recusa em responder de 9,62%) foram as que mais apresentaram resistência em responder o questionário.

Tabela 1.10

Pessoas com deficiência segundo o motivo pelo qual a própria PCD não respondeu o questionário, por deficiência declarada, 2008.

Motivo pelo qual a própria pessoa com deficiência não respondeu o questionário	Total		Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Não Identificada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não quis responder	52	4,73	1	0,64	27	11,16	15	2,50	5	9,62	0	0,00	4	40,00
Dificuldade de se comunicar	821	74,64	136	86,62	119	49,17	509	84,97	21	40,38	34	85,00	2	20,00
Outros	227	20,64	20	12,74	96	39,67	75	12,52	26	50,00	6	15,00	4	40,00
Total	1100	100,00	157	100,00	242	100,00	599	100,00	52	100,00	40	100,00	10	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

De maneira geral, a Pesquisa LIESPDeficiência-2008 apresentou resultados bastante próximos (alguns até idênticos) aos verificados na Fase I, realizada em 2004.

Apesar do fato do cadastro atual diferir do anterior pela própria movimentação das pessoas e também algumas apurações de dados (tabelas) terem sofrido alterações, nota-se uma uniformidade ou uma evolução pequena ao se comparar os dados. Em nenhum dos quesitos aqui avaliados notou-se uma diferença que se destacasse a ponto de merecer uma análise mais profunda. Na maioria dos quesitos as tendências apontadas anteriormente também se confirmaram: basta olhar os dados percentuais que ratificam essa afirmação.

Nas Subseções seguintes, onde algumas das questões aqui contempladas são mais detalhadas, poder-se-á ter uma melhor mostra da evolução, da melhoria ou não das condições gerais das PCD.

ANEXO – SUBSEÇÃO 1

Tabela 1.1A

Pessoas com deficiência¹ segundo idade (por grupo decenal), sexo e tipos de deficiência declarada, 2004.

Idade (grupo decenal)	Sexo	Total geral		Tipos de deficiência declarada											
		Número	%	Auditiva		Física		Mental		Visual		Não identificada			
				Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 9 anos	Feminino	20	0,5	5	0,13	3	0,08	7	0,18	1	0,03	4	0,10		
	Masculino	20	0,5	3	0,08	4	0,10	7	0,18	-	-	6	0,16		
10 a 19 anos	Feminino	252	6,6	45	1,17	52	1,35	120	3,14	22	0,57	13	0,34		
	Masculino	350	9,1	49	1,27	62	1,61	170	4,44	34	0,88	36	0,94		
20 a 29 anos	Feminino	308	8,0	45	1,17	117	3,07	93	2,42	32	0,83	21	0,55		
	Masculino	371	9,7	43	1,12	144	3,77	136	3,56	27	0,70	21	0,55		
30 a 39 anos	Feminino	334	8,7	26	0,68	175	4,57	47	1,22	51	1,33	35	0,91		
	Masculino	405	10,6	48	1,25	205	5,35	76	1,98	40	1,04	37	0,96		
40 a 49 anos	Feminino	412	10,8	39	1,01	205	5,35	64	1,66	63	1,64	42	1,09		
	Masculino	384	10,0	27	0,70	226	5,90	59	1,53	46	1,20	27	0,70		
50 a 59 anos	Feminino	382	10,0	24	0,62	210	5,48	36	0,94	71	1,85	42	1,09		
	Masculino	356	9,3	36	0,94	175	4,57	25	0,65	66	1,72	55	1,43		
60 a 69 anos	Feminino	70	1,8	3	0,08	40	1,04	7	0,18	10	0,26	10	0,26		
	Masculino	105	2,7	12	0,31	46	1,20	9	0,23	20	0,52	18	0,47		
70 anos e mais	Feminino	39	1,0	7	0,18	17	0,44	3	0,08	9	0,23	3	0,08		
	Masculino	23	0,6	2	0,05	10	0,26	3	0,08	6	0,16	2	0,05		
Total	-	3831	100,00	412	10,76	1691	44,15	861	22,48	496	12,94	370	9,67		

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

¹Observação: Inclui todas as pessoas com deficiência residentes nos domicílios pesquisados.

Tabela 1.2A

Pessoas com deficiência segundo a situação do domicílio e o tipo de construção, 2004.

Situação da residência	PCD em domicílio de alvenaria		PCD em domicílio de outro tipo de construção		Total de PCD		Total de domicílios		Número de PCD por domicílio
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Alugada	488	12,73	-	-	488	12,73	436	12,99	1,12
Cedida	401	10,47	13	0,34	414	10,81	357	10,63	1,16
Financiada	332	8,67	5	0,13	337	8,80	300	8,94	1,12
Própria	2551	66,59	41	1,07	2592	67,66	2264	67,44	1,14
Total	3772	98,46	59	1,54	3831	100,00	3357	100,00	1,14

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 1.3A**Pessoas com deficiência segundo a situação do domicílio e o número de cômodos no domicílio em que residem, 2004.**

Situação da residência	PCD em domicílios com até quatro cômodos		PCD em domicílios com cinco a oito cômodos		PCD em domicílios com mais de oito cômodos		Total de PCD		Número médio de PCD por cômodo
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Alugada	168	4,38	305	7,96	21	0,54	494	12,89	0,27
Cedida	193	5,03	206	5,37	17	0,44	415	10,84	0,31
Financiada	74	1,92	250	6,54	13	0,34	337	8,79	0,24
Própria	597	15,59	1818	47,44	170	4,44	2585	67,47	0,25
Total	1032	26,93	2579	67,32	221	5,76	3831	100,00	0,27

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 1.4A**Número total de pessoas residentes e de pessoas com deficiência nos domicílios pesquisados, 2004.**

Situação da residência	Sexo	Pessoas residentes e pessoas com deficiência				
		Pessoas residentes		PCDs residentes		Relação PCDs/Total pessoas (%)
		Número	%	Número	%	
Alugada	Feminino	784	6,24	248	6,36	31,63
	Masculino	751	5,98	243	6,24	32,36
	Total	1535	12,21	491	12,60	31,99
Cedida	Feminino	610	4,85	196	5,03	32,13
	Masculino	598	4,76	231	5,93	38,63
	Total	1208	9,61	427	10,96	35,35
Financiada	Feminino	588	4,68	167	4,29	28,40
	Masculino	553	4,40	173	4,44	31,28
	Total	1141	9,08	340	8,72	29,80
Própria	Feminino	4415	35,13	1231	31,59	27,88
	Masculino	4270	33,97	1408	36,13	32,97
	Total	8685	69,10	2639	67,72	30,39
Total		12569	100,00	3897	100,00	31,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

2 - Aspectos Demográficos das Pessoas com Deficiência

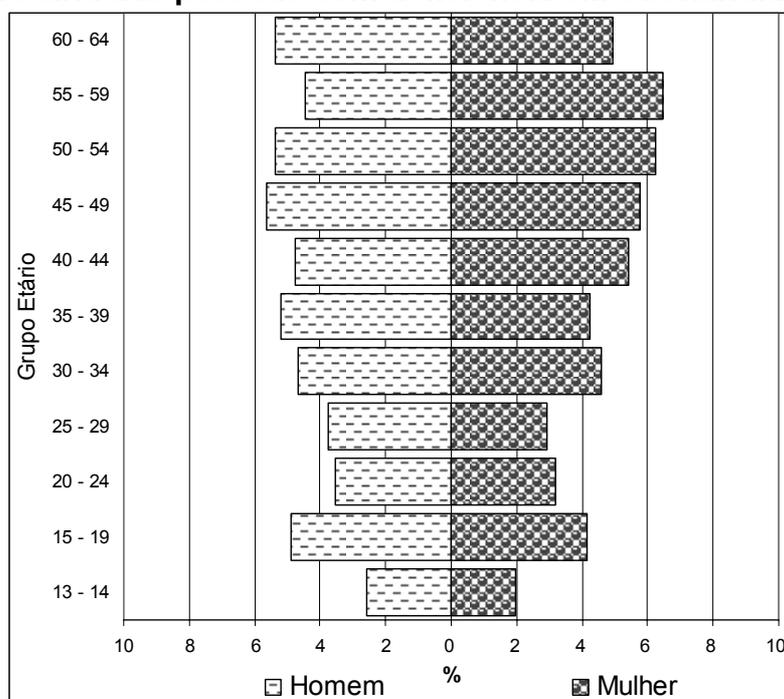
Luiz Bertolucci Júnior

Nesta Subseção apresentam-se alguns aspectos demográficos e outras informações das pessoas com deficiência (PCD), residentes em Uberlândia/MG, tais como: estrutura etária; composição do domicílio; município de nascimento e de último movimento migratório, antes de fixarem residência nesta cidade; estado civil; total de filhos e filhas com deficiência; etnia ou cor, além das instituições que frequentam ou estão cadastrados.

Considerando que foram entrevistadas somente pessoas com idades entre 13 e 64 anos, a estrutura etária das PCD se apresenta com maior participação de grupos etários nas idades adultas, principalmente naquelas a meio caminho na idade produtiva, considerada entre 15 e 65 anos. Nota-se pela Figura 2.1 que, tanto para os homens quanto para as mulheres, os grupos etários com idades acima de 30 anos são os mais representativos.

Figura 2.1

Estrutura etária das pessoas com deficiência em Uberlândia/MG, 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

No entanto, é relevante o contingente de PCD no grupo etário 15 a 19 anos, com maior participação relativa de homens. Enquanto nos grupos etários mais jovens observa-se maior percentual de homens, nas idades acima de 40 as mulheres estão relativamente mais presentes, o que pode ser justificado pela conhecida sobrevivência feminina nas idades mais avançadas, apontada em diversos estudos sobre a população em geral.

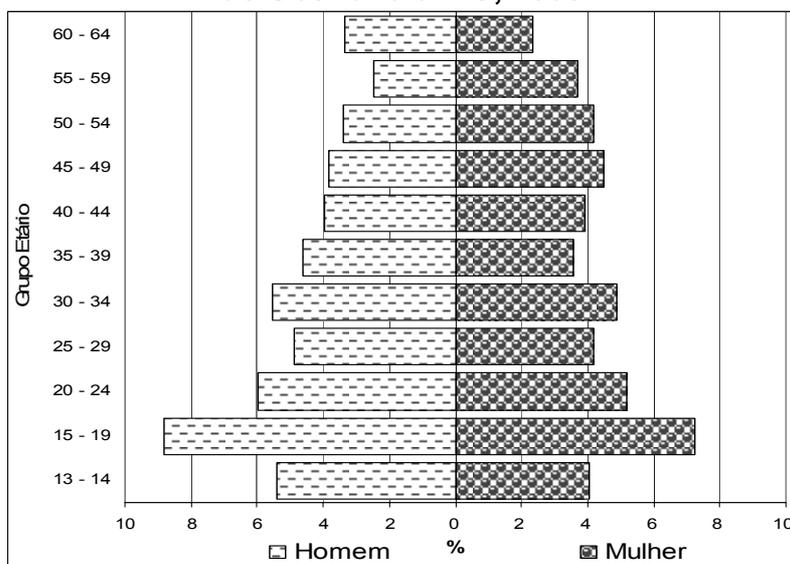
Mesmo considerando que o levantamento de 2008 baseou-se em cadastro amostral diferenciado em relação à pesquisa com PCD, realizada em 2004, nota-se em ambas as estruturas etárias (Figura 2.1 e 2.1A, esta última em Anexo, 57) que existe certa concentração de pessoas nas idades entre 15 e 45 anos, indicando que são pessoas, pelo menos quanto à idade, posicionadas em idades propícias à inserção no mercado de trabalho.

Ademais, se as informações demográficas de idade e sexo forem desagregadas por naturalidade, nota-se que as PCD, nascidas em Uberlândia/MG, são relativamente mais jovens que aquelas nascidas em outros municípios.

A Figura 2.2 apresenta a estrutura etária das PCD naturais de Uberlândia/MG, entrevistadas em 2008, e pode-se observar a maior participação relativa de homens, principalmente nas idades mais jovens, abaixo de 24 anos. Destaca-se o grupo etário 15 a 19 anos, com os maiores percentuais para ambos os sexos, uma estrutura etária jovem que não destoia daquela registrada em 2004 (Figura 2.2A, em Anexo, página 57).

Figura 2.2

Estrutura etária das pessoas com deficiência, naturais de Uberlândia/MG, 2008.

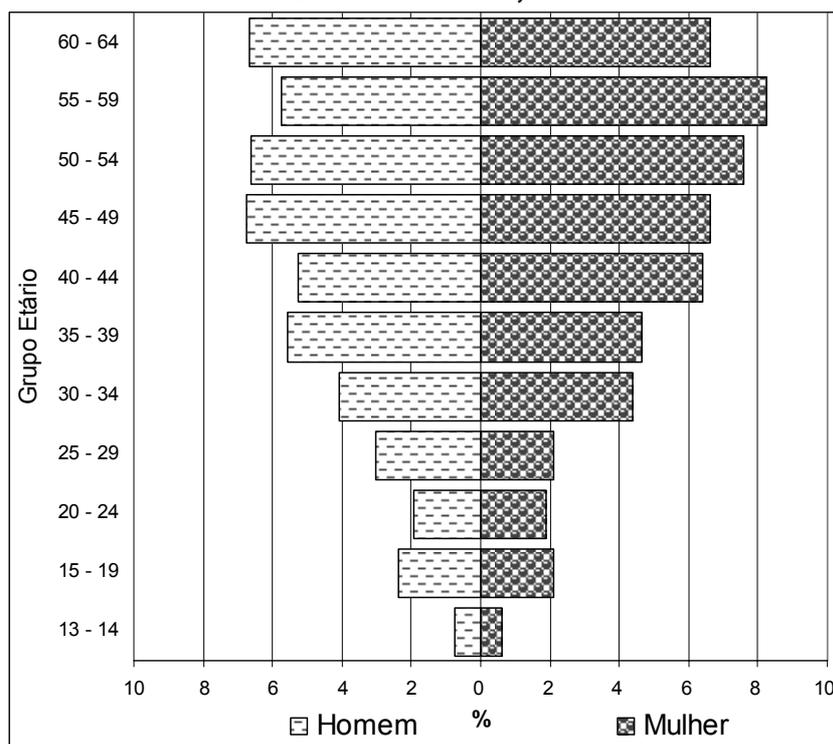


Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Com formato inverso, a pirâmide etária das PCD não naturais (Figura 2.3), nascidas em outros municípios brasileiros e que para Uberlândia migraram em algum momento do tempo e sobreviveram até a realização desta pesquisa, mostra uma estrutura etária não jovem, com maior participação relativa de PCD em idades adultas e acima de 50 anos, principalmente de mulheres. Este perfil etário dos migrantes acumulados (não naturais) com deficiência coincide com aquele encontrado em 2004 (Figura 2.3A, Anexo, página 58), confirmando a associação entre idade e o momento da migração: os maiores fluxos de imigrantes com deficiência, vindos de outras localidades, ocorreram em décadas mais recuadas, nas de 70 e 80, períodos em que Uberlândia recebeu maior fluxo de migrantes vindo de outros municípios brasileiros, em idades mais jovens (Tabela 2.4).

Figura 2.3

Estrutura etária das pessoas com deficiência, não naturais, de Uberlândia/MG, 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

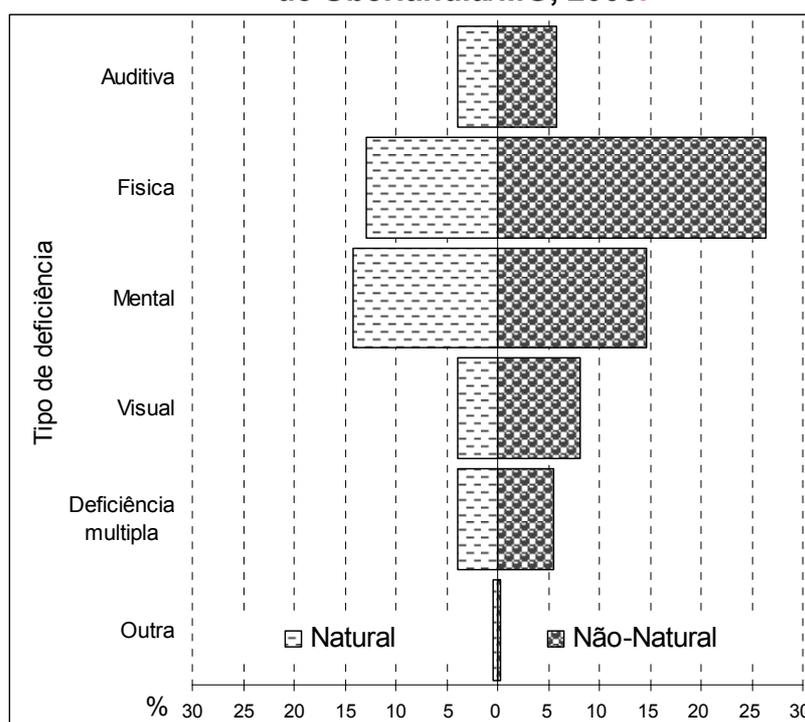
Vale considerar que Uberlândia, pela sua infraestrutura urbana com ampla rede de serviços de saúde, reabilitação, integração, educação e qualificação de pessoas com deficiência, bem como de apoio a idosos e pessoas com alguma incapacidade, certamente representa um polo de atração migratória para pessoas com idades mais

avançadas, que para aqui se deslocam e fixam residência em busca do suporte necessário ao enfrentamento da deficiência ou da incapacidade.

Destaca-se, portanto, que se levando em conta a estrutura etária das pessoas com deficiência, principalmente daquelas nascidas em Uberlândia/MG, é expressiva a participação em idades ativas e jovens, o que requer pensar em ações que possibilitem a inserção destas pessoas no mercado de trabalho formal.

Mesmo quando se leva em conta o tipo de deficiência, conforme grafado na Figura 2.4, observa-se que o maior contingente de PCD citou possuir *Deficiência Física*, principalmente os não naturais, indicando que, para a inserção destas pessoas no mundo do trabalho, ações específicas de adequação dos ambientes produtivos e treinamentos focalizados para as PCD devem ser consideradas.

Figura 2.4
Pessoas por tipo de deficiência e condição de naturalidade de Uberlândia/MG, 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Em segundo lugar, com menor participação relativa à *Deficiência Física*, enumeraram-se as pessoas com *Deficiência Mental*, sendo que para os naturais este é o tipo de deficiência com maior incidência. Em 2008, encontrou-se maior participação relativa de PCD Mental entrevistadas que o observado em 2004 (Figura 2.4A, Anexo,

página 58), independente da naturalidade, o que poderá ser resultante da base de dados amostral utilizada em 2008, diferente daquela utilizada em 2004⁸.

As pessoas com *Deficiência Visual* ou *Auditiva* também representam importantes percentuais dos entrevistados, superiores ao percentual de pessoas com *Deficiência Múltipla*.

Quanto à posição das PCD na composição domiciliar, tomando-se a relação das mesmas com o responsável pelo domicílio, a Tabela 2.1 destaca que o maior percentual dos entrevistados, aproximadamente 38%, é de responsável pelo domicílio, superando o percentual de filhos (ou enteados), de 35,8%. Na pesquisa anterior, o percentual de filhos excedia em quase 4% a participação de PCD responsável pelo domicílio (Tabela 2.1A Anexo, página 59). Esses resultados confirmam a importância das PCD na estrutura domiciliar, uma vez que a maior parte delas é composta por responsáveis pelos domicílios, pelas famílias, e certamente, contribuem de maneira efetiva para o sustento de seus dependentes.

Tabela 2.1

Relação das pessoas com deficiência com o responsável pelo domicílio, segundo a condição de naturalidade de Uberlândia/MG, 2008.

Relação com a pessoa responsável	Nasceu em outro município		Nasceu em Uberlândia/MG		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Responsável pelo domicílio	985	27,51	371	10,36	1356	37,87
Cônjuge, companheiro (a)	365	10,19	124	3,46	489	13,66
Filho(a), enteado (a)	541	15,11	741	20,69	1282	35,80
Pai, mãe, sogro (a)	57	1,59	28	0,78	85	2,37
Neto(a), bisneto(a)	16	0,45	50	1,40	66	1,84
Irmão (ã)	130	3,63	47	1,31	177	4,94
Outro Parente	68	1,90	41	1,14	109	3,04
Agregado	6	0,17	3	0,08	9	0,25
Pensionista	3	0,08	1	0,03	4	0,11
Empregado Doméstico	2	0,06	2	0,06	4	0,11
Parente do Empregado	-	-	-	-	-	-
Individual (domicílio coletivo)	-	-	-	-	-	-
Total	2173	60,68	1408	39,32	3581	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Dos 2173 entrevistados, nascidos em outros municípios brasileiros, com composição etária mais envelhecida (conforme Figura 2.3), 28% são responsáveis pelo domicílio, seguidos por 15,1% de filhos ou enteados, e 10,1% de cônjuges ou companheiros(as). As demais posições no domicílio contam com percentuais menos expressivos.

⁸ Ver *Notas Metodológicas*.

Quanto aos 1408 naturais, observa-se uma distribuição diferenciada, se considerada a posição no domicílio. A maior parte, 21,7%, são filhos, enquanto que 10,3% são responsáveis pelo domicílio. Contando com estrutura etária mais jovem (Figura 2.2) justifica-se o pequeno percentual de cônjuges ou companheiros (3,4%), bem como a pouca participação de PCD nas demais posições no domicílio.

As Tabelas 2.1 e 2.1A (Anexo, página 59) denotam a expressiva participação de migrantes na composição da população com deficiência uberlandense entrevistada: 61% são de não naturais, em 2008, enquanto que em 2004 eram 63%. Estes percentuais são significativamente superiores à participação de não naturais na população total: o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, mostrou que aproximadamente 53% da população total residente em Uberlândia, com deficiência ou não, era composta por nascidos em outras localidades.

A Tabela 2.2 destaca os principais municípios de nascimento das pessoas com deficiência residentes em Uberlândia. O padrão de origem dos imigrantes não mudou em relação a 2004 (Tabela 2.2A, Anexo, página 60). A maior parte das PCD é de nascidas em outros municípios mineiros (37%), principalmente naqueles localizados na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Ituiutaba, Araguari, Tupaciguara, Patos de Minas, Uberaba e outros). O Estado de Goiás contribuiu com 10% dos imigrantes, com maior percentual daqueles nascidos em Itumbiara, município goiano localizado na divisa com Minas Gerais, e que conta com forte ligação econômica e social com Uberlândia.

Ainda nota-se menor participação de imigrantes nascidos nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal, totalizando aproximadamente 13% dos não naturais se somados aos demais estados brasileiros.

Tais resultados denotam que Uberlândia, pelo menos quanto a pessoas com deficiência, exerce relevante influência migratória em municípios próximos. No entanto, a presença de pessoas vindas de regiões mais distantes sugere a existência de redes migratórias facilitadoras da migração, principalmente no caso de PCD, que possivelmente contam com maiores dificuldades para o deslocamento para longas distâncias.

Tabela 2.2

Local de nascimento das pessoas com deficiência, por municípios com maior participação no total, segundo a relação com o responsável pelo domicílio, 2008.

Local de Nascimento	Total			Relação com o responsável pelo domicílio							
				Responsável pelo domicílio		Cônjuge, companheiro (a)		Filho(a), enteado (a)		Outros residentes no domicílio	
	Número	%	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L
Salvador	4	0,11	100	-	-	-	-	2	50,00	2	50,00
Jequié	4	0,11	100	1	25,00	1	25,00	-	-	2	50,00
Vitória da Conquista	3	0,08	100	2	66,67	1	33,33	-	-	-	-
Outros municípios	37	1,03	100	13	35,14	4	10,81	12	32,43	8	21,62
Bahia	48	1,34	100	16	33,33	6	12,50	14	29,17	12	25,00
Brasília	14	0,39	100	3	21,43	1	7,14	7	50,00	3	21,43
Distrito Federal	14	0,39	100	3	21,43	1	7,14	7	50,00	3	21,43
Itumbiara	66	1,84	100	36	54,55	10	15,15	15	22,73	5	7,58
Quirinópolis	35	0,98	100	10	28,57	8	22,86	10	28,57	7	20,00
Goiatuba	31	0,87	100	14	45,16	3	9,68	10	32,26	4	12,90
Rio Verde	24	0,67	100	10	41,67	5	20,83	6	25,00	3	12,50
Goiânia	19	0,53	100	2	10,53	2	10,53	13	68,42	2	10,53
Outros municípios	197	5,50	100	87	44,16	40	20,30	35	17,77	35	17,77
Goiás	372	10,39	100	159	42,74	68	18,28	89	23,92	56	15,05
Ituiutaba	164	4,58	100	69	42,07	29	17,68	47	28,66	19	11,59
Araguari	78	2,18	100	31	39,74	10	12,82	20	25,64	17	21,79
Tupaciguara	62	1,73	100	34	54,84	7	11,29	16	25,81	5	8,06
Patos de Minas	46	1,28	100	18	39,13	5	10,87	16	34,78	7	15,22
Uberaba	38	1,06	100	19	50,00	7	18,42	6	15,79	6	15,79
Canápolis	37	1,03	100	19	51,35	6	16,22	8	21,62	4	10,81
Capinópolis	36	1,01	100	20	55,56	7	19,44	4	11,11	5	13,89
Patrocínio	35	0,98	100	18	51,43	7	20,00	8	22,86	2	5,71
Monte Alegre	49	1,37	100	26	53,06	5	10,20	13	26,53	5	10,20
Monte Carmelo	26	0,73	100	10	38,46	3	11,54	10	38,46	3	11,54
Estrela do Sul	24	0,67	100	10	41,67	3	12,50	10	41,67	1	4,17
Prata	24	0,67	100	16	66,67	2	8,33	5	20,83	1	4,17
Nova Ponte	23	0,64	100	11	47,83	6	26,09	2	8,70	4	17,39
Santa Vitória	22	0,61	100	6	27,27	6	27,27	7	31,82	3	13,64
Centralina	21	0,59	100	9	42,86	7	33,33	1	4,76	4	19,05
Araxá	20	0,56	100	9	45,00	8	40,00	3	15,00	-	-
Coromandel	20	0,56	100	10	50,00	2	10,00	5	25,00	3	15,00
Indianópolis	19	0,53	100	8	42,11	5	26,32	3	15,79	3	15,79
São Gotardo	19	0,53	100	8	42,11	8	42,11	1	5,26	2	10,53
Campina Verde	18	0,50	100	5	27,78	4	22,22	6	33,33	3	16,67
Belo Horizonte	16	0,45	100	3	18,75	6	37,50	3	18,75	4	25,00
João Pinheiro	16	0,45	100	10	62,50	3	18,75	2	12,50	1	6,25
Iturama	15	0,42	100	9	60,00	1	6,67	4	26,67	1	6,67
Campos Altos	14	0,39	100	8	57,14	2	14,29	3	21,43	1	7,14
Uberlândia	1408	39,32	100	371	26,35	124	8,81	741	52,63	172	12,22
Outros municípios	526	14,69	100	247	46,96	88	16,73	122	23,19	69	13,12
Minas Gerais	2776	77,52	100	1004	36,17	361	13,00	1066	38,40	345	12,43
Natal	9	0,25	100	7	77,78	1	11,11	1	11,11	-	-
Currais Novos	7	0,20	100	4	57,14	1	14,29	2	28,57	-	-
Outros municípios	33	0,92	100	21	63,64	8	24,24	1	3,03	3	9,09
Rio Grande do Norte	49	1,37	100	32	65,31	10	20,41	4	8,16	3	6,12
São Paulo	46	1,28	100	14	30,43	3	6,52	20	43,48	9	19,57
Outros municípios	71	1,98	100	29	40,85	11	15,49	25	35,21	6	8,45
São Paulo	117	3,27	100	43	36,75	14	11,97	45	38,46	15	12,82
Outros municípios brasileiros	205	5,72	100	99	48,29	29	14,15	57	27,80	20	9,76
Total	3581	100,00	100	1356	37,87	489	13,66	1282	35,80	454	12,68

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Recorde-se que a migração intermunicipal ocorre, quase sempre, em múltiplas etapas. O migrante se desloca por diversos motivos e por diferentes localidades, e onde consegue atingir os objetivos que motivaram a migração, ainda que em parte, fixa residência e relata ter obtido relativo sucesso migratório. Neste sentido, a Tabela 2.3 mostra alguns números, ainda que pequenos, de migrantes que fizeram etapa migratória em municípios pertencentes a outro estado, que não aquele de nascimento, e somente no movimento migratório posterior se dirigiram a Uberlândia. Estudos recentes mostram que a migração da população em geral, tem se direcionado em maior número para as cidades

de porte médio, nos últimos anos, quase sempre após uma etapa migratória em municípios de regiões metropolitanas ou capitais.

A maior parte dos migrantes que fizeram última etapa migratória em outro município que não o de nascimento e, em seguida, fixaram residência em Uberlândia, realizaram esta etapa migratória em município mineiro. Tal padrão de etapa migratória anterior em algum município de Minas Gerais, antes de dirigirem-se para Uberlândia, também foi observado na pesquisa realizada em 2004 (Tabela 2.3A, Anexo, página 61).

Tabela 2.3

Imigrantes com deficiência, segundo o local de nascimento e o local de residência anterior, 2008.

Local de Nascimento (Unidade da Federação)	Total		Local de residência anterior										
	Número	%	MG	SP	ES + RJ	BA	RN	Outros estados do Nordeste	GO	DF	MS + MT	Estados da Região Sul	Estados da Região Norte
AL	5	0,23	1	-	-	1	-	2	-	-	1	-	-
AM	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AP	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
BA	48	2,21	7	3	-	34	-	-	2	-	-	1	1
CE	17	0,78	-	2	1	-	-	9	-	3	1	-	1
DF	14	0,64	-	-	-	-	-	-	2	12	-	-	-
ES	6	0,28	-	1	1	-	-	-	2	1	-	-	1
GO	372	17,12	51	3	2	-	1	-	308	1	3	-	3
MA	12	0,55	-	-	-	-	-	8	1	2	-	-	1
MG	1368	62,95	1207	31	3	2	-	1	97	10	9	1	7
MS	5	0,23	1	-	-	-	-	-	1	-	2	-	1
MT	23	1,06	2	-	-	-	-	-	2	-	19	-	-
PA	11	0,51	3	1	-	-	-	-	1	1	-	-	5
PB	30	1,38	3	2	-	-	1	16	7	-	-	1	-
PE	16	0,74	3	-	-	-	-	11	1	-	1	-	-
PI	12	0,55	2	1	-	-	-	7	-	1	-	-	1
PR	32	1,47	4	6	-	-	-	-	2	-	3	16	1
RJ	10	0,46	3	-	5	1	-	-	1	-	-	-	-
RN	49	2,25	10	1	4	-	22	-	9	1	-	1	1
RO	2	0,09	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
RS	4	0,18	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-
SC	2	0,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
SE	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
SP	117	5,38	14	93	-	-	-	1	4	1	2	1	1
TO	15	0,69	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	12
Total	2173	99,68	1311	146	16	38	25	55	441	34	42	26	39

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Observação: Os valores para Minas Gerais não incluem os naturais de Uberlândia/MG.

Dos 2173 migrantes que fizeram uma última etapa migratória em outro município, a maior parte chegou a Uberlândia antes de 1980, ou ao longo da década de 80, vindos principalmente de cidades próximas (Ituiutaba, Araguari, Tupaciguara e Uberaba) ou de localidades interestaduais que mantêm forte interação socioeconômica, como os municípios de São Paulo e Itumbiara (Tabelas 2.4 e 2.4A, Anexo, página 62). Na década atual o número de imigrantes com deficiência e outra etapa migratória caiu significativamente. Esta queda é persistente desde os anos 90.

Tabela 2.4

Pessoas com deficiência segundo o município de residência anterior e o ano de chegada a Uberlândia/MG, 2008.

Local de residência anterior (municípios com maior participação)	Total		Períodos de chegada a Uberlândia					
	Número	%	Antes de 1980	Década de 80	Entre 1990 e	Entre 1995 e	Entre 2000 e	Entre 2005 e
					1994	1999	2004	2008
Ituiutaba - MG	164	7,5	74	50	20	10	4	6
Araguari - MG	93	4,3	52	22	8	5	6	-
São Paulo - SP	72	3,3	12	28	10	10	10	2
Itumbiara - GO	71	3,3	35	18	7	5	2	4
Tupaciguara - MG	62	2,9	39	17	1	2	2	1
Uberaba - MG	52	2,4	21	12	4	5	5	5
Monte Alegre de Minas - MG	44	2,0	27	6	4	2	3	2
Goiânia - GO	39	1,8	8	17	1	7	2	4
Quirinópolis - GO	39	1,8	17	11	2	6	2	1
Centralina - MG	38	1,7	13	7	11	4	3	-
Patrocínio - MG	38	1,7	17	6	5	4	4	2
Brasília - DF	37	1,7	4	13	6	3	9	2
Patos de Minas - MG	37	1,7	14	12	3	3	4	1
Canápolis - MG	34	1,6	19	5	4	4	1	1
Capinópolis - MG	34	1,6	13	15	1	3	1	1
Monte Carmelo - MG	31	1,4	13	9	3	4	1	1
Demais municípios das Ufs:								
Acre	1	0,0	-	-	1	-	-	-
Alagoas	2	0,1	-	-	-	2	-	-
Amazonas	3	0,1	-	1	1	-	-	1
Bahia	1	0,0	-	-	-	1	-	-
Ceará	38	1,7	6	9	10	7	5	1
Distrito Federal	10	0,5	1	3	3	1	2	-
Espírito Santo	1	0,0	-	1	-	-	-	-
Goiás	1	0,0	1	-	-	-	-	-
Maranhão	291	13,4	125	88	36	29	7	6
Minas Gerais	10	0,5	-	3	1	1	4	1
Mato Grosso do Sul	677	31,2	261	168	94	81	49	24
Mato Grosso	3	0,1	-	1	2	-	-	-
Pará	38	1,7	6	8	10	7	1	6
Paraíba	7	0,3	-	1	4	1	1	-
Pernambuco	12	0,6	1	3	4	1	3	-
Piauí	11	0,5	3	5	1	1	1	-
Paraná	6	0,3	1	-	2	2	1	-
Rio de Janeiro	20	0,9	5	11	1	2	1	-
Rio Grande do Norte	15	0,7	1	9	3	1	1	-
Rondônia	25	1,2	11	9	-	3	2	-
Roraima	7	0,3	-	3	-	2	1	1
Rio Grande do Sul	5	0,2	4	-	-	1	-	-
Santa Catarina	2	0,1	-	1	-	1	-	-
São Paulo	71	3,3	24	22	4	11	8	2
Tocantins	20	0,9	2	5	3	6	2	2
Não sabe/ não respondeu	11	0,5	4	5	2	-	-	-
Total	2173	100,0	834	604	272	238	148	77

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Quanto ao estado civil e a etnia ou cor declarada dos entrevistados (3581), a maioria é composta por solteiros (51,2%) e brancos (910 PCD). Os casados representam 33,5%. De maneira geral os brancos contam com 1757 de entrevistados, seguidos pelos pardos (1248) e os negros/pretos com 517 PCD (Tabelas 2.5 e 2.5A, Anexo, página 63).

Tabela 2.5

Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e a etnia ou cor declarada, 2008.

Estado Civil	Total		Etnia ou cor declarada				
	Número	%	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta/Negra
Solteiro	1832	51,2	29	910	9	632	252
Casado	1198	33,5	10	596	6	405	181
Separado	324	9,0	1	142	2	130	49
Viúvo	131	3,7	-	66	-	39	26
Outro	96	2,7	1	43	1	42	9
Total	3581	100	41	1757	18	1248	517

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Das 1198 PCD casadas, 1085 possuem filhos, a maioria com dois ou três filhos; enquanto que das 1832 solteiras, 318 têm filhos. Destes, 116 contam com apenas um filho (Tabela 2.6). Esta distribuição do estado civil e número de filhos é semelhante à observada em 2004 (Tabela 2.6A, Anexo, página 63).

Tabela 2.6

Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e o número de filhos, 2008.

Estado Civil	Total		Número de filhos							Total sem filhos
	Número	%	Total com filhos	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco	
Solteiro	1832	51,16	318	116	103	64	20	5	10	1514
Casado	1198	33,45	1085	173	393	311	103	51	54	113
Separado	324	9,05	303	60	118	77	19	17	12	21
Viúvo	131	3,66	123	17	34	35	12	5	20	8
Outro	96	2,68	77	24	26	14	8	1	4	19
Total	3581	100	1906	390	674	501	162	79	100	1675

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Vale destacar que as PCD contam com expressiva maioria de filhos sem deficiência. As 1908 PCD que declararam possuir filhos totalizam 5258 filhos, sendo 278 com deficiência e 4980 sem deficiência. Assim, apenas 5,29% do total de filhos possuem deficiência e poucas são as PCD que possuem mais de um filho com deficiência (Tabelas 2.7 e 2.8).

Tabela 2.7**Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e o número de filhos com deficiência, 2008.**

Estado Civil	Total		Número de filhos com deficiência						
	Número	%	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco	
Solteiro	46	16,55	32	10	-	4	-	-	
Casado	147	52,88	111	26	6	4	-	-	
Separado	46	16,55	23	14	9	-	-	-	
Viúvo	22	7,91	14	8	-	-	-	-	
Outro	17	6,12	13	4	-	-	-	-	
Total	278	100	193	62	15	8	-	-	

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Tabela 2.8**Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e o total de filhos com ou sem deficiência, 2008.**

Estado Civil dos pais	Total de filhos		Filhos		% filhos com deficiência
	Número	%	Com deficiência	Sem deficiência	
Solteiro	730	13,88	46	684	6,30
Casado	3090	58,77	147	2943	4,76
Separado	823	15,65	46	777	5,59
Viúvo	417	7,93	22	395	5,28
Outro	198	3,77	17	181	8,59
Total	5258	100	278	4980	5,29

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A distribuição do número de filhos por etnia ou cor declarada apresenta o mesmo efeito de composição observado para o estado civil. Aqui, como a maior parte dos entrevistados é de brancos e pardos, registram-se para estas categorias o maior número de filhos com ou sem deficiência, reforçando-se o padrão de dois ou três filhos no geral e apenas um filho com deficiência (Tabelas 2.9 a 2.11).

Tabela 2.9**Pessoas com deficiência, segundo a etnia ou cor declarada e o número de filhos, 2008.**

Etnia ou cor declarada	Total		Número de filhos							Total sem filhos
	Número	%	Total com filhos	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco	
Amarela	41	1,14	15	3	5	5	1	1	-	26
Branca	1756	49,04	907	199	338	242	60	28	40	849
Indígena	18	0,50	12	3	2	4	1	2	-	6
Parda	1249	34,88	680	131	229	177	76	29	38	569
Preta/Negra	517	14,44	292	54	100	73	24	19	22	225
Total	3581	100	1906	390	674	501	162	79	100	1675

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Tabela 2.10**Pessoas com deficiência, segundo a etnia ou cor declarada e o número de filhos com deficiência, 2008.**

Etnia ou cor declarada	Total		Número de filhos com deficiência					
	Número	%	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco
Amarela	2	0,72	-	2	-	-	-	-
Branca	134	48,20	92	32	6	4	-	-
Indígena	1	0,36	1	-	-	-	-	-
Parda	88	31,65	66	16	6	-	-	-
Preta/Negra	53	19,06	34	12	3	4	-	-
Total	278	100	193	62	15	8	-	-

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Tabela 2.11**Pessoas com deficiência, segundo a etnia ou cor declarada e o total de filhos com ou sem deficiência, 2008.**

Etnia ou cor declarada	Total de filhos		Filhos		% filhos com deficiência
	Número	%	Com deficiência	Sem Deficiência	
Amarela	39	0,74	2	37	5,13
Branca	2386	45,38	134	2252	5,62
Indígena	34	0,65	1	33	2,94
Parda	1931	36,72	88	1843	4,56
Preta/Negra	868	16,51	53	815	6,11
Total	5258	100	278	4980	5,29

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Observa-se, no entanto, diferença em relação ao padrão do número de filhos observado em 2004 (Tabela 2.9A, Anexo, página 64). Naquela pesquisa, as PCD tinham na maioria dois filhos, vindo em seguida o grupo de pessoas com apenas um filho. O resultado para 2008, quando os grupos de PCD com dois ou três filhos são mais expressivos, reflete a composição etária mais envelhecida que caracteriza a base de dados amostral utilizada, em relação àquela que serviu de referência na Fase I, conforme destacado no capítulo sobre *Notas Metodológicas* (Ver Tabelas 2.9A a 2.11A, Anexo, páginas 64 e 65).

Por último, nesta Subseção vale destacar que grande parte dos entrevistados está integrada à rede de instituição de apoio às PCD. Do total, 73,36% declararam frequentar ou estar cadastrados em alguma instituição que atende as pessoas com deficiência (Tabela 2.12). Apenas 26,64% declararam não frequentar tais instituições, percentual próximo ao observado em 2004, que foi de 28,34% (Tabela 2.12A, Anexo, página 65).

Tabela 2.12

Pessoas com deficiência, segundo a instituição que frequentam ou são cadastrados e a etnia ou cor declarada, 2008.

Instituição que frequenta ou é cadastrado	Total		Pessoas por etnia ou cor declarada				
	Número	%	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta/Negra
AACD	180	5,03	2	88	1	68	21
AADL	36	1,01	1	19	-	10	6
ACAPED	7	0,20		6	-	-	1
ADEF	56	1,56	1	24		22	9
ADEVITRIM	93	2,60	-	54		23	16
ADEVIUD	250	6,98	2	128	1	75	44
AFADA	22	0,61	-	13	-	7	2
APAE	112	3,13	3	67		33	9
APARU	806	22,51	11	399	5	256	135
ASSOSTUDI	8	0,22	-	7		1	-
ASUL	267	7,46	2	153	1	94	17
CEEEU	76	2,12	2	34		26	14
CERTO	22	0,61	-	10		7	5
E.E. NOVO HORIZONTE	71	1,98	1	36	1	20	13
FUND. PRÓ-LUZ	19	0,53	1	13	1	4	-
INSTITUTO INTEGRAR	97	2,71	-	47	1	32	17
NADH	1	0,03		-	-	1	-
NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ	36	1,01	2	10		15	9
SALA BRAILLE INHAZINHA VILELA	2	0,06		1	1	-	-
SAÚDE MENTAL	11	0,31	1	5	1	3	1
VIRTUS	29	0,81	-	11	-	16	2
Outras instituições	606	16,92	5	298	2	229	72
Total dos que citaram instituição**	2807	78,39	34	1423	15	942	393
Frequentam alguma instituição	2627	73,36	1325	374	30	885	13
Não frequentam ou não têm cadastro	954	26,64	432	143	11	363	5
Total	3581	100	1825	3363	71	3132	804

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

** A mesma pessoa pode ter cadastro em mais de uma instituição.

Independente da etnia ou cor declarada, mas considerando o tipo de deficiência (Figura 2.4), como os deficientes físicos representam a maioria dos entrevistados, a APARU – Associação dos Paraplégicos de Uberlândia - reuniu o maior número de PCD: 22,51% dos entrevistados.

Com base, portanto, nas informações detalhadas nesta Subseção, evidencia-se o grande desafio de políticas públicas, em consonância com ações privadas, no apoio a pessoas com deficiência, sejam migrantes ou não.

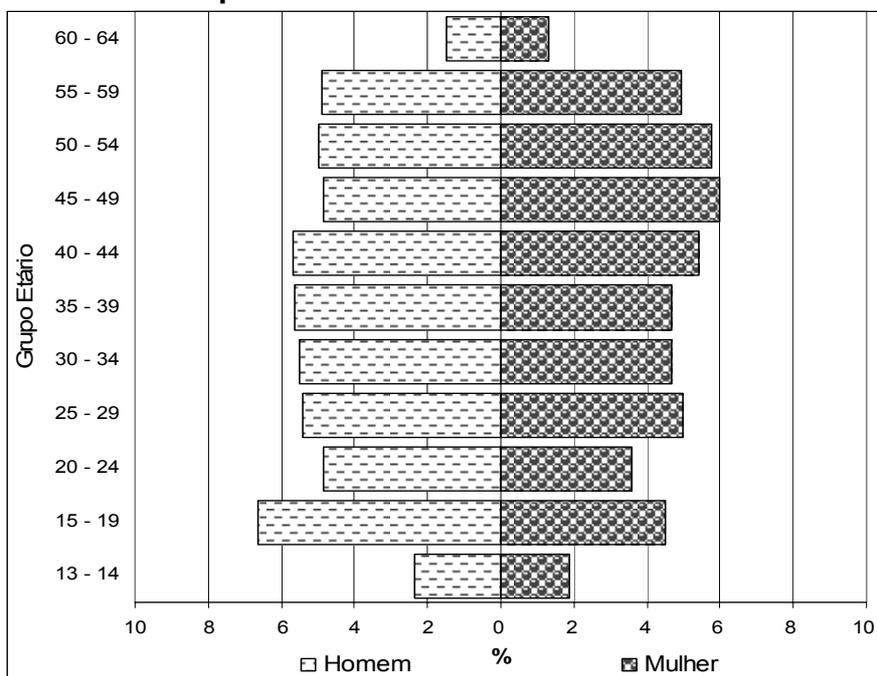
Os imigrantes entrevistados, nascidos em outros municípios, e que aqui fixaram residência, contam com idades mais avançadas e são, em maioria, casados, chefes de domicílio, com filhos, inclusive com alguns filhos deficientes. Além disso, dependem em boa medida de benefícios sociais que lhes garantam a própria sobrevivência, bem como de sua família. Parte desses imigrantes está em idade produtiva e deve contar com possibilidade de treinamento, qualificação e outros apoios que lhes favoreçam, caso a deficiência o permita, a inserção no mercado de trabalho formal.

O maior desafio, na realidade, diz respeito às pessoas com deficiência naturais de Uberlândia/MG. São em geral mais jovens, nas primeiras idades ativas, que na maioria declararam possuir *Deficiência Mental*, solteiros. Ainda ocupam a posição de filhos na família e requerem atendimento especializado, a fim de verificar-se, em nível médico e ocupacional, sua possibilidade de emprego e trabalho. Certamente, grande parte das PCD uberlandenses possui amplas possibilidades de participar do processo produtivo, nos diferentes setores econômicos, desde que adequações de âmbito público e privado permitam este direito: a plena acessibilidade aos bens e serviços, ao emprego e ao trabalho, à saúde e educação.

ANEXO – SUBSEÇÃO 2

Figura 2.1A

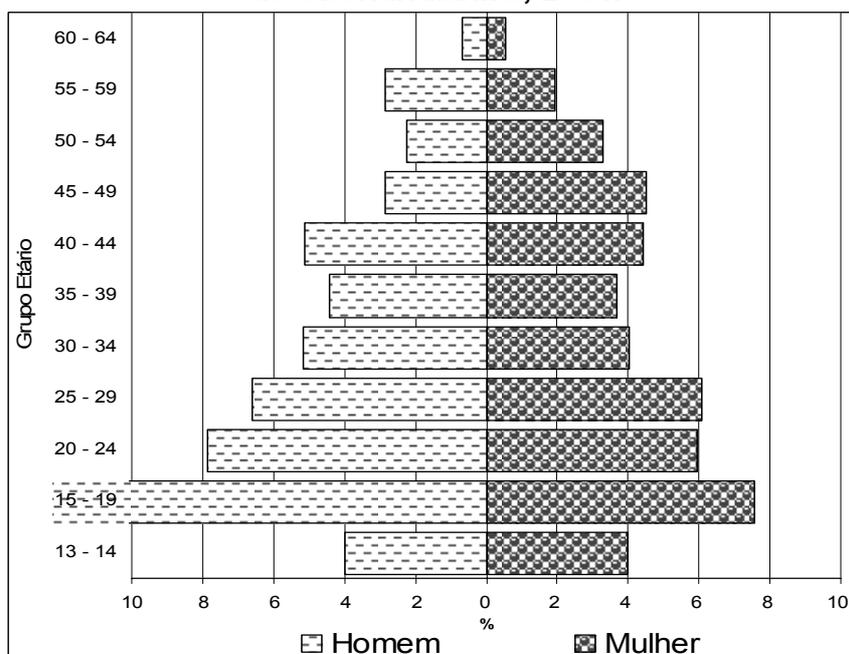
Estrutura etária das pessoas com deficiência em Uberlândia/MG, 2004.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Figura 2.2A

Estrutura etária das pessoas com deficiência, naturais de Uberlândia/MG, 2004.

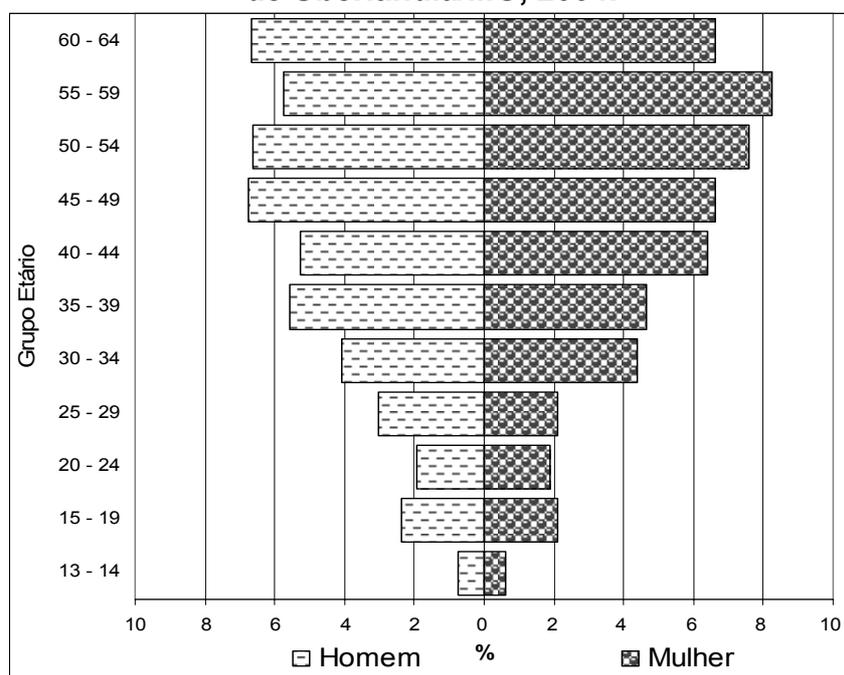


Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Obs.: Os homens naturais, com idades entre 15 e 19 anos, representam 12,23% dos pesquisados.

Figura 2.3A

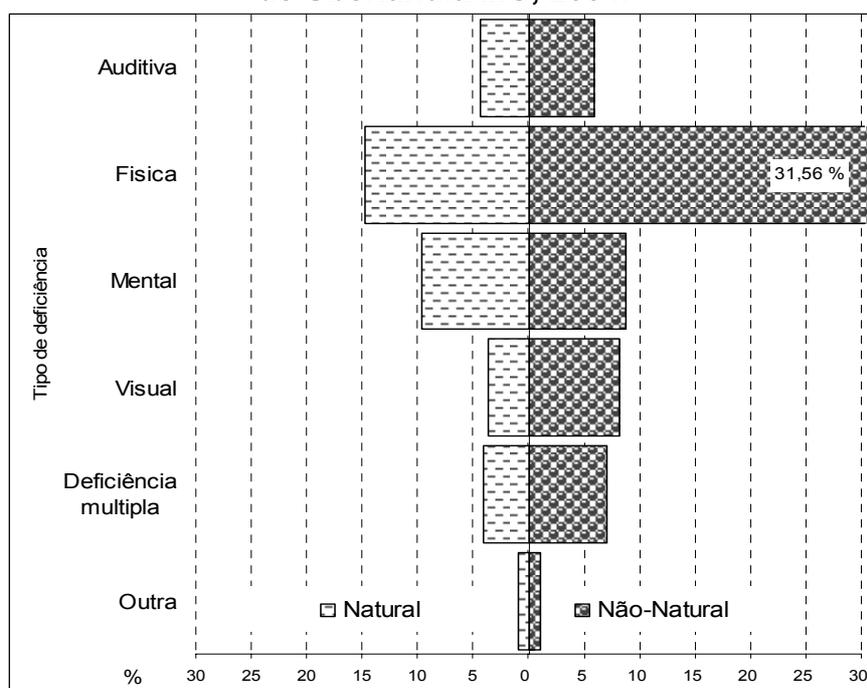
Estrutura etária das pessoas com deficiência não naturais de Uberlândia/MG, 2004.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Figura 2.4A

Pessoas por tipo de deficiência e condição de naturalidade de Uberlândia/MG, 2004.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.1A**Relação das pessoas com deficiência com o responsável pelo domicílio, segundo a condição de naturalidade de Uberlândia/MG, 2004.**

Relação com a pessoa responsável	Nasceu em outro município		Nasceu em Uberlândia/MG		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Responsável pelo domicílio	904	25,29	325	9,09	1229	34,39
Cônjuge, companheiro (a)	395	11,05	124	3,47	519	14,52
Filho(a), enteado (a)	644	18,02	719	20,12	1363	38,14
Pai, mãe, sogro (a)	69	1,93	41	1,15	110	3,08
Neto(a), bisneto(a)	19	0,53	41	1,15	60	1,68
Irmão (ã)	117	3,27	47	1,32	164	4,59
Outro Parente	78	2,18	38	1,06	116	3,25
Agregado	3	0,08	-	-	3	0,08
Pensionista	2	0,06	-	-	2	0,06
Empregado Doméstico	1	0,03	-	-	1	0,03
Parente do Empregado	2	0,06	1	0,03	3	0,08
Individual (domicílio coletivo)	3	0,08	1	0,03	4	0,11
Total	2237	62,59	1337	37,41	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.2A

Local de nascimento das pessoas com deficiência, por municípios com maior participação no total, segundo a relação com o responsável pelo domicílio, 2004.

Local de Nascimento	Total geral			Relação com o responsável pelo domicílio							
				Responsável pelo domicílio		Cônjuge, companheiro (a)		Filho(a), enteado (a)		Outros residentes no domicílio	
	Número	%	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L
Salvador	5	0,14	100	3	60,00	-	-	2	40,00	-	-
Brumado	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Mortugaba	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Vitória da Conquista	3	0,08	100	1	33,33	-	-	1	33,33	1	33,33
Outros municípios	41	1,16	100	18	43,90	8	19,51	8	19,51	7	17,07
Bahia	55	1,55	100	24	43,64	9	16,36	14	25,45	8	14,55
Brasília - DF	28	0,79	100	4	14,29	2	7,14	15	53,57	7	25,00
Outras cidades do DF	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Distrito Federal	31	0,87	100	5	16,13	2	6,45	17	54,84	7	22,58
Itumbiara	69	1,92	100	25	36,76	15	22,06	19	27,94	9	13,24
Goiânia	29	0,82	100	9	31,03	2	6,90	16	55,17	2	6,90
Goiatuba	30	0,85	100	14	46,67	4	13,33	8	26,67	4	13,33
Quirinópolis	29	0,82	100	8	27,59	5	17,24	13	44,83	3	10,34
Santa Helena	23	0,65	100	10	43,48	4	17,39	4	17,39	5	21,74
Rio Verde	18	0,51	100	6	33,33	4	22,22	7	38,89	1	5,56
Paranaçu	13	0,37	100	5	38,46	5	38,46	2	15,38	1	7,69
Outros municípios	203	5,67	100	79	38,81	37	18,41	57	28,36	29	14,43
Goiás	414	11,59	100	156	37,71	77	18,49	127	30,66	54	13,14
Ituiutaba	164	4,60	100	47	28,83	32	19,63	60	36,81	24	14,72
Araguari	79	2,20	100	23	29,49	11	14,10	29	37,18	15	19,23
Tupaciguara	55	1,55	100	20	36,36	9	16,36	18	32,73	8	14,55
Uberaba	48	1,35	100	26	54,17	10	20,83	8	16,67	4	8,33
Patos de Minas	43	1,21	100	19	44,19	3	6,98	17	39,53	4	9,30
Canápolis	44	1,24	100	20	45,45	13	29,55	7	15,91	4	9,09
Monte Alegre	42	1,18	100	19	45,24	7	16,67	12	28,57	4	9,52
Capinópolis	39	1,10	100	11	28,21	8	20,51	10	25,64	10	25,64
Prata	34	0,96	100	21	61,76	4	11,76	6	17,65	3	8,82
Monte Carmelo	30	0,85	100	15	50,00	5	16,67	5	16,67	5	16,67
Patrocínio	29	0,82	100	13	44,83	5	17,24	6	20,69	5	17,24
São Gotardo	28	0,79	100	15	53,57	4	14,29	6	21,43	3	10,71
Coromandel	27	0,76	100	15	55,56	3	11,11	7	25,93	2	7,41
Nova Ponte	28	0,79	100	14	50,00	6	21,43	4	14,29	4	14,29
Santa Vitória	28	0,79	100	12	42,86	4	14,29	10	35,71	2	7,14
Araxá	23	0,65	100	15	65,22	3	13,04	3	13,04	2	8,70
Campina Verde	21	0,59	100	6	28,57	5	23,81	5	23,81	5	23,81
Centralina	21	0,59	100	13	61,90	2	9,52	4	19,05	2	9,52
Estrela do Sul	18	0,51	100	6	33,33	2	11,11	8	44,44	2	11,11
Indianópolis	17	0,48	100	7	41,18	3	17,65	6	35,29	1	5,88
Iturama	18	0,51	100	8	44,44	5	27,78	4	22,22	1	5,56
Ipiáçu	15	0,42	100	6	40,00	4	26,67	3	20,00	2	13,33
Belo Horizonte	13	0,37	100	3	23,08	4	30,77	5	38,46	1	7,69
Carmo do Paranaíba	13	0,37	100	5	38,46	4	30,77	2	15,38	2	15,38
Lagoa Formosa	13	0,37	100	4	30,77	1	7,69	7	53,85	1	7,69
Sacramento	13	0,37	100	9	69,23	3	23,08	1	7,69	-	-
Uberlândia	1337	37,41	100	325	24,31	124	9,27	719	53,78	169	12,64
Outros municípios	498	13,93	100	223	44,74	93	18,62	112	22,47	71	14,17
Minas Gerais	2743	76,74	100	923	33,64	378	13,78	1086	39,59	356	13,00
Currais Novos	6	0,17	100	4	66,67	1	16,67	1	16,67	-	-
Caicó	4	0,11	100	1	25,00	2	50,00	-	-	1	25,00
Acari	4	0,11	100	1	25,00	1	25,00	2	50,00	-	-
Cruzeta	4	0,11	100	2	50,00	1	25,00	-	-	1	25,00
Florânia	4	0,11	100	-	-	1	25,00	2	50,00	1	25,00
Outros municípios	32	0,90	100	13	40,63	6	18,75	10	31,25	3	9,38
Rio Grande do Norte	54	1,52	100	21	38,89	12	22,22	15	27,78	6	11,11
São Paulo	55	1,55	100	13	23,64	5	9,09	32	58,18	5	9,09
Igarapava	6	0,17	100	1	16,67	3	50,00	2	33,33	-	-
Guarulhos	4	0,11	100	-	-	-	-	4	100,00	-	-
Barretos	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Ituverava	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Ribeirão Preto	3	0,08	100	2	66,67	1	33,33	-	-	-	-
São José do Rio Preto	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Outros municípios	43	1,21	100	17	39,53	9	20,93	12	27,91	5	11,63
São Paulo	121	3,38	100	38	31,67	19	15,83	53	44,17	10	8,33
Outros municípios brasileiros	145	4,06	100	56	38,89	21	14,58	48	33,33	19	13,19
Total	3574	99,72	100	1229	34,39	519	14,52	1363	38,14	463	12,95

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.3A

Imigrantes com deficiência, segundo o local de nascimento e o local de residência anterior, 2004.

Local de Nascimento (Unidade da Federação)	Total geral		Local de residência anterior (Unidade da Federação)																											
	Número	%	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	4	0,18	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	1	0,05	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	55	2,44	-	-	-	-	35	-	1	-	3	-	11	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
CE	11	0,50	-	1	-	-	1	4	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	
DF	31	1,40	-	-	-	-	-	-	20	-	4	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
ES	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	414	18,49	-	-	-	-	-	-	5	-	339	-	56	-	3	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	7	1
MA	12	0,54	-	-	-	-	-	-	2	-	1	4	2	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MG	1417	63,34	-	-	-	-	1	-	13	-	121	-	1224	-	6	2	-	-	-	5	4	-	2	-	-	-	-	36	2	
MS	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
MT	15	0,68	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	7	0,32	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PB	16	0,72	-	-	-	-	-	-	1	-	6	-	3	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	15	0,68	-	-	-	-	-	-	2	-	3	-	1	-	-	-	-	6	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-
PI	12	0,54	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	2	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
PR	15	0,68	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	5	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	3	-
RJ	8	0,36	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	56	2,49	-	-	-	-	-	-	-	-	11	1	13	-	-	-	1	-	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	1	-
RO	3	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
RR	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
RS	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
SC	3	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
SE	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
SP	121	5,42	-	-	-	-	-	-	2	-	5	-	16	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	96	-	
TO	5	0,23	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Total	2237	99,73	1	4	1	-	38	4	52	3	498	6	1347	1	25	12	7	6	5	11	12	28	5	1	2	2	1	156	8	
Total da Diagonal (Imigrantes que vieram da Unidade da Federação em que nasceram)																												1819		
Total de Imigrantes que não vieram diretamente da Unidade da Federação em que nasceram																												418		

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Observação: Os valores para Minas Gerais não incluem os naturais de Uberlândia/MG.

Tabela 2.4A

Pessoas com deficiência segundo o município de residência anterior e o ano de chegada a Uberlândia/MG, 2004.

Local de residência anterior (municípios com maior participação)	Total		Ano de chegada a Uberlândia (por períodos quinquenais)					
	Número	%	Antes de 1980	Entre 1980 e 1984	Entre 1985 e 1989	Entre 1990 e 1994	Entre 1995 e 1999	Entre 2000 e 2004
Araguari - MG	88	4,3	45	14	8	7	4	10
São Paulo - SP	69	3,4	19	10	14	10	12	4
Itumbiara - GO	61	3,0	24	9	9	5	10	4
Uberaba - MG	51	2,5	24	5	4	6	6	6
Goiânia - GO	49	2,4	17	13	6	4	6	3
Brasília - DF	45	2,2	7	9	6	9	7	7
Capinópolis - MG	39	1,9	20	8	3	4	2	2
Patos de Minas - MG	39	1,9	11	7	5	7	6	3
Quirinópolis - GO	38	1,9	14	7	4	4	4	5
Patrocínio - MG	37	1,8	14	2	5	4	7	5
Monte Alegre - MG	30	1,5	10	1	5	10	1	3
Santa Vitória - MG	30	1,5	10	9	-	3	6	2
Goiatuba - GO	29	1,4	14	5	5	3	1	1
Prata - MG	27	1,3	19	3	1	2	1	1
Monte Carmelo - MG	25	1,2	7	7	3	1	4	3
Araxá - MG	25	1,2	13	4	1	3	2	2
Coromandel - MG	24	1,2	10	5	2	5	2	-
Unai - MG	24	1,2	4	3	4	9	2	2
Nova Ponte - MG	23	1,1	14	5	-	4	-	-
Outros municípios dos Estados:								
Acre			-	-	-	1	-	-
Alagoas	4	0,2	2	-	1	-	1	-
Amazonas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Bahia	40	2,0	4	2	2	10	13	9
Ceará	4	0,2	1	-	-	-	1	2
Distrito Federal	6	0,3	1	1	-	-	1	3
Espírito Santo	3	0,1	1	1	-	-	-	1
Goiás	317	15,5	127	70	27	51	25	17
Maranhão	6	0,3	-	-	-	2	3	1
Minas Gerais	701	34,2	285	102	72	103	79	60
Mato Grosso do Sul	1	0,0	-	-	1	-	-	-
Mato Grosso	25	1,2	5	4	4	7	3	2
Pará	12	0,6	-	1	-	5	1	5
Paraíba	8	0,4	3	-	1	2	2	-
Pernambuco	6	0,3	2	-	1	2	1	-
Piauí	6	0,3	-	1	1	1	-	3
Paraná	11	0,5	2	3	2	1	2	1
Rio de Janeiro	12	0,6	-	4	1	2	2	3
Rio Grande do Norte	28	1,4	9	3	8	3	3	2
Rondônia	5	0,2	-	1	1	2	1	-
Roraima	1	0,0	-	-	-	1	-	-
Rio Grande do Sul	2	0,1	1	-	-	1	-	-
Santa Catarina	2	0,1	-	1	-	-	-	1
Sergipe	1	0,0	1	-	-	-	-	-
São Paulo	85	4,2	21	13	14	10	16	11
Tocantins	8	0,4	1	-	2	1	2	2
Total	2048	100,0	762	333	223	305	239	187

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPP Deficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.5A**Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e a etnia ou cor declarada, 2004.**

Estado Civil	Total		Raça ou cor declarada				
	Número	%	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta/Negra
Solteiro	1918	53,7	14	998	10	628	268
Casado	1146	32,1	4	614	6	352	170
Separado	261	7,3	3	139	-	84	35
Viúvo	106	3,0	-	49	-	39	18
Outro	143	4,0	1	68	2	55	17
Total	3574	100	22	1868	18	1158	508

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.6A**Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e o número de filhos, 2004.**

Estado Civil	Total		Número de filhos						Total sem filhos	
	Número	%	Total com filhos	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos		Mais de cinco
Solteiro	1918	53,67	301	162	81	33	10	11	4	1617
Casado	1146	32,06	1023	173	420	224	102	53	51	123
Separado	261	7,30	236	43	79	57	32	7	18	25
Viúvo	106	2,97	102	10	33	25	17	5	12	4
Outro	143	4,00	117	30	42	24	7	7	7	26
Total	3574	100	1779	418	655	363	168	83	92	1795

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.7A**Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e o número de filhos com deficiência, 2004.**

Estado Civil	Total de filhos		Número de filhos com deficiência					
	Número	%	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco
Solteiro	31	13,25	22	2	3	4	-	-
Casado	129	55,13	87	28	6	8	-	-
Separado	33	14,10	22	4	3	4	-	-
Viúvo	30	12,82	11	6	-	-	5	8
Outro	11	4,70	7	4	-	-	-	-
Total	234	100	149	44	12	16	5	8

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.8A**Pessoas com deficiência, segundo o estado civil e o total de filhos com ou sem deficiência, 2004.**

Estado Civil	Total de filhos		Filhos		
	Número	%	Com Deficiência	Sem Deficiência	% filhos com deficiência
Solteiro	578	12,09	31	547	5,36
Casado	2840	59,41	129	2711	4,54
Separado	694	14,52	33	661	4,76
Viúvo	356	7,45	30	326	8,43
Outro	312	6,53	11	301	3,53
Total	4780	100	234	4546	4,90

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.9A**Pessoas com deficiência, segundo a etnia ou cor declarada e o número de filhos, 2004.**

Etnia ou cor declarada	Total		Número de filhos						Total sem filhos	
	Número	%	Total com filhos	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos		Mais de cinco
Amarela	22	0,62	8	3	3	1	1	-	-	14
Branca	1868	52,27	904	227	361	187	75	27	27	964
Indígena	18	0,50	10	3	3	1	2	-	1	8
Parda	1159	32,43	598	130	209	124	56	35	44	561
Preta/Negra	507	14,19	259	55	79	50	34	21	20	248
Total	3574	100	1779	418	655	363	168	83	92	1795

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.10A**Pessoas com deficiência, segundo a etnia ou cor declarada e o número de filhos com deficiência, 2004.**

Etnia ou cor declarada	Total		Número de filhos com deficiência					Mais de cinco
	Número	%	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	
Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-
Branca	108	46,15	70	22	3	8	5	-
Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-
Parda	89	38,03	56	14	3	8	-	8
Preta/Negra	37	15,81	23	8	6	0	-	-
Total	234	100	149	44	12	16	5	8

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.11A**Pessoas com deficiência, segundo a etnia ou cor declarada e o total de filhos com ou sem deficiência, 2004.**

Etnia ou cor declarada	Total de filhos		Filhos		
	Número	%	Com Deficiência	Sem Deficiência	% filhos com deficiência
Amarela	16	0,33	-	16	-
Branca	2233	46,72	108	2125	4,84
Indígena	27	0,56	-	27	-
Parda	1722	36,03	89	1633	5,17
Preta/Negra	782	16,36	37	745	4,73
Total	4780	100	234	4546	4,90

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 2.12A**Pessoas com deficiência, segundo a instituição que frequenta ou é cadastrado e a etnia ou cor declarada, 2004.**

Instituição que frequenta ou é cadastrado	Total		Etnia ou cor declarada				
	Número	%	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta/Negra
AACD	84	2,35	-	40	1	35	8
AADL	32	0,90	-	19	-	9	4
ACAPED	12	0,34	-	6	-	4	2
ADEVITRIM	177	4,95	-	103	-	50	24
ADEVIUD	134	3,75	-	78	1	41	14
AFADA	19	0,53	-	7	1	10	1
APAE	99	2,77	1	65	-	26	7
APARU	1267	35,45	7	633	9	418	200
ASUL	188	5,26	1	116	-	52	19
CEEU	152	4,25	1	67	2	51	31
CERTO	37	1,04	1	14	-	19	3
ESC. ESTADUAL NOVO HORIZONTE	41	1,15	1	16	-	18	6
FUNDAÇÃO PRÓ-LUZ	18	0,50	-	12	-	5	1
INSTITUTO INTEGRAR	121	3,39	-	83	-	25	13
NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ	10	0,28	-	5	-	3	2
OUTRAS	170	4,76	1	101	-	50	18
Não frequentam ou não têm cadastro	1013	28,34	9	503	4	343	154
Total	3574	100	22	1868	18	1159	507

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

** A mesma pessoa pode ter cadastro em mais de uma instituição.

3 – Escolaridade da Pessoa com Deficiência

*André Luiz Teles Rodrigues
Ester William Ferreira
Fábio Souza Nunes
José Wagner Vieira*

A partir dos quesitos sobre escolaridade, no questionário aplicado junto às PCD pesquisadas, foi possível obter informações como: situação escolar (se as PCD estudam ou não); nível de escolaridade; realização ou não de cursos técnicos, profissionalizantes ou outros, nos últimos quatro anos, e mesmo no momento de realização da pesquisa; local (is) de realização desses cursos; se, desde 2004, os pesquisados participaram de algum curso de capacitação voltado exclusivamente para deficientes, entre outras.

A pesquisa apontou, como expressa a Tabela 3.1, que 79,42% das 3581 PCD pesquisadas afirmaram que não estudavam, enquanto 20,55% estudavam. Apenas 0,03% não responderam o quesito.

Quando se analisa a situação escolar por gênero, verifica-se que 80,33% das mulheres entrevistadas não estudam, e apenas 19,67% delas afirmaram estar estudando. O quadro é semelhante para os homens: 78,52% não estudam, enquanto 21,42% estudam.

A população pesquisada em 2004 também apresentou uma situação escolar precária, quando 79,74% das PCD pesquisadas não estudavam e somente 20,06% o faziam. Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, os percentuais dos que não estudavam quase chegaram a 80% (Tabela 3.1A, em Anexo, página 86).

Tabela 3.1

Pessoas com deficiência segundo a situação escolar, por sexo, 2008.

Situação Escolar	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Estudam	351	19,67	385	21,42	736	20,55
Não estudam	1433	80,33	1411	78,52	2844	79,42
Não responderam	-	-	1	0,06	1	0,03
Total	1784	100,00	1797	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

As informações contidas na Tabela 3.2 expressam a situação escolar das 3581 pessoas pesquisadas, classificadas por faixas de idade. Do total de 736 PCD que estudam, a maioria (69,02%) encontra-se em faixas de idade mais jovens: 13 a 24 anos (69,02%), 25 a 29 (8,70%) e 30 a 39 anos (12,69%).

Por outro lado, das 2844 PCD que não estudam, mais de 80% têm mais de 30 anos de idade, destacando-se as participações relativas daquelas que estão nas faixas de idade: 40 a 49 anos (25,70%) e 50 a 59 anos (27,53%).

Os resultados obtidos na pesquisa de 2004 são bastante próximos. Do total de 3574 PCD pesquisadas, registrou-se que 717 estudavam e, destas, 69,74% tinham idades entre 13 a 24 anos, enquanto que, de 2850 que não estudavam, 27,72% tinham idades compreendidas entre 50 e 60 anos (Tabela 3.2A, em Anexo, página 86).

Tabela 3.2

Pessoas com deficiência segundo faixas de idade e situação escolar, 2008.

Faixas de idade (em anos)	Estudam		Não estudam		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
13 a 24	508	69,02	215	7,56	-	-	723	20,19
25 a 29	64	8,70	176	6,19	-	-	240	6,70
30 a 39	93	12,64	574	20,18	-	-	667	18,63
40 a 49	42	5,71	731	25,70	-	-	773	21,59
50 a 59	23	3,13	783	27,53	-	-	806	22,51
60 a 64	6	0,82	363	12,76	-	-	369	10,30
Não responderam	-	-	2	0,07	1	100,00	3	0,08
Total	736	100,00	2844	100,00	1	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Aos entrevistados que afirmaram estar estudando na data de realização da pesquisa, foi-lhes perguntado que cursos estavam frequentando: se curso regular, Curso Técnico/Profissionalizante, Curso Supletivo ou outro. Este quesito encontra-se somente no questionário aplicado em 2008.

Cabe esclarecer que o *curso regular* compreende as séries do 1º ou 2º graus (Ensino Fundamental e Médio), bem como qualquer curso superior ou de pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado); o *Curso Técnico* é aquele que pode ser integrado ao Ensino Médio ou realizado separadamente, enquanto o *Curso Profissionalizante* prepara o indivíduo para uma determinada função a ser exercida e o seu certificado é válido como curso extracurricular.

Para maiores esclarecimentos e exemplos, pode-se consultar o “Manual do Entrevistador”, em Anexo.

Dos 736 entrevistados que responderam estar estudando, 496 (67,39%) estão fazendo Curso Regular, sendo 67,81% do sexo feminino e 67,01% do sexo masculino. Os que fazem Curso Técnico e/ou Profissionalizante são 20 pessoas (2,72%), sendo 9 do sexo feminino e 11 do masculino. Já o total de pessoas cursando Supletivo é de 41 (5,57%), sendo 17 do sexo feminino e 24 do masculino. O número de pessoas matriculadas em outros cursos é de 179 pessoas (24,32%), sendo 87 pessoas do sexo feminino e 92 do masculino (Tabela 3.3).

Tabela 3.3
Pessoas com deficiência que estudam segundo o curso que frequentam, 2008.

Curso	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Curso Regular	238	67,81	258	67,01	496	67,39
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	9	2,56	11	2,86	20	2,72
Supletivo	17	4,84	24	6,23	41	5,57
Outro	87	24,79	92	23,90	179	24,32
Total	351	100,00	385	100,00	736	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Em relação ao município onde as PCD entrevistadas estudam, a maioria citou o município de Uberlândia (87,50%), como pode ser visto na Tabela 3.4. É pequena a participação relativa das pessoas que estudam em outros municípios (1,09%). O quadro é semelhante tanto para os homens quanto para as mulheres – 89,09% e 85,75% estudam em Uberlândia, respectivamente, enquanto 1,04% e 1,14% estudam em outro município.

Tabela 3.4
Pessoas com deficiência segundo o município onde estudam por sexo, 2008.

Município	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Uberlândia	301	85,75	343	89,09	644	87,50
Outro	4	1,14	4	1,04	8	1,09
Não responderam	46	13,11	38	9,87	84	11,41
Total	351	100,00	385	100,00	736	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Quanto às oito PCD que afirmaram estudar em outro município, quatro estudam em Goiânia/GO, três em Brasília/DF e uma em São Paulo/SP, onde frequentam cursos de Nível Superior e de Pós-Graduação (Tabela 3.5).

Tabela 3.5
Pessoas com deficiência que estudam fora de Uberlândia/MG segundo o município onde estudam, por sexo, 2008.

Município	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Brasília/DF	1	25,00	2	40,00	3	37,50
São Paulo/SP	1	25,00	-	-	1	12,50
Goiânia/GO	2	50,00	2	40,00	4	50,00
Total	4	100,00	4	80,00	8	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Às PCD que estudam em Uberlândia (644), foi-lhes solicitado que citassem o bairro onde estudam. A Tabela 3.6 mostra os resultados das respostas a esse quesito. Os bairros mais citados foram: Cidade Jardim (12,42%); Aparecida (9,47%); Centro (7,14%); Morumbi (6,68%) e Santa Mônica (5,59%), alguns dos quais são bairros onde estão localizadas instituições ou associações que oferecem cursos às PCD.

Tabela 3.6
Pessoas com deficiência que estudam em Uberlândia/MG, segundo o bairro onde estudam, por sexo, 2008.

Bairros	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Cidade Jardim	29	9,63	51	14,87	80	12,42
Aparecida	33	10,96	28	8,16	61	9,47
Centro	28	9,30	18	5,25	46	7,14
Morumbi	17	5,65	26	7,58	43	6,68
Santa Mônica	13	4,32	23	6,71	36	5,59
Jardim Brasília	12	3,99	18	5,25	30	4,66
Planalto	12	3,99	12	3,50	24	3,73
São Jorge	11	3,65	13	3,79	24	3,73
Luizote de Freitas	7	2,33	9	2,62	16	2,48
Mansour	8	2,66	8	2,33	16	2,48
Brasil	9	2,99	6	1,75	15	2,33
Tocantins	6	1,99	9	2,62	15	2,33
Morada da Colina	8	2,66	4	1,17	12	1,86
Martins	4	1,33	7	2,04	11	1,71
Santa Rosa	8	2,66	3	0,87	11	1,71
Laranjeiras	5	1,66	5	1,46	10	1,55
Taiamam	6	1,99	4	1,17	10	1,55
Guarani	5	1,66	3	0,87	8	1,24
Jardim Canaã	1	0,33	7	2,04	8	1,24
Liberdade	6	1,99	2	0,58	8	1,24
Bom Jesus	3	1,00	4	1,17	7	1,09
Dom Almir	3	1,00	4	1,17	7	1,09
Nossa Senhora das Graças	3	1,00	4	1,17	7	1,09
Pacaembu	3	1,00	4	1,17	7	1,09
Outros bairros citados	54	17,94	59	17,20	113	17,55
Não responderam	7	2,33	12	3,50	19	2,95
Total	301	100,00	343	100,00	644	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Por meio do quesito sobre a escolaridade dos entrevistados, foi possível constatar que a maioria das PCD (49,87%) tem o Primeiro Grau Incompleto; 13,57% não lêem e não escrevem, enquanto 4,10% lêem e escrevem, mas não têm escolaridade. Somando esses percentuais, tem-se que, aproximadamente, 68% das PCD não têm sequer o Primeiro Grau, o que evidencia a baixa escolaridade da população pesquisada (Tabela 3.7).

Tabela 3.7

Pessoas com deficiência segundo escolaridade e sexo, 2008.

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não Lê e Não Escreve	229	12,84	257	14,30	486	13,57
Lê e Escreve (sem escolaridade)	71	3,98	76	4,23	147	4,10
1º Grau Incompleto/Fundamental	877	49,16	909	50,58	1786	49,87
1º Grau Completo/Fundamental	142	7,96	154	8,57	296	8,27
2º Grau Incompleto/Médio	122	6,84	124	6,90	246	6,87
2º Grau Completo/Médio	221	12,39	201	11,19	422	11,78
Superior Incompleto	51	2,86	30	1,67	81	2,26
Superior Completo	45	2,52	16	0,89	61	1,70
Pós-Graduação	10	0,56	11	0,61	21	0,59
Outro	15	0,84	17	0,95	32	0,89
Não Responderam	1	0,06	2	0,11	3	0,08
Total	1784	100,00	1797	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Cabe esclarecer que no item “Outro” (0,89%) estão incluídas as respostas que não se enquadraram nas alternativas propostas no questionário, como, por exemplo, “alfabetização de adultos”, dentre outras.

As informações obtidas na pesquisa de 2004 evidenciaram um quadro semelhante ao observado em 2008, quando se constatou que, de 3574 PCD pesquisadas, 47,76% tinham o Primeiro Grau Incompleto; 17,63% afirmaram não saber ler ou escrever e 3,44% liam e escreviam, mas não tinham escolaridade (Tabela 3.3A, em Anexo, página 86).

Alguns resultados, no entanto, mostraram-se mais promissores na população pesquisada em 2008 relativamente àquela em 2004. São exemplos os percentuais referentes ao número de PCD que concluíram o Primeiro Grau ou Ensino Fundamental (8,27% e 6,74%, respectivamente); o Segundo Grau ou Ensino Médio (11,78% e 11,74%); Superior Incompleto (2,26% e 1,96%) e Superior Completo (1,70% e 1,34%).

Na análise da escolaridade das PCD por sexo, percebe-se, na Tabela 3.7, que o quadro é semelhante. Tanto no total de mulheres quanto no total de homens, a maioria não completou o Primeiro Grau – 49,16% e 50,58%, respectivamente. Entre as mulheres, 12,84% não lêem e não escrevem, sendo que, entre os homens, este percentual é de 14,30%. Aproximadamente 8% das mulheres concluíram o Primeiro Grau, enquanto 8,57% dos homens também o fizeram.

Interessante notar que, à medida que o nível de escolaridade cresce, a presença das mulheres no ambiente escolar é maior do que a dos homens. 12,39% das mulheres terminaram o Segundo Grau enquanto que, entre as PCD do sexo masculino, esse percentual é de 11,19%. Além disso, 2,86% das mulheres têm o Superior Incompleto e 2,52%, o Superior Completo. Os homens apresentam participações menores nesses níveis de escolaridade, quais sejam 1,67% e 0,89%, respectivamente.

Ao relacionar o nível de escolaridade das PCD com suas respectivas idades, pode-se constatar que, entre aqueles que têm o Primeiro Grau Incompleto, as maiores participações estão nas faixas mais avançadas, ou seja, 40 a 49 anos (21,95%) e 50 a 60 (22,51%), embora cerca de 20% tenham idades entre 13 e 24 anos (Tabela 3.8).

Entre os entrevistados que não lêem e não escrevem, a participação das PCD é maior na faixa de 13 a 24 anos (30,25%) e nas idades acima de 30 anos (com percentual total de 58,02%). As PCD que lêem e escrevem sem escolaridade também estão concentradas, em sua maioria, nas idades acima de 30 anos (76,88%), embora parcela significativa tenha 13 a 24 anos de idade (15,65%).

Quanto ao crescimento do nível de escolaridade, percebe-se maior concentração dos entrevistados nas faixas de idade entre 30 e 59 anos. Entre os que completaram o Segundo Grau, por exemplo, 27,73% têm de 30 a 39 anos e 27,96%, de 40 a 49 anos. Para aqueles que começaram um Curso Superior e não o terminaram, os percentuais nessas faixas são de 24,69% e 16,05%, respectivamente.

Quanto às PCD que terminaram um Curso Superior, a maioria encontra-se na faixa de 30 a 39 anos (32,79%), embora sejam significativos os percentuais nas faixas 40 a 49 (26,23%) e 50 a 59 anos (27,87%).

Tabela 3.8
Pessoas com deficiência segundo escolaridade e faixas de idade, 2008.

Escolaridade	Faixas de idade (em anos)														Total	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 59		60 a 64		Não responderam		Número	%
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%		
Não Lê e Não Escreve	147	30,25	56	11,52	93	19,14	65	13,37	80	16,46	44	9,05	1	0,21	486	100,00
Lê e Escreve (sem escolaridade)	23	15,65	11	7,48	26	17,69	25	17,01	36	24,49	26	17,69	-	-	147	100,00
1º Grau Incompleto/ Fundamental	374	20,94	75	4,20	266	14,89	392	21,95	449	25,14	229	12,82	1	0,06	1786	100,00
1º Grau Completo/ Fundamental	21	7,09	11	3,72	67	22,64	76	25,68	78	26,35	43	14,53	-	-	296	100,00
2º Grau Incompleto/ Médio	79	32,11	21	8,54	48	19,51	52	21,14	41	16,67	5	2,03	-	-	246	100,00
2º Grau Completo/ Médio	43	10,19	46	10,90	117	27,73	118	27,96	85	20,14	13	3,08	-	-	422	100,00
Superior Incompleto	22	27,16	9	11,11	20	24,69	13	16,05	12	14,81	5	6,17	-	-	81	100,00
Superior Completo	2	3,28	4	6,56	20	32,79	16	26,23	17	27,87	2	3,28	-	-	61	100,00
Pós-Graduação	-	-	-	-	7	33,33	9	42,86	4	19,05	1	4,76	-	-	21	100,00
Outro	10	31,25	7	21,88	3	9,38	7	21,88	4	12,50	1	3,13	-	-	32	100,00
Não responderam	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,00
Total	723	20,19	240	6,70	668	18,65	773	21,59	806	22,51	369	10,30	2	0,06	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

As informações sobre a escolaridade das PCD pesquisadas em 2004, por idade, revelaram um quadro semelhante ao de 2008 (Tabela 3.4A), onde os níveis de escolaridade mais elevados têm as maiores participações relativas nas idades acima de 30 anos. Contudo, há que se ressaltar que, em 2008, o número de entrevistados nas faixas de idade mais jovens é menor do que em 2004, o que torna a baixa escolaridade observada um problema mais desafiador a ser enfrentado, já que elevar esta escolaridade em uma população mais envelhecida requer maiores esforços.

Quando as respostas referentes à escolaridade das PCD entrevistadas são analisadas conjuntamente com as informações sobre o seu tipo de alteração ou deficiência, é possível verificar que, para todos os tipos de deficiência, as participações relativas são significativamente elevadas para aqueles que não completaram o Primeiro Grau do Ensino Fundamental. Além disto, se somados os percentuais desse nível de escolaridade, com aqueles referentes aos itens “Não Lê e Não Escreve” e “Lê e Escreve (sem escolaridade)”, pode-se constatar que, em todos os casos, mais de 50% das PCD entrevistadas têm escolaridade inferior ao Primeiro Grau Incompleto. Entre estas, as pessoas com *Deficiência Mental* e com *Deficiência Múltipla* são as que apresentam níveis de escolaridade mais baixos – 26,09% e 31,56%, respectivamente, não lêem e não escrevem (Tabela 3.9).

Por outro lado, as pessoas com *Deficiência Auditiva e Física* são as que têm níveis de escolaridade mais elevados, seguidos dos *Deficientes Visuais*. Entre os *Deficientes Auditivos*, 10,34% têm o Segundo Grau Incompleto; 12,36% concluíram o Segundo Grau; 3,45% começaram um Curso Superior e 1,44% o concluíram. Entre as pessoas com *Deficiência Física*, 7,58% afirmaram não ter terminado o Segundo Grau; 16,64% o fizeram; 3,19% têm o Superior Incompleto e 2,76% concluíram um Curso Superior. Entre os *Deficientes Visuais*, esses percentuais foram de 7,83%, 10,83%, 3,46 e 1,38%, respectivamente. Em todos os tipos de alteração ou deficiência, o número de pessoas com Pós-Graduação é menor que 1%.

Tabela 3.9

Pessoas com deficiência segundo escolaridade e tipo de alteração ou deficiência, 2008.

Escolaridade	Tipo de alteração ou deficiência														Total	
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Outra		Não responderam			
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Não Lê e Não Escreve	15	4,31	70	4,96	264	26,09	33	7,60	101	31,56	3	5,88	-	-	486	13,57
Lê e Escreve (sem escolaridade)	18	5,17	44	3,12	57	5,63	14	3,23	11	3,44	3	5,88	-	-	147	4,10
1° Grau Incompleto/ Fundamental	183	52,59	707	50,07	468	46,25	238	54,84	148	46,25	39	76,47	3	75,00	1786	49,87
1° Grau Completo/ Fundamental	34	9,77	143	10,13	59	5,83	44	10,14	15	4,69	1	1,96	-	-	296	8,27
2° Grau Incompleto/ Médio	36	10,34	107	7,58	54	5,34	34	7,83	12	3,75	3	5,88	-	-	246	6,87
2° Grau Completo/ Médio	43	12,36	235	16,64	71	7,02	47	10,83	24	7,50	2	3,92	-	-	422	11,78
Superior Incompleto	12	3,45	45	3,19	7	0,69	15	3,46	2	0,63	-	-	-	-	81	2,26
Superior Completo	5	1,44	39	2,76	9	0,89	6	1,38	2	0,63	-	-	-	-	61	1,70
Pós-Graduação	1	0,29	14	0,99	1	0,10	3	0,69	2	0,63	-	-	-	-	21	0,59
Outro	1	0,29	7	0,50	22	2,17	-	-	2	0,63	-	-	-	-	32	0,89
Não responderam	-	-	1	0,07	-	-	-	-	1	0,31	-	-	1	25,00	3	0,08
Total	348	100,00	1412	100,00	1012	100,00	434	100,00	320	100,00	51	100,00	4	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Na análise das informações referentes à existência de computador na residência do entrevistado e se o mesmo faz uso de *internet*, conforme Tabela 3.10, verificou-se que 73,55% das PCD pesquisadas declararam não possuir computador, enquanto 26,42% possuem computador em suas residências. Esses resultados em muito diferem daqueles obtidos em 2004, quando 89,93% das 3574 PCD entrevistadas não possuíam computador e 9,54% possuíam.

Em relação ao uso de *internet*, apenas 19,80% dos entrevistados declararam utilizá-la; 80,17% dos entrevistados afirmaram não fazer uso dela e apenas 0,03% não respondeu o quesito. É interessante observar que, apesar de 26,42% das PCD terem afirmado possuir computador em casa, o número de usuários de *internet* mostrou-se inferior, o que significa que estas pessoas ainda não tiveram acesso a este tipo de serviço.

Tabela 3.10

Pessoas com deficiência que possuem computador e utilizam *internet*, 2008.

Opções	Possuem Computador		Utilizam <i>Internet</i>	
	Número	%	Número	%
Sim	946	26,42	709	19,80
Não	2634	73,55	2871	80,17
Não responderam	1	0,03	1	0,03
Total	3581	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

No quesito “Nos últimos quatro anos (desde 2004) fez algum curso técnico, profissionalizante ou de outra modalidade?” procurou-se avaliar se a PCD, desde 2004, data de realização da Fase I desta pesquisa, procurou e realizou cursos de capacitação e/ou qualificação profissional, ainda que, como dito anteriormente, as populações pesquisadas sejam diferentes nas duas fases. Nesse quesito, o entrevistado poderia marcar mais de uma alternativa, o que gerou um número de respostas superior ao número de entrevistas. Para melhor visualização dos resultados, foi adotado o procedimento utilizado em outras subseções deste relatório, qual seja, o da redistribuição da participação relativa do total de respostas no total geral dos entrevistados.

Na Tabela 3.11, verifica-se que apenas 418 (11,67%) das PCD realizaram algum curso, nos últimos quatro anos. Já 3162 (88,30%) responderam não ter realizado nenhum tipo de curso, e somente uma pessoa não respondeu o quesito.

Em 2004, a partir de um quesito semelhante - “Já fez algum Curso Técnico ou Profissionalizante?” -, registrou-se que 74,29% das 3574 PCD pesquisadas não haviam realizado qualquer curso nestas categorias, enquanto 25,52% responderam ter cursado algum Curso Técnico ou Profissionalizante (Tabela 3.5A, página 87). Naquele momento, não foi adotada uma data de referência no quesito, como foi adotado em 2008 (“últimos quatro anos”), mas solicitou-se, em questão posterior, que o entrevistado citasse o ano em que realizou o(s) curso(s).

Tabela 3.11

Pessoas com deficiência quanto à realização de Cursos Técnicos, Profissionalizantes ou de outra modalidade, nos últimos 4 anos, 2008.

Respostas	Total	%
Fizeram	418	11,67
Não fizeram	3162	88,30
Não responderam	1	0,03
Total	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

As 418 PCD que afirmaram ter realizado algum *Curso Técnico, Profissionalizante* ou *Outro*, nos últimos quatro anos, citaram, em questão aberta, quais foram esses cursos. A Tabela 3.12 mostra o total de respostas registradas, devendo-se esclarecer que cada entrevistado poderia citar mais de um curso que realizou, se fosse o caso. No total de 446 respostas, destacaram-se as participações relativas referentes aos itens “Outros Cursos” (49,33%) e “Curso Profissionalizante” (43,50%).

Tabela 3.12

Pessoas com deficiência quanto às modalidades de cursos realizados nos últimos 4 anos, 2008.

Modalidades de cursos realizados	Número de respostas	%
Curso Técnico	32	7,17
Curso Profissionalizante	194	43,50
Outros Cursos	220	49,33
Total	446	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Devido à dificuldade, por parte dos entrevistados, de classificarem o curso que realizaram nas categorias “Curso Técnico”, “Curso Profissionalizante” e “Outros Cursos”, ainda que contasse com a ajuda do entrevistador para fazê-lo, optou-se, na análise das informações, pela apresentação dos principais cursos citados sem esta distinção.

Na Tabela 3.13, pode-se observar que, no total de 446 respostas, o curso com maior participação relativa foi Informática (34,98%). Em percentuais significativamente mais modestos seguiram-se os cursos de Administração (4,93%); Culinária (4,26%); Telecomunicação (4,26%); Atendimento ao Cliente (4,04%); Línguas Estrangeiras (3,14%), entre outros. No item “Outros Cursos Citados” estão incluídos diversos cursos cujos percentuais foram inferiores a 1%.

Tabela 3.13

Pessoas com deficiência quanto aos Cursos Técnicos, Profissionalizantes e outros, realizados nos últimos 4 anos, 2008.

Cursos Técnicos/Profissionalizantes e Outros	Número de respostas	%
Informática	156	34,98
Administração	22	4,93
Culinária	19	4,26
Telecomunicação	19	4,26
Atendimento ao Cliente	18	4,04
Línguas Estrangeiras	14	3,14
Qualificação para o Trabalho	13	2,91
Eletrônica	9	2,02
Enfermagem	9	2,02
Vendas	9	2,02
Bordado	8	1,79
Gestão Empresarial	7	1,57
Pintura	7	1,57
Datilografia	6	1,35
Departamento Pessoal	6	1,35
Cabeleireiro	5	1,12
Contabilidade	5	1,12
Costura	5	1,12
Secretariado	5	1,12
Segurança	5	1,12
Outros Cursos Citados	98	21,97
Não responderam	1	0,22
Total	446	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

A partir dos resultados obtidos na Fase I, realizada em 2004, é possível notar algumas semelhanças nos cursos citados. Naquele momento, do total de 912 PCD que fizeram Cursos Técnicos ou Profissionalizantes, os cursos com maior frequência relativa foram: Informática (43,75%), Atendente (6,36%) e Contabilidade (6,03%). (Ver Tabela 3.6A, em Anexo, página 88).

No que diz respeito aos locais onde os entrevistados fizeram os cursos, nos últimos quatro anos, destacaram-se, entre os itens listados no questionário, as seguintes respostas: Empresas Privadas (33,64%), APARU (10,75%), SENAC (7,01%), Escolas (5,37%), Instituto Integrar (3,97%), SENAI (3,27%) e SESI (1,64%), conforme Tabela 3.14. Cabe esclarecer, de acordo com informações do COMPOD, que muitos cursos realizados no SESC, SENAI e SESI foram organizados por algumas instituições que prestam apoio às PCD, que puderam contar com as instalações físicas desses locais.

Tabela 3.14

Pessoas com deficiência segundo o local onde fizeram cursos técnicos, profissionalizantes ou outros, nos últimos 4 anos, 2008.

Local de realização dos cursos	Número de respostas	%
Empresas privadas	144	33,64
APARU	46	10,75
SENAC	30	7,01
Escolas	23	5,37
INST. INTEGRAR	17	3,97
SENAI	14	3,27
SESI	7	1,64
CEEEU	6	1,40
ADEF	5	1,17
ASUL	4	0,93
APAE	3	0,70
SENAT	2	0,47
AACD	1	0,23
AFADA	1	0,23
NADH	1	0,23
Clínica Saúde Mental	1	0,23
Escola Estadual Novo Horizonte	1	0,23
Outras Instituições	114	26,64
Não responderam	8	1,87
Total	428	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Merece atenção a elevada participação das Empresas Privadas como local de realização de cursos de capacitação e qualificação das PCD, bem como de algumas instituições que desenvolvem atividades para a população com deficiência, quadro diferente daquele retratado em 2004, quando, no total de 912 respostas, a maior participação relativa referia-se a Escola (14,58%), seguida do SENAC (10,64%), APARU (4,39%), SENAI (3,84%) e SESI (2,52%), entre outras. Ver Tabela 3.7A, em Anexo, página 88.

Depois do quesito sobre a realização ou não de cursos de capacitação/qualificação nos últimos quatro anos, foi perguntado aos entrevistados a respeito dos Cursos Técnicos, Profissionalizantes ou Outros que estavam frequentando no momento de realização da pesquisa.

A partir das respostas obtidas, registrou-se que, do total de 3581 PCD entrevistadas, 3413 (95,31%) afirmaram que não fazem qualquer curso, enquanto apenas 167 (4,66%) fazem algum Curso Técnico, Profissionalizante ou de outra modalidade (Tabela 3.15).

Tabela 3.15

Pessoas com deficiência quanto à realização de cursos técnicos, profissionalizantes ou de outra modalidade em 2008.

Respostas	Total	%
Fazem curso	167	4,66
Não fazem curso	3413	95,31
Não responderam	1	0,03
Total	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

As PCD que afirmaram estar realizando algum curso citaram, em questão aberta, quais cursos. A Tabela 3.16 mostra o total de respostas registradas. Neste quesito, também, cada entrevistado poderia citar mais de um curso, se fosse o caso. No total de 183 respostas, destacaram-se as participações relativas referentes aos itens “Outros Cursos” (71,58%) e “Curso Profissionalizante” (23,50%).

Tabela 3.16
Pessoas com deficiência quanto às modalidades de cursos realizados em 2008.

Modalidades de cursos realizados	Número de respostas	%
Curso Técnico	9	4,92
Curso Profissionalizante	43	23,50
Outros Cursos	131	71,58
Total	183	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

A partir das citações dos entrevistados a respeito dos cursos que estavam frequentando, no momento da pesquisa, adotou-se o mesmo procedimento feito no quesito sobre a lista dos cursos citados, ou seja, optou-se por não classificá-los em Cursos Técnicos, Profissionalizantes e Outros Cursos.

Do total de 183 respostas, os cursos com maiores participações relativas foram: “Informática” (34,43%); “Línguas Estrangeiras” (10,38%); “Música” (6,01%), entre outros (Tabela 3.17).

Tabela 3.17
Pessoas com deficiência quanto aos Cursos Técnicos, Profissionalizantes e Outros, realizados em 2008.

Cursos Técnicos, Profissionalizantes e Outros	Número de respostas	%
Informática	63	34,43
Línguas Estrangeiras	19	10,38
Música	11	6,01
Artesanato	10	5,46
Pintura	10	5,46
Administração	7	3,83
Reciclagem	5	2,73
Bordado	5	2,73
Culinária	4	2,19
Natação	4	2,19
Departamento Pessoal	3	1,64
Crochê	3	1,64
Enfermagem	2	1,09
Qualificação para o Trabalho	2	1,09
Segurança do Trabalho	2	1,09
Telecomunicação	2	1,09
Dança	2	1,09
Pré-Vestibular	2	1,09
Mecânica	1	0,55
Química Industrial	1	0,55
Outros Cursos Citados	24	13,11
Não responderam	1	0,55
Total	183	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Quando são analisadas as informações das PCD quanto ao local onde fazem os Cursos Técnicos, Profissionalizantes ou Outros, o destaque é para o item “Empresas Privadas”, que aparece com 35,12% no total de 168 citações, conforme Tabela 3.18. Alguns dos cursos mais citados pelos entrevistados que assinalaram esse item foram: Administração, Segurança do Trabalho, Departamento Pessoal e Informática.

Tabela 3.18

Pessoas com deficiência segundo o local onde fazem Cursos Técnicos, Profissionalizantes ou Outros, 2008.

Local de realização dos cursos	Número de respostas	%
Empresas Privadas	59	35,12
Escolas	15	8,93
APARU	14	8,33
SENAC	7	4,17
APAE	5	2,98
ADEF	4	2,38
CEEEU	4	2,38
ADEVIUD	3	1,79
Escola Estadual Novo Horizonte	2	1,19
SESI	2	1,19
SENAI	2	1,19
AFADA	1	0,60
ASUL	1	0,60
Sala Braille Inhazinha Vilela	1	0,60
Outras Instituições	45	26,79
Não responderam	3	1,79
Total	168	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência. Uberlândia/MG, 2008.

As outras instituições citadas com maior registro foram: escolas (8,93%), APARU (8,33%) e SENAC (4,17%), ficando as demais com pequenas participações relativas.

Além dos quesitos analisados a respeito dos Cursos Técnicos, Profissionalizantes ou Outros que as PCD entrevistadas realizaram nos últimos quatro anos e no período atual, foi-lhes perguntado se participaram de algum curso de capacitação voltado exclusivamente para deficientes, nos últimos quatro anos, qual o curso e em qual instituição.

Os dados coletados permitiram verificar que, do total de 3581 PCD pesquisadas, 229 (6,39%) afirmaram que fizeram pelo menos um curso voltado exclusivamente para deficientes, nos últimos quatro anos, conforme Tabela 3.19, enquanto o restante (3351 ou 93,58%) não o fez. Os cursos com maiores percentuais foram: “Artesanato” (12,31%); “Informática” (11,15%); “Bordado” (10%); “Pintura” (6,92%); “Línguas e Qualificação para o Trabalho” (5% cada).

Tabela 3.19
Pessoas com deficiência quanto à realização de cursos
exclusivamente para deficientes, nos últimos quatro anos, 2008.

Cursos citados	Número de respostas	%
Artesanato	32	12,31
Informática	29	11,15
Bordado	26	10,00
Pintura	18	6,92
Línguas	13	5,00
Qualificação para o Trabalho	13	5,00
Braille	8	3,08
Culinária	6	2,31
Reciclagem	6	2,31
Viveiro	6	2,31
Crochê	5	1,92
Gestão Empresarial	5	1,92
Atendimento ao Cliente	4	1,54
<i>Biscuit</i>	4	1,54
Música	4	1,54
Palestras	4	1,54
Telecomunicação	4	1,54
Aula de Dança	3	1,15
Não responderam	8	3,08
Outros cursos	62	23,85
Total	260	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Os demais cursos declarados não atingiram 5% das respostas, ressaltando que, ao se consolidarem as outras citações no item “Outros Cursos”, obteve-se 23,85%, ou seja, 62 registros. Apenas oito não responderam a esse quesito, correspondendo a 3,08% do total.

A Tabela 3.20 mostra em quais instituições as PCD fizeram cursos exclusivamente para deficientes, nos últimos quatro anos. Entre as opções previamente definidas no questionário, os entrevistados poderiam marcar mais de uma alternativa conforme o(s) local(is) de realização do(s) curso(s).

Tabela 3.20
Pessoas com deficiência segundo o local de realização dos cursos
exclusivamente para deficientes, nos últimos quatro anos, 2008.

Local de realização dos cursos	Número de respostas	%
APARU	62	23,85
APAE	20	7,69
INST. INTEGRAR	16	6,15
ASUL	12	4,62
CAPS	12	4,62
Empresas Privadas	10	3,85
ADEVIUD	9	3,46
CEEEU	8	3,08
Escolas	8	3,08
ADEF	7	2,69
Associação de Moradores	6	2,31
Lar	6	2,31
SENAC	6	2,31
AADL	5	1,92
CEAI	3	1,15
Clínica Jesus de Nazaré	3	1,15
SEBRAE	3	1,15
SESI	3	1,15
Outras Instituições	31	11,92
Não Responderam	30	11,54
Total	260	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

No total de 260 respostas, destacaram-se os seguintes locais na oferta de cursos direcionados especificamente para a população com deficiência: APARU (23,85%); APAE (7,69%); Instituto Integrar (6,15%); ASUL e CAPS (4,62%). Os demais tiveram participações relativas inferiores a 5%.

Como foi observado nesta Subseção, a pesquisa apontou que a maioria dos entrevistados não estudava na data da pesquisa (79,42%), e apenas uma pequena parcela dessa população frequentava a escola (20,55%), sendo que, entre estes, a maior parte se encontra na faixa etária de 13 a 24 anos. Foi possível também constatar que a maioria das PCD não terminou o primeiro grau (67,51%) e que parcela significativa é considerada analfabeta funcional. Esses dados evidenciam a baixa escolaridade da população pesquisada.

Tanto na pesquisa de 2004 como nesta de 2008, no que se refere à busca pela capacitação ou realização de cursos técnicos ou profissionalizantes, pequena parcela das PCD afirmou possuir tais requisitos sendo que a maioria delas não fez ou não possui nenhum curso. Essa informação permite, mais uma vez, requerer o envolvimento do Poder Público, agora na criação de condições de capacitação, fator determinante para futura inserção no mercado de trabalho, que é cada vez mais competitivo e exigente com as competências e habilidades.

ANEXO – SUBSEÇÃO 3

Tabela 3.1A

Pessoas com deficiência segundo a situação escolar, por sexo, 2004.

Situação Escolar	Feminino		Masculino		Total geral	
	Número	%	Número	%	Número	%
Estudam	339	19,91	378	20,2	717	20,06
Não Estudam	1362	79,97	1488	79,53	2850	79,74
Não Responderam	2	0,12	5	0,27	7	0,2
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 3.2A

Pessoas com deficiência segundo faixa etária e situação escolar, 2004.

Faixa Etária (em anos)	Estuda		Não estuda		Não Responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
13 a 24	500	69,74	349	12,25	-	-	849	23,75
25 a 29	68	9,48	303	10,63	-	-	371	10,38
30 a 39	91	12,69	639	22,42	-	-	730	20,43
40 a 49	35	4,88	744	26,11	2	28,57	781	21,85
50 a 60	19	2,65	790	27,72	4	57,14	813	22,75
Outras Idades	4	0,56	25	0,88	1	14,29	30	0,84
Total	717	100	2850	100	7	100	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 3.3A

Pessoas com deficiência segundo escolaridade e sexo, 2004.

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não Lê e Não Escreve	295	17,32	335	17,9	630	17,63
Lê e Escreve (sem escolaridade)	64	3,76	59	3,15	123	3,44
1º Grau Incompleto/Fundamental	808	47,45	899	48,05	1707	47,76
1º Grau Completo/Fundamental	100	5,87	141	7,54	241	6,74
2º Grau Incompleto/Médio	123	7,22	146	7,8	269	7,53
2º Grau Completo/Médio	208	12,21	190	10,15	398	11,14
Superior Incompleto	37	2,17	33	1,76	70	1,96
Superior Completo	23	1,35	25	1,34	48	1,34
Pós-Graduação	13	0,76	8	0,43	21	0,59
Outro	19	1,12	20	1,07	39	1,09
Não Responderam	13	0,76	15	0,8	28	0,78
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 3.4A

Pessoas com deficiência segundo escolaridade e faixa etária, 2004.

Escolaridade	Faixa Etária (em anos)										TOTAL			
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60		Outras idades*		Núm.	%
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%		
Não Lê e Não Escreve	194	30,8	69	11	114	18,1	109	17,3	139	22,1	5	0,79	630	100
Lê e Escreve (sem escolaridade)	28	22,8	13	10,6	21	17,1	26	21,1	32	26	3	2,44	123	100
1º Grau Incompleto/Fundamental	392	23	122	7,15	299	17,5	403	23,6	479	28,1	12	0,7	1707	100
1º Grau Completo/Fundamental	31	12,9	20	8,3	63	26,1	68	28,2	56	23,2	3	1,24	241	100
2º Grau Incompleto/Médio	109	40,5	38	14,1	59	21,9	43	16	20	7,43	-	-	269	100
2º Grau Completo/Médio	58	14,6	75	18,8	116	29,1	92	23,1	56	14,1	1	0,25	398	100
Superior Incompleto	9	12,9	13	18,6	27	38,6	11	15,7	10	14,3	-	-	70	100
Superior Completo	2	4,17	12	25	9	18,8	17	35,4	8	16,7	-	-	48	100
Pós-Graduação	2	9,52	3	14,3	8	38,1	7	33,3	-	-	1	4,76	21	100
Outro	16	41	3	7,69	9	23,1	2	5,13	9	23,1	-	-	39	100
Não Responderam	7	25	2	7,14	5	17,9	6	21,4	7	25	1	3,57	28	100
Total	848	23,7	370	10,4	730	20,4	784	21,9	816	22,8	26	0,73	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Tabela 3.5A

Pessoas com deficiência quanto à realização de Curso Técnico ou Profissionalizante, 2004.

Curso	Número	%
Fizeram	912	25,52
Não fizeram	2655	74,29
Não responderam	7	0,20
Total	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 3.6A**Pessoas com deficiência com Cursos Técnicos ou Profissionalizantes, 2004.**

Cursos	Número	%
Informática	399	43,75
Atendente (público, telefone, etc.)	58	6,36
Contabilidade	55	6,03
Datilografia	39	4,28
Auxiliar de Escritório	30	3,29
Digitação	28	3,07
<i>Telemarketing</i>	26	2,85
Secretariado	25	2,74
Costura	24	2,63
Inglês	19	2,08
Cozinheiro (a)	16	1,75
Outros Cursos	193	21,16
Total	912	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 3.7A**Pessoas com deficiência segundo a instituição onde fizeram o curso, 2004.**

Instituições	Número	%
ESCOLA	133	14,58
SENAC	97	10,64
APARU	40	4,39
SENAI	35	3,84
SESI	23	2,52
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	17	1,86
ASUL	6	0,66
APAE	4	0,44
INSTITUTO INTEGRAR	4	0,44
ADEVITRIM	3	0,33
ADL	2	0,22
ADEVIUDI	-	-
ACAPED	-	-
SENAT	-	-
OUTRO	466	51,1
Não responderam	82	8,99
Total	912	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

4 – Informações Sobre a Deficiência

Ana Alice B. P. Damas Garlipp
Camila do Carmo Hermida
Ester William Ferreira
Lucimeire de Fátima Cardoso
Suhellen Souza Martins

Todos os quesitos desta Subseção do questionário foram expostos de maneira a permitir a obtenção de informações quanto à deficiência das PCD, tais como: tipo (s) de alteração ou deficiência; em caso de *Deficiência Auditiva*, se a PCD tem o domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); em caso de *Deficiência Física*, qual o tipo ou a extensão da seqüela e o segmento do corpo comprometido; se a deficiência foi adquirida ou não; a principal causa da deficiência; a necessidade e aquisição de aparelho de reabilitação; tipo de transporte utilizado e para qual finalidade; aquisição do cartão passe livre da SETTRAN; necessidade de ajuda para sair de casa; principais atividades de lazer; principais dificuldades de acesso na cidade, e melhoria(s) realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia.

No quesito “Tipo (s) de alteração ou deficiência”, o entrevistado deveria marcar uma ou mais alternativas entre as seguintes: 1) Auditiva; 2) Física, 3) Mental, 4) Visual ou 5) Outra.

A partir da análise dos dados e para melhor apresentação deles, optou-se pelos seguintes procedimentos:

- Para as pessoas que marcaram apenas um tipo de deficiência, suas informações foram tabuladas sob a denominação de deficiência assinalada. Por exemplo: *Auditiva* (inclui os entrevistados que têm somente esta deficiência), *Física* (entrevistados que têm somente *Deficiência Física*) e assim por diante;
- Nos casos em que a pessoa respondeu que possui mais de uma deficiência, suas informações são apresentadas sob a denominação *Deficiência Múltipla*;
- O item *Outra* traz as informações dos entrevistados que citaram alguma alteração ou doença não compreendida nas opções anteriores,

- Quando não foi possível identificar o tipo de deficiência porque o responsável pelas informações não assinalou nenhuma alternativa entre as propostas no questionário, optou-se por tabular como *Não responderam*.

A Tabela 4.1 mostra a distribuição das pessoas por tipo de alteração ou deficiência, sexo e faixas de idade. Vale dizer que os conceitos utilizados para definir cada tipo de deficiência já foram abordados no item *Notas Metodológicas*, que se encontra na *Introdução* deste relatório.

A pesquisa apontou que, do total de 3581 entrevistados que responderam o questionário completo, 39,43% afirmaram possuir *Deficiência Física*; 28,26% têm *Deficiência Mental*; 12,12%, *Deficiência Visual*; 9,72%, *Deficiência Auditiva*; 8,94%, *Deficiência Múltipla*; 1,42% assinalaram o item *Outra*; e 0,11% (4 entrevistados) não marcou nenhuma alternativa. Em 2004, na Pesquisa LIESPPDeficiência, de 3574 PCD que responderam o questionário completo, 46,25% tinham *Deficiência Física*; 18,33%, *Deficiência Mental*; 11,78%, *Deficiência Visual*; 10,72%, *Deficiência Múltipla*; 10,30%, *Deficiência Auditiva* e 1,93% assinalaram o item *Outra* (Tabela 4.1A, em Anexo, página 121).

Em 2008, verificou-se que 69,56% dos entrevistados têm mais de 30 anos de idade, enquanto 30,44% têm entre 13 e 29 anos. Estes dados se revelam bastante próximos aos apurados na Fase I (cerca de 65% e 34%, respectivamente).

Nota-se que há mais pessoas com idade acima de 30 anos em todos os tipos de deficiência, sendo que as *Deficiências Física e Visual* se destacam com cerca de 84% e 82%, respectivamente, de pessoas com idade a partir dessa faixa. Quando comparados esses dados com os da Pesquisa LIESPPDeficiência/2004, percebe-se que as deficiências destacadas foram as mesmas ressaltadas nesse sentido na Fase I. No entanto, as pessoas com *Deficiência Mental* que, em sua maioria (60,77%), tinham idades entre 13 e 29 anos, em 2004, nesta Fase II apresentam idades acima de 30 anos (55%).

No que se refere ao sexo, a quantidade de homens e mulheres foi relativamente balanceada entre os tipos de deficiência. Do total de 3581 PCD entrevistadas, 50,18% são do sexo masculino e 49,82% são do sexo feminino. Em 2004, os dados da Fase I desta pesquisa mostraram que em quase todos os tipos de deficiência predominou o sexo masculino, somando um percentual de 52,35% e o sexo feminino totalizou um percentual de 47,65%.

Tabela 4.1

Distribuição das pessoas com deficiência por tipo de alteração ou deficiência, segundo o sexo e faixas de idade, 2008.

Tipo(s) de alteração ou deficiência e sexo	Faixas de idade (em anos)														Total		% 3581=100	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 59		60 a 64		Não responderam					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Auditiva																		
Feminino	44	12,64	14	4,02	40	11,49	38	10,92	48	13,79	15	4,31	-	-	199	57,18	5,56	
Masculino	32	9,20	10	2,87	26	7,47	31	8,91	28	8,05	22	6,32	-	-	149	42,82	4,16	
Total	76	21,84	24	6,90	66	18,97	69	19,83	76	21,84	37	10,63	-	-	348	100,00	9,72	
Física																		
Feminino	76	5,38	27	1,91	123	8,71	156	11,05	190	13,46	75	5,31	-	-	647	45,82	18,07	
Masculino	75	5,31	42	2,97	167	11,83	192	13,60	185	13,10	104	7,37	-	-	765	54,18	21,36	
Total	151	10,69	69	4,89	290	20,54	348	24,65	375	26,56	179	12,68	-	-	1412	100,00	39,43	
Mental																		
Feminino	142	14,03	38	3,75	85	8,40	116	11,46	82	8,10	25	2,47	1	0,10	489	48,32	13,66	
Masculino	209	20,65	49	4,84	108	10,67	86	8,50	58	5,73	13	1,28	-	-	523	51,68	14,60	
Total	351	34,68	87	8,60	193	19,07	202	19,96	140	13,83	38	3,75	1	0,10	1012	100,00	28,26	
Visual																		
Feminino	26	5,99	14	3,23	38	8,76	58	13,36	77	17,74	41	9,45	-	-	254	58,53	7,09	
Masculino	24	5,53	14	3,23	27	6,22	37	8,53	46	10,60	32	7,37	-	-	180	41,47	5,03	
Total	50	11,52	28	6,45	65	14,98	95	21,89	123	28,34	73	16,82	-	-	434	100,00	12,12	
Múltipla																		
Feminino	41	12,81	11	3,44	25	7,81	32	10,00	44	13,75	17	5,31	-	-	170	53,13	4,75	
Masculino	31	9,69	19	5,94	25	7,81	23	7,19	33	10,31	18	5,63	1	0,31	150	46,88	4,19	
Total	72	22,50	30	9,38	50	15,63	55	17,19	77	24,06	35	10,94	1	0,31	320	100,00	8,94	
Outra																		
Feminino	7	13,73	-	-	2	3,92	4	7,84	9	17,65	2	3,92	-	-	24	47,06	0,67	
Masculino	16	31,37	-	-	1	1,96	-	-	5	9,80	5	9,80	-	-	27	52,94	0,75	
Total	23	45,10	-	-	3	5,88	4	7,84	14	27,45	7	13,73	-	-	51	100,00	1,42	
Não responderam																		
Feminino	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,00	-	-	-	-	1	25,00	0,03	
Masculino	-	-	2	50,00	1	25,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3	75,00	0,08	
Total	-	-	2	50,00	1	25,00	-	-	1	25,00	-	-	-	-	4	100,00	0,11	
Total	720	20,11	240	6,70	668	18,65	773	21,59	806	22,51	369	10,30	2	0,06	3581	100,00	100,00	

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

O segundo quesito dessa Subseção se refere somente às pessoas com *Deficiência Auditiva*, para as quais foi perguntado se estas dominam ou não a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Tabela 4.2 apresenta os resultados das respostas para tal quesito.

Vale ressaltar que essas informações referem-se aos entrevistados que afirmaram ter Deficiência Auditiva e também àqueles que apontaram ter, além desta, outra deficiência (portanto, estão inclusos em *Deficiência Múltipla*) ou alguma doença (*Outra*).

Do total de pessoas com *deficiência somente auditiva*, 38,51% dominam a LIBRAS, ou seja, comunicam-se sem dificuldade por meio dessa Língua. Em torno de 48% não dominam e cerca de 14% não responderam o quesito. Entre os entrevistados que responderam ter outra deficiência em conjunto com a auditiva, apenas 14,29% dominam a LIBRAS, enquanto a maioria (69,39%) não domina e 16,33% não responderam esse quesito.

Todos os entrevistados que responderam a opção *Outra* com relação a sua deficiência, não indicaram resposta para este quesito e aquelas PCD que não informaram o tipo de deficiência também não responderam se dominam ou não a LIBRAS.

Tabela 4.2

Pessoas com deficiência auditiva quanto ao domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), 2008.

Tipo(s) de alteração ou deficiência	Não dominam LIBRAS		Dominam LIBRAS		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	167	47,99	134	38,51	47	13,51	348	100,00
Múltipla	68	69,39	14	14,29	16	16,33	98	100,00
Outra	-	-	-	-	51	100,00	51	100,00
Não responderam	-	-	-	-	4	100,00	4	100,00
Total	235	46,91	148	29,54	118	23,55	501	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

É interessante destacar que na Fase I da pesquisa, realizada em 2004, o percentual de pessoas com *Deficiência Auditiva* com domínio da LIBRAS (48%) era superior relativamente ao registrado em 2008. Em torno de 34% não dominavam, e 18,75% não responderam o quesito. Entre as pessoas com *Deficiência Múltipla*, apenas 2,35% dominavam a LIBRAS, enquanto 16,45% não dominavam. Naquele momento, 81% não responderam a questão porque tinham *Deficiência Múltipla*, mas não apresentavam *Deficiência Auditiva* (Tabela 4.2A, Anexo, página 122).

A fim de identificar mais precisamente o tipo ou a extensão da *Deficiência Física*, foi solicitado às pessoas com esta deficiência que, inicialmente, classificassem sua

alteração de acordo com os seguintes itens: *amputação, paralisia total, paralisia parcial, deformidade congênita ou adquirida, nanismo, ostomia, paralisia cerebral, ou nenhuma destas alternativas*. Em um segundo momento, foi perguntado àquelas PCD que responderam alguma das quatro primeiras alternativas desta questão qual(is) o(s) segmento(s) comprometido(s) do corpo.

Da mesma forma que no quesito anterior, os resultados para esses dois itens também foram tabulados de acordo com as respostas daqueles que afirmaram possuir somente *Deficiência Física* e daqueles que têm um tipo de *Deficiência Física* em conjunto com alguma(s) outra(s) deficiência(s), considerado como *Deficiência Múltipla*.

Na Tabela 4.3 pode-se constatar que a maior parte das pessoas que possuem apenas *Deficiência Física*, bem como aquelas que possuem esta conjugada a outra deficiência (*Deficiência Múltipla*) apontaram possuir algum tipo de paralisia parcial (35,75%) ou algum tipo de deformidade congênita ou adquirida (31,92%). Os entrevistados que apontaram ter alguma seqüela advinda de amputação possuem, em maior parcela, apenas *Deficiência Física* (7,56%) relativamente àqueles que possuem *Deficiência Múltipla* (2,36%).

Tabela 4.3

Pessoas com deficiência quanto ao tipo ou extensão da seqüela, 2008.

Tipo ou extensão da seqüela	Física		Deficiência Múltipla		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Amputação	107	7,56	6	2,36	113	6,78
Paralisia total	71	5,00	21	8,66	92	5,55
Paralisia parcial	509	36,02	85	34,25	593	35,75
Deformidade Congênita ou Adquirida	465	32,96	64	25,98	530	31,92
Nanismo	11	0,76	1	0,39	12	0,71
Ostomia	21	1,46	0	0,00	21	1,24
Paralisia cerebral	22	1,53	15	5,91	36	2,18
Nenhuma das Alternativas	139	9,85	43	17,32	182	10,97
Não responderam	69	4,86	13	5,12	81	4,90
Total	1412	100,00	248	100,00	1660	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Destaque-se que nesta Fase II da pesquisa, foi possível identificar, dentre as pessoas com *Deficiência Física* entrevistadas, 12 pessoas com *nanismo* e 21 com *ostomia*. Nota-se, ainda, que aproximadamente 11% das pessoas com algum tipo de deficiência física não assinalaram qualquer das alternativas referentes ao tipo ou extensão da seqüela.

Às pessoas com *Deficiência Física ou Múltipla* (neste caso, com alguma outra deficiência além da deficiência física) que assinalaram ter sofrido amputação, paralisia

total, parcial ou deformidade congênita, foi lhes perguntado qual o segmento do corpo comprometido. A Tabela 4.4 apresenta os resultados obtidos a partir das respostas a esse quesito.

Observou-se que a maioria das PCD marcou a alternativa “um membro inferior” (28,02%), seguida das alternativas: “dois membros inferiores” (18,65%), “um membro superior” (11,65%), “um membro superior e um membro inferior” (10,54%), “mão, pé ou dedo polegar” (6,93%), entre outras alternativas em menores percentuais.

Tabela 4.4

Pessoas com deficiência que sofreram amputação; paralisia total, parcial ou deformidade congênita ou adquirida quanto ao segmento do corpo comprometido, 2008.

Segmento do corpo comprometido	Amputação		Paralisia total		Paralisia parcial		Deformidade congênita ou adquirida		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Um membro inferior	55	48,78	6	6,06	158	26,69	153	28,82	465	28,02
Dois membros inferiores	5	4,07	28	30,30	110	18,52	105	19,90	310	18,65
Um membro superior	18	16,26	8	9,09	70	11,77	58	10,98	193	11,65
Dois membros superiores	3	2,44	3	3,03	17	2,83	27	5,15	62	3,74
Um membro superior e um inferior	2	1,63	7	8,08	103	17,43	28	5,32	175	10,54
Um membro superior e dois inferiores	1	0,81	0	0,00	3	0,47	2	0,34	7	0,42
Dois membros superiores e dois membros inferiores	1	0,81	23	25,25	19	3,14	23	4,29	82	4,92
Paralisia permanente de um dos lados do corpo	0	0,00	9	10,10	68	11,46	11	2,06	109	6,59
Mão, pé ou dedo polegar	18	16,26	2	2,02	20	3,30	52	9,78	115	6,93
Nenhuma das alternativas	9	8,13	4	4,04	17	2,83	60	11,32	113	6,80
Não responderam	1	0,81	2	2,02	9	1,57	11	2,06	29	1,73
Total	113	100,00	92	100,00	593	100,00	530	100,00	1660	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Entre os entrevistados que indicaram ter amputado algum(ns) membro(s), parcela expressiva indicou ter comprometido “um membro inferior” (em torno de 49% do total destas pessoas), seguido de “um membro superior” (16,26%) e “mão, pé ou dedo polegar” (16,26%), em percentuais iguais.

Do total de pessoas com paralisia total, 30,30% assinalaram a alternativa “dois membros inferiores”, seguido de “dois membros superiores e dois membros inferiores” (25,25%). Dentre aqueles que apontaram ter algum tipo de paralisia parcial, predominaram três respostas: “um membro inferior” (26,69%), seguido de “dois membros inferiores” (18,52%) e “um membro superior e um inferior” (17,43%).

As pessoas com *Deficiência Física*, com algum tipo de deformidade congênita ou adquirida, indicaram que os principais segmentos do corpo comprometidos são: “um membro inferior” (28,82%), “dois membros inferiores” (18,52%) e “um membro superior” (11,77%). Neste grupo, observa-se o maior percentual de respostas “nenhuma das alternativas” – cerca de 11%.

Quanto à origem da alteração ou deficiência, foi perguntado ao entrevistado quando ela se manifestou – se antes do nascimento, no nascimento ou após o nascimento. Os resultados mostraram que 2466 PCD (68,86%) adquiriram a deficiência após o nascimento; 21,61% a têm desde o nascimento, enquanto 9,35% adquiriram a deficiência no nascimento. Apenas 0,25% não responderam esse quesito, o que se constata na Tabela 4.5.

O quadro é semelhante quando a análise se dá por tipo de alteração ou deficiência: a maioria das PCD entrevistadas adquiriu a deficiência após o nascimento, tanto as pessoas com *Deficiência Física* (83,43%), quanto aquelas com *Deficiência Visual* (67,51%), *Múltipla* (62,81%), *Auditiva* (55,46%) e *Mental* (54,94%).

Tabela 4.5

Pessoas com deficiência segundo o tipo e origem da alteração ou deficiência, 2008.

Tipo de alteração ou deficiência	Antes do nascimento		No nascimento		Após o nascimento		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	106	30,46	48	13,79	193	55,46	1	0,29	348	100,00
Física	150	10,62	83	5,88	1178	83,43	1	0,07	1412	100,00
Mental	317	31,32	138	13,64	556	54,94	1	0,10	1012	100,00
Visual	113	26,04	27	6,22	293	67,51	1	0,23	434	100,00
Múltipla	81	25,31	38	11,88	201	62,81	-	-	320	100,00
Outra	7	13,73	1	1,96	43	84,31	-	-	51	100,00
Não responderam	-	-	-	-	2	50,00	2	50,00	4	100,00
Total	774	21,61	335	9,35	2466	68,86	6	0,17	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência 2008. Uberlândia-MG.

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência. Uberlândia/MG, 2008.

Do total de 2466 PCD que responderam ter adquirido a alteração ou deficiência após o nascimento, 33 pessoas (1,33%) não especificaram quando adquiriram a deficiência: se antes de um mês de idade, se depois de um mês de nascido mas antes de um ano de idade (de 1 a 11 meses) ou se após um ano de idade. Por isto, optou-se pela tabulação e análise dos resultados apresentados nas Tabelas 4.6 e 4.7 considerando as informações somente dos entrevistados que responderam este quesito.

Na Tabela 4.6 é possível constatar que 184 pessoas (7,46% de 2466) adquiriram a deficiência antes de completarem um ano de idade. Parcela significativa (34,24%) afirmou que isso aconteceu quando tinham de 4 a 6 meses; 33,70% entre sete e onze meses; 19,57% entre um e três meses e 12,50% antes de completarem um mês de vida.

Na observação dos dados referentes às pessoas com *Deficiência Física e Visual*, percebe-se que os maiores percentuais encontram-se na faixa de 7 a 11 meses: em torno de 41,76% e 42,86% respectivamente. As pessoas com *Deficiência Mental e Deficiência*

Múltipla adquiriram a deficiência principalmente na faixa de 4 a 6 meses (40% e 42,31% respectivamente), enquanto que para as pessoas com *Deficiência Auditiva* isto aconteceu principalmente nos períodos de 4 a 6 e 7 a 11 meses de idade (42,86% em cada faixa, respectivamente).

Tabela 4.6

Pessoas com deficiência adquirida após o nascimento segundo o tipo de alteração ou deficiência e faixas de idade quando a adquiriram (em meses), 2008.

Tipo de alteração ou deficiência	Antes de 1 mês		De 1 a 3		De 4 a 6		De 7 a 11		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	2	14,29	-	-	6	42,86	6	42,86	14	100,00
Física	8	8,79	18	19,78	27	29,67	38	41,76	91	100,00
Mental	7	15,56	12	26,67	18	40,00	8	17,78	45	100,00
Visual	1	14,29	2	28,57	1	14,29	3	42,86	7	100,00
Múltipla	5	19,23	3	11,54	11	42,31	7	26,92	26	100,00
Outra	-	-	1	100,00	-	-	-	-	1	100,00
Total	23	12,50	36	19,57	63	34,24	62	33,70	184	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Do total de 2466 PCD que responderam que adquiriram a alteração ou deficiência após o nascimento, 2249 (91,20%) afirmaram que isto aconteceu após um ano de idade. Desse total, 40,36% adquiriram a deficiência com idade entre trinta e cinco e cinquenta e quatro anos; 28,83%, entre dezenove e trinta e quatro anos; 14,74%, entre onze e dezoito anos; 14,64% entre um e cinco anos e 6,63%, entre cinquenta e cinco e sessenta e quatro anos (Tabela 4.7).

Tabela 4.7

Pessoas com deficiência adquirida após o nascimento segundo o tipo de alteração ou deficiência e faixas de idade quando a adquiriram (em anos), 2008.

Tipo de alteração ou deficiência	De 1 a 5 anos		De 6 a 10 anos		De 11 a 18 anos		De 19 a 34 anos		De 35 a 54 anos		De 55 a 64 anos		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	40	26,14	24	15,69	20	13,07	39	25,49	45	29,41	5	3,27	173	100,00
Física	138	14,05	69	7,03	94	9,57	252	25,66	437	44,50	86	8,76	1076	100,00
Mental	57	14,58	52	13,30	111	28,39	153	39,13	119	30,43	10	2,56	502	100,00
Visual	24	9,72	31	12,55	39	15,79	65	26,32	112	45,34	15	6,07	286	100,00
Múltipla	23	15,54	7	4,73	22	14,86	47	31,76	62	41,89	9	6,08	170	100,00
Outra	5	13,51	4	10,81	3	8,11	8	21,62	15	40,54	5	13,51	40	100,00
Não responderam	-	-	-	-	-	-	1	50,00	1	50,00	-	-	2	100,00
Total	287	14,64	187	9,54	289	14,74	565	28,83	791	40,36	130	6,63	2249	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG,2008.

Para quase todos os tipos de alteração ou deficiência, verificou-se que as PCD adquiriram a deficiência principalmente nas idades compreendidas entre 35 e 54 anos: *Auditiva* (29,41%); *Física* (44,50%); *Visual* (45,34%) e *Múltipla* (41,89%), exceto nos casos das pessoas com *Deficiência Mental* cujas idades de maior ocorrência foi aquelas

entre 19 e 34 anos (30,43%). Em que pesem as maiores participações relativas se darem na faixa “35 a 54 anos”, foram expressivas as respostas nas demais faixas de idade, especialmente nas faixas “19 a 34 anos” – para todos os tipos de deficiência, os percentuais foram maiores que 20% - “11 a 18 anos” e de “1 a 5 anos”.

O quesito “Principal causa da deficiência” foi inserido somente no questionário da pesquisa realizada em 2008, não sendo possível, portanto, qualquer análise comparativa com a pesquisa realizada em 2004. Cabe destacar que as causas listadas referem-se apenas às possíveis causas de deficiências ocorridas após o nascimento, quais sejam: “doença”; “acidente de trabalho”; “acidente de trânsito”; “afogamento”; “queda”; “queimadura”; “ingestão de alimento contaminado”; “ingestão de medicamento”; “ingestão de substância tóxica”; “má alimentação” e “violência”. Foi colocado o item “outra” com campo aberto para que a PCD citasse a causa de sua deficiência, caso esta não fosse encontrada nas opções de resposta.

A Tabela 4.8 mostra os resultados obtidos. Pode-se observar que o item “doença” foi a principal causa citada pelos entrevistados (55,72% do total de 2466 PCD que adquiriram a deficiência após o nascimento). Tanto entre as pessoas com *Deficiência Auditiva* (60,62%), quanto entre aquelas com *Deficiência Física* (52,97%), *Mental* (51,44%), *Visual* (70,31%) e *Múltipla* (58,21%), as participações relativas desse item são significativamente superiores às dos demais itens.

A segunda causa mais citada foi “acidente de trânsito” (10,10%), destacando-se os percentuais mais elevados de incidência entre as pessoas com *Deficiência Física* (16,64%) e com *Deficiência Múltipla* (12,94%), esta última provavelmente incluindo a *Deficiência Física*.

Em terceiro lugar, está “acidente de trabalho” (8,43%), seguido dos itens “queda” (3%), “violência” (2,64%), “ingestão de medicamento” (0,73%), “ingestão de substância tóxica” (0,36%), “queimadura” (0,28%), “má alimentação” (0,20%), “ingestão de alimento contaminado” (0,16%) e “afogamento” (0,12%).

Apenas 14 pessoas não responderam a causa da sua deficiência, enquanto 436 pessoas assinalaram o item “outra” (17,68%). Destas, 149 (34,17%) afirmaram não saber qual a causa da deficiência, enquanto 7,34% citaram “problemas hereditários”; 6,65%, “traumas emocionais”; 3,21%, “acidente doméstico”; 2,29%, “erro médico”, 2,06%, “depressão” e 1,38%, “alcoolismo”, entre outras causas em percentuais próximos a 1% cada uma.

Tabela 4.8

Principal causa da deficiência segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008.

Principal causa da deficiência	Tipo de alteração ou deficiência												Total	
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Outra			
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Doença	117	60,62	624	52,97	286	51,44	206	70,31	117	58,21	24	53,33	1374	55,72
Acidente de Trabalho	17	8,81	150	12,73	15	2,70	15	5,12	11	5,47	-	-	208	8,43
Acidente de Trânsito	6	3,11	196	16,64	13	2,34	5	1,71	26	12,94	3	6,67	249	10,10
Afogamento	1	0,52	2	0,17	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,12
Queda	2	1,04	52	4,41	9	1,62	4	1,37	7	3,48	-	-	74	3,00
Queimadura	1	0,52	4	0,34	1	0,18	-	-	1	0,50	-	-	7	0,28
Ingestão de Alimento Contaminado	-	-	-	-	3	0,54	-	-	1	0,50	-	-	4	0,16
Ingestão de Medicamento	5	2,59	6	0,51	4	0,72	3	1,02	-	-	-	-	18	0,73
Ingestão de Substância Tóxica	-	-	2	0,17	6	1,08	-	-	1	0,50	-	-	9	0,36
Má Alimentação	1	0,52	-	-	4	0,72	-	-	-	-	-	-	5	0,20
Violência	1	0,52	25	2,12	22	3,96	9	3,07	8	3,98	-	-	65	2,64
Outra	40	20,73	113	9,59	190	34,17	50	17,06	27	13,43	16	35,56	436	17,68
Não responderam	2	1,04	4	0,34	3	0,54	1	0,34	2	1,00	2	4,44	14	0,57
Total	193	100,00	1178	100,00	556	100,00	293	100,00	201	100,00	45	100,00	2466	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Na análise dos dados referentes ao quesito “Sua deficiência requer algum aparelho de reabilitação?”, a maioria dos entrevistados (68,75%) respondeu negativamente, enquanto 30,16% afirmaram que a deficiência que têm requer aparelho e apenas 1,01% não souberam responder a questão (Tabela 4.9).

Na pesquisa realizada em 2004, 64% das PCD pesquisadas (3574) responderam que sua deficiência não requeria aparelho; 32,57% que tinham necessidade de aparelho e 3,11% não souberam responder a questão, como pode ser constatado na Tabela 4.3A, Anexo, página 122. Em que pese a variação de apenas 2,41 ponto percentual entre o resultado apresentado em 2004 relativamente ao resultado de 2008, há que se considerar que a demanda por aparelhos de reabilitação apresentou-se mais elevada nesta Fase II.

Observando-se as informações por tipo de deficiência, percebe-se que somente no caso das pessoas com *Deficiência Auditiva*, a maioria respondeu que a deficiência requer aparelho de reabilitação (61,49%). Esse percentual foi de 24,65% entre as pessoas com *Deficiência Visual*; 42,56% entre as pessoas com *Deficiência Física*; 42,5% entre os que têm *Deficiência Múltipla* e 11,76% entre aqueles que citaram outro tipo de deficiência ou alteração. As pessoas com *Deficiência Mental* foram as que apresentaram o menor percentual relativo à necessidade de aparelho (1,58%), possivelmente devido à própria especificidade da deficiência.

Tabela 4.9

Pessoas com deficiência quanto à necessidade de aparelho de reabilitação, segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008.

Tipo de alteração ou deficiência	A deficiência requer aparelho		A deficiência não requer aparelho		Não sabe		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	214	61,49	132	37,93	2	0,57	-	-	348	100,00
Física	601	42,56	792	56,09	18	1,27	1	0,07	1412	100,00
Mental	16	1,58	988	97,63	8	0,79	-	-	1012	100,00
Visual	107	24,65	324	74,65	3	0,69	-	-	434	100,00
Múltipla	136	42,50	179	55,94	5	1,56	-	-	320	100,00
Outra	6	11,76	45	88,24	-	-	-	-	51	100,00
Não responderam	-	-	2	50,00	-	-	2	50,00	4	100,00
Total	1080	30,16	2462	68,75	36	1,01	3	0,08	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Aos entrevistados que responderam que sua deficiência requer aparelho de reabilitação, foi feita a pergunta “Qual aparelho?”. Todas as pessoas, mesmo as que têm *Deficiência Múltipla*, deveriam assinalar o principal aparelho que consideravam necessário. A Tabela 4.10 mostra as informações obtidas a partir das respostas a esse quesito segundo o tipo de deficiência.

O aparelho mais assinalado relativamente aos demais foi a *cadeira de rodas* (23,15%), seguido do *aparelho auditivo* (22,69%), *bengala* (10,93%), *muleta* (9,17%), *prótese* (8,52%) e outros em menores percentuais. Cabe lembrar aqui que, na Fase I desta pesquisa, foi possível verificar que o *aparelho auditivo* foi o mais assinalado relativamente aos demais (20,53%). Em seguida, destacaram-se: *cadeira de rodas* (20,02%), *muleta* (10,82%), *lente especial* (10,40%), *bengala* (9,71%) e outros em menores percentuais (Tabela 4.4A, Anexo, página 123).

Entre as pessoas com *Deficiência Auditiva*, a maioria assinalou o “aparelho auditivo” como o mais requerido (em torno de 99%). Entre as pessoas com *Deficiência Física*, a “cadeira de rodas” foi a mais citada (32,78%), seguida por outros aparelhos: “muleta” (15,14%), “bengala” (13,81%), “prótese” (13,14%), “aparelho ortopédico” (11,48%), “órtese” (4,82%) e “bolsa coletora” (2,83%). Um total de 5,82% dos Deficientes Físicos assinalou a opção “outro” para este quesito.

Para 107 pessoas com *Deficiência Visual* que necessitam de aparelho de reabilitação, a “lente especial” foi a mais citada (51,4%). As pessoas com *Deficiência Múltipla* assinalaram principalmente os itens “cadeira de rodas” (34,56%), “aparelho auditivo” (23,53%) e “bengala” (8,82%). Para os deficientes que possuem outra deficiência ou alteração, os itens marcados foram “aparelho ortopédico” e “bolsa coletora”, ambos com 33%.

Tabela 4.10

Pessoas cuja deficiência requer aparelho de reabilitação, segundo o tipo de aparelho e de alteração ou deficiência, 2008.

Tipos de aparelho	Tipo de alteração ou deficiência												Total	
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Outra			
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Aparelho Auditivo	212	99,07	-	-	1	6,25	-	-	32	23,53	-	-	245	22,69
Aparelho Ortopédico	-	-	69	11,48	3	18,75	-	-	11	8,09	2	33,33	83	7,69
Cadeira de Rodas	-	-	197	32,78	3	18,75	1	0,93	47	34,56	-	-	250	23,15
Bengala	-	-	83	13,81	-	-	23	21,50	12	8,82	-	-	118	10,93
Bolsa Coletora de Fezes e/ou Urina	-	-	17	2,83	1	6,25	-	-	-	-	2	33,33	20	1,85
Lente Especial	-	-	-	-	-	-	55	51,40	4	2,94	-	-	59	5,46
Muleta	-	-	91	15,14	-	-	1	0,93	7	5,15	-	-	99	9,17
Órtese	-	-	29	4,83	1	6,25	-	-	4	2,94	-	-	34	3,15
Prótese	1	0,47	79	13,14	-	-	8	7,48	4	2,94	-	-	92	8,52
Outro	-	-	35	5,82	6	37,50	18	16,82	10	7,35	2	33,33	71	6,57
Não responderam	1	0,47	1	0,17	1	6,25	1	0,93	5	3,68	-	-	9	0,83
Total	214	100,00	601	100,00	16	100,00	107	100,00	136	100,00	6	100,00	1080	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência. Uberlândia/MG, 2008.

Nas respostas ao quesito “Já possui o aparelho?”, 75,46% das pessoas com deficiência, que afirmaram necessitar de aparelho de reabilitação, responderam afirmativamente, enquanto 22,22% disseram que não possuem o aparelho (Tabela 4.11). Destes, os percentuais mais destacados foram observados para aqueles com *Deficiência Auditiva* (41,59%), com *Deficiência Múltipla* (25%), com *Deficiência Visual* (19,63%) e com *Deficiência Física* (14,64%).

Tabela 4.11

Pessoas com deficiência que possuem o aparelho de reabilitação, segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008.

Tipo de alteração ou deficiência	Possuem o aparelho		Não possuem o aparelho		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	125	58,41	89	41,59	-	-	214	100,00
Física	495	82,36	88	14,64	18	3,00	601	100,00
Mental	9	56,25	7	43,75	-	-	16	100,00
Visual	82	76,64	21	19,63	4	3,74	107	100,00
Múltipla	99	72,79	34	25,00	3	2,21	136	100,00
Outra	5	83,33	1	16,67	-	-	6	100,00
Total	815	75,46	240	22,22	25	2,31	1080	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Para as pessoas que afirmaram que possuem o aparelho de reabilitação foi feita a pergunta “Como o adquiriu?”. Neste quesito, 33,74% das PCD o adquiriram por meio de “doação de uma instituição”; 24,29% afirmaram que “a família comprou”; 15,71% compraram; 12,02% delas adquiriram o aparelho por meio de “doação de pessoa física” e 8,59% por intermédio do “SUS”. As demais alternativas apresentaram percentuais significativamente menores: “Empréstimo” (1,84%), “INSS” (1,23%) e “a pessoa mesma fez o aparelho” (0,98%), conforme se vê na Tabela 4.12.

É interessante destacar que, na pesquisa realizada em 2004, parte significativa das PCD pesquisadas afirmou ter comprado o aparelho de reabilitação (39,20%); 21% o adquiriram por meio de “doação de uma instituição”; 15% por meio de “doação de pessoa física”, e para 8% das PCD, “a família comprou o aparelho”. As demais alternativas tiveram as seguintes participações relativas: “SUS” (4,55%), “empréstimo”

(4,43%), “a pessoa mesma fez o aparelho” (3,98%) e “INSS” (3,64%), como pode ser constatado na Tabela 4.5A, Anexo, página 123.

A visualização dos dois quadros sugere que, em 2008, as PCD apresentaram maior dificuldade para adquirir o aparelho de reabilitação, necessitando recorrer à doação de instituições, à ajuda da família e mesmo à doação de pessoa física.

Tabela 4.12

Pessoas com deficiência que possuem o aparelho de reabilitação por tipo de deficiência e forma de aquisição do aparelho, 2008.

Forma de aquisição do aparelho	Tipo de alteração ou deficiência												Total	
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Outra		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
A família comprou	34	27,20	98	19,80	1	11,11	35	42,68	29	29,29	1	20,00	198	24,29
Doação de instituição	48	38,40	162	32,73	7	77,78	11	13,41	46	46,46	1	20,00	275	33,74
Doação de pessoa física	4	3,20	78	15,76	-	-	8	9,76	8	8,08	-	-	98	12,02
Comprou	15	12,00	82	16,57	-	-	26	31,71	5	5,05	-	-	128	15,71
Empréstimo	3	2,40	12	2,42	-	-	-	-	-	-	-	-	15	1,84
INSS	2	1,60	8	1,62	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1,23
SUS	17	13,60	37	7,47	1	11,11	2	2,44	10	10,10	3	60,00	70	8,59
Você mesmo fez	-	-	8	1,62	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0,98
Não sabe	1	0,80	2	0,40	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,37
Não respondeu	1	0,80	8	1,62	-	-	-	-	1	1,01	-	-	10	1,23
Total	125	100,00	495	100,00	9	100,00	82	100,00	99	100,00	5	100,00	815	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Às 240 PCD que responderam que não possuem aparelho de reabilitação, foi perguntado o motivo por que não o possuem. A Tabela 4.13 apresenta os resultados obtidos a partir desse quesito.

Dentre as cinco opções de resposta, o principal motivo foi “dificuldade financeira” (72,92%). Em seguida, 9,58% afirmaram que “não utilizam”; 1,67% das PCD não possuem o aparelho de reabilitação porque “não sabem onde adquirir”. O mesmo percentual colocou que o “aparelho não está disponível em Uberlândia”, enquanto 12,5% citaram outros motivos de não possuírem o aparelho de reabilitação, tais como: “há burocracia para obtê-lo”; “está na espera do SUS”; “necessita de cirurgia antes”; “está adquirindo”; “ainda não chegou”, entre outros motivos diversos.

Esses resultados confirmam o que foi apontado anteriormente a respeito da dificuldade das PCD para adquirirem o aparelho de reabilitação. Em 2004, esta dificuldade já se mostrava presente. Dentre as opções de resposta quanto ao motivo de não possuir o aparelho, o principal foi “dificuldade financeira” (67,39%). Em seguida,

cerca de 4% das PCD entrevistadas afirmaram que “não necessitavam”; 2,9% “não sabiam onde adquirir” e 2,17% não tinham o aparelho porque afirmaram que este “não foi desenvolvido ainda em Uberlândia”, enquanto 20,29% citaram motivos diversos de não possuírem aparelho de reabilitação (Tabela 4.6A, Anexo, página 124).

Tabela 4.13

Pessoas com deficiência segundo os motivos de não possuírem o aparelho de reabilitação, 2008.

Motivos de não possuir o aparelho	Total	%
Não utiliza	23	9,58
Não sabe onde adquirir	4	1,67
Dificuldade financeira	175	72,92
Não está disponível em Uberlândia	4	1,67
Não foi desenvolvido ainda	-	-
Outro	30	12,50
Não respondeu	4	1,67
Total	240	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência 2008. Uberlândia-MG.

Em todos os quesitos relativos ao tipo de transporte utilizado, a PCD entrevistada poderia responder mais de uma alternativa, o que gerou um número de respostas superior ao número de pessoas que responderam o questionário completo (3581). A partir da análise dos dados, decidiu-se fazer uma redistribuição da participação relativa das respostas no número total de entrevistados, o que facilita o estudo e a compreensão das informações. A Tabela 4.14 mostra os resultados encontrados.

Dentre as opções de respostas, o *ônibus comum* foi o transporte mais utilizado para todas as finalidades: ir ao trabalho, para tratamento da deficiência, para outro tratamento de saúde, para estudo/educação e para esporte/lazer.

Para a finalidade “ir ao trabalho”, além do *ônibus comum* (14,55%), as PCD citaram outros tipos de transporte, embora com percentuais muito inferiores ao primeiro: *veículo próprio* (1,94%), *veículo particular cedido* (0,47%), *ônibus adaptado* (0,36%) e *van particular* (0,19%). Cabe esclarecer que o item “não se aplica” (76,71%) refere-se às PCD que não trabalham e que, portanto, não utilizam qualquer tipo de transporte

para essa finalidade. Esta explicação se estende para as demais finalidades que compõem o quesito.

Para o tratamento da deficiência, ressaltada a significativa participação relativa do ônibus comum (68,95%), os entrevistados citaram também: *veículo próprio* (4,97%), *van porta-a-porta* (4,32%), *veículo particular cedido* (1,89%) e *ônibus adaptado* (1,62%).

Para outro tratamento de saúde, foram citados os mesmos tipos de transporte utilizados para o tratamento da deficiência, mas com participações relativas diferentes: *ônibus comum* (73,06%), *veículo próprio* (6,47%), *van porta-a-porta* (3,39%), *veículo particular cedido* (2,59%) e *ônibus adaptado* (1,79%).

Para a finalidade “estudo/educação”, os tipos de transporte mais assinalados pelas PCD entrevistadas foram: *ônibus comum* (13,66%), *van porta-a-porta* (2,58%), *veículo próprio* (1,86%), *van particular* (0,64%) e *ônibus adaptado* (0,25%).

Para a prática de “atividades de esporte e lazer”, tiveram participações relativas mais expressivas o *ônibus comum* (48,87%), *veículo próprio* (6,77%), *veículo particular cedido* (1,70%), *van porta-a-porta* (1,65%) e *ônibus adaptado* (1,35%).

É importante ressaltar que, embora o *ônibus comum* tenha sido o transporte mais citado e o *ônibus adaptado* tenha tido pouco destaque na análise, pode estar ocorrendo uma percepção conceitual equivocada por parte dos entrevistados. Estes podem estar caracterizando o ônibus adaptado como ônibus comum por não terem a percepção de quais são as similaridades e diferenças entre os mesmos, especialmente quando se trata de pessoas com outras deficiências que não a física e que, portanto, não fazem uso do elevador ou da rampa destinados aos deficientes físicos.

Na pesquisa LIESPPDeficiência-2004, “ônibus comum” também foi o tipo de transporte mais citado (76% das 3574 PCD pesquisadas), seguido por “veículo próprio” (8,86%), “transporte particular” (4,76%), “ônibus adaptado” (2,47%), “van porta-a-porta” (2,11%) e “van passe livre” (1,3%), este último já inexistente na período da pesquisa de 2008. Um total de 94 pessoas (2,62%) afirmou não utilizar transporte (Tabela 4.7A, Anexo, página 124).

Naquele momento, a quantidade de ônibus urbanos com adaptação para as PCD era pouco expressiva, quadro significativamente diferente do período quando se

realizou a Fase II da pesquisa, quando já se tem mais de cinquenta por cento da frota de ônibus urbanos com adaptação para pessoas com *Deficiência Física*. Daí a suposição de que a elevada participação relativa do item “ônibus comum” frente ao item “ônibus adaptado” seja talvez a não percepção, por parte das PCD pesquisadas, da diferença entre um e outro.

Na pesquisa de 2004, além disso, foi feita a pergunta “Para qual finalidade utiliza o transporte?”. A maioria dos entrevistados (76,86%) afirmou que utilizava transporte “para todas as atividades fora de casa”; 11,80% para “tratamento” (tratamento médico ou fisioterapêutico); 4,04% para “estudo”; 3,66% para “lazer” e 3,63% para “trabalho”, conforme Tabela 4.8A, em Anexo, página 125.

Tabela 4.14**Pessoas com deficiência por tipo de transporte utilizado, segundo a finalidade para a qual o utiliza, 2008.**

Tipo de transporte utilizado	Para ir ao trabalho		Para tratamento da deficiência		Para outro tratamento de saúde		Para estudo/ educação		Para esporte/ lazer	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Ônibus adaptado	12,87	0,36	58	1,62	64	1,79	9	0,25	48	1,35
Van particular	6,93	0,19	15	0,40	7	0,19	23	0,64	9	0,24
Veículo próprio	69,32	1,94	178	4,97	232	6,47	67	1,86	243	6,77
Veículo particular cedido	16,84	0,47	68	1,89	93	2,59	17	0,47	61	1,70
Moto-Táxi	-	-	2	0,05	8	0,21	1	0,03	4	0,11
Táxi	1,98	0,06	9	0,24	13	0,37	2	0,06	4	0,11
Ônibus comum	520,91	14,55	2469	68,95	2616	73,06	489	13,66	1750	48,87
Van porta-a-porta	5,94	0,17	155	4,32	122	3,39	92	2,58	59	1,65
Triciclo motorizado	6,93	0,19	2	0,05	3	0,08	7	0,19	4	0,11
Outro	26,74	0,75	35	0,97	39	1,10	14	0,39	13	0,35
Não se aplica	2747,15	76,71	507	14,15	279	7,80	2582	72,11	1142	31,89
Não utiliza	165,38	4,62	85	2,38	105	2,94	278	7,77	245	6,85
Total	3581	100,00	3581	100,00	3581	100,00	3581	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência .Uberlândia/MG, 2008.

Após o quesito sobre que tipo de transporte a PCD utiliza foi feita a pergunta “Você tem cartão do passe livre da SETTRAN?”. Do total de 3581 PCD que responderam o questionário completo, 83,94% respondeu afirmativamente, enquanto 16% responderam que não possuem, como pode ser visto na Tabela 4.15.

Dentre as 3006 PCD que possuem o cartão do passe livre da SETTRAN, aproximadamente 38% são *Deficientes Físicos*, 28,14% *Deficientes Mentais*, seguidos de *Deficientes Visuais* (13,14%), *Auditivos* (10,65%), e os com *Deficiência Múltipla* (8,58%).

Das 573 PCD que não possuem o cartão do passe livre da SETTRAN, 46,77% são *Deficientes Físicos*, 28,97% *Deficientes Mentais*, 10,82% têm *Deficiência Múltipla*, seguidos de *Deficientes Visuais* (6,81%) e *Auditivos* (4,89%).

Tabela 4.15

Pessoas com deficiência que possuem ou não o cartão do passe livre da SETTRAN, segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008.

Tipo de alteração ou deficiência	Possuem		Não Possuem		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	320	10,65	28	4,89	-	-	348	9,72
Física	1143	38,02	268	46,77	1	50,00	1412	39,43
Mental	846	28,14	166	28,97	-	-	1012	28,26
Visual	395	13,14	39	6,81	-	-	434	12,12
Múltipla	258	8,58	62	10,82	-	-	320	8,94
Outra	43	1,43	8	1,40	-	-	51	1,42
Não responderam	1	0,03	2	0,35	1	50,00	4	0,11
Total	3006	100,00	573	100,00	2	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Quanto à pergunta “Precisa de ajuda para sair de casa?”, 43,56% das PCD responderam afirmativamente, enquanto 55,93% afirmaram que não precisam de ajuda. Apenas 0,51% não responderam a questão (Tabela 4.16). As informações por tipo de deficiência mostram que, entre as pessoas com *Deficiência Auditiva*, parcela expressiva (81,82%) respondeu que não precisa de ajuda para sair de casa, o que aconteceu também entre as pessoas com *Deficiência Física* (67,63%) e aqueles que citaram outra deficiência (64,81%).

A situação é diferente para as pessoas com *Deficiência Mental, Visual e Múltipla*, cujas respostas mostraram que mais de 50% necessitam de ajuda para sair de casa.

Tabela 4.16

Pessoas com deficiência quanto à necessidade de ajuda para sair de casa, segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008.

Tipo de alteração ou deficiência	Precisam de ajuda		Não precisam de ajuda		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	62	17,90	285	81,82	1	0,28	348	100,00
Física	446	31,61	955	67,63	11	0,76	1412	100,00
Mental	597	58,96	414	40,94	1	0,10	1012	100,00
Visual	221	50,98	208	47,92	5	1,09	434	100,00
Múltipla	212	66,17	107	33,53	1	0,30	320	100,00
Outra	18	35,19	33	64,81	-	-	51	100,00
Não responderam	-	-	4	100,00	-	-	4	100,00
Total	1560	43,56	2003	55,93	18	0,51	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Aos entrevistados que responderam que precisam de ajuda para sair de casa (1560) foi feita a pergunta “Quem ajuda?”. Assim como em alguns quesitos anteriores, era possível marcar mais de uma alternativa. De forma semelhante, o procedimento adotado foi a redistribuição da participação relativa das respostas no total de 1560 PCD. A Tabela 4.17 mostra os resultados encontrados.

Tabela 4.17

Pessoas com deficiência que necessitam de ajuda para sair de casa segundo lista de pessoas que as ajudam, 2008.

Pessoas que ajudam	Total	%
Parente que mora no domicílio	1326	85,00
Parente que mora em outro local	105	6,70
Vizinho	28	1,78
Alguém que passa na rua	18	1,17
Pessoa contratada	11	0,68
Outro	56	3,56
Não responderam	17	1,11
Total	1560	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

A maioria citou a alternativa “parente que mora no domicílio” (85%). Em segundo lugar, 6,7% marcaram “parente que mora em outro local”, enquanto 1,78% e 1,17% assinalaram os itens “vizinho” e “alguém que passa na rua”, respectivamente. Apenas 0,58% citaram a opção “pessoa contratada” e 3,56% assinalaram a opção “outro”.

Dentre os entrevistados que necessitam de ajuda para sair de casa e assinalaram o item “outro”, 81,03% percebem esta necessidade apenas esporadicamente. Contudo, 5,17% declararam que, embora precisem de ajuda, não contam com ninguém para auxiliá-los, enquanto 3,45% sequer saem de casa. Outros contam com a ajuda de amigos (8,62%) ou de ambulância (1,72%).

Quanto às principais atividades de lazer fora de casa, 30,94% dos entrevistados responderam que não realizam nenhuma atividade. Os demais marcaram as alternativas: “participa de encontros na Associação” (19,94%), “parque” (8,32%), “clube” (8,15%), “cinema” (4,64%) e “outro” (28%). Apenas 2,3% não responderam o quesito (Ver Tabela 4.18). Neste quesito, a alternativa “outro” era fechada, ou seja, não permitia que o entrevistado citasse outra atividade de lazer que ele pratica fora de casa.

Tabela 4.18

Pessoas com deficiência segundo principais atividades de lazer fora de casa, 2008.

Atividades de lazer	Total	%
Nenhuma	1108	30,94
Participa de encontros na Associação	714	19,94
Parque	298	8,32
Clube	292	8,15
Cinema	166	4,64
Outro	1003	28,00
Não responderam	82	2,30
Total	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

No quesito “Para você quais as principais dificuldades de acesso na cidade?” observou-se que 1257 entrevistados (35,10%) afirmaram não ter nenhuma dificuldade. Contudo, 2322 (64,84%) citaram até três dificuldades que enfrentam quanto à

acessibilidade em Uberlândia. Dentre as alternativas assinaladas, destacou-se “má conservação de passeios e ruas” (22,43%). Em seguida, os itens com as maiores participações relativas foram: “falta de assento livre no transporte público” (13,16%); “falta de corrimão nas escadas” (8,88%); “falta de rampas nas esquinas” (8,19%); “dificuldade de comunicação” (7,91%); “falta de transporte adaptado” (7,31%) e “falta de rampas nos prédios” (7,20%). As demais alternativas, embora relevantes, apresentaram percentuais menores que 4%. Assinalaram o item “outra” 120 PCD (5,19%), como pode ser visto na Tabela 4.19.

Tabela 4.19
Pessoas com deficiência segundo as principais dificuldades de acesso na cidade, 2008.

Principais dificuldades de acesso na cidade	Total	%
Má conservação de passeios e ruas	521	22,43
Falta de assento livre no transporte público	306	13,16
Falta de corrimão nas escadas	206	8,88
Falta de rampas nas esquinas	190	8,19
Dificuldade de comunicação	184	7,91
Falta de transporte adaptado	170	7,31
Falta de rampas nos prédios	167	7,20
Falta de sinal sonoro	89	3,82
Falta de elevadores nos prédios	84	3,60
Falta de sinal visual	78	3,37
Poluição sonora	70	3,00
Falta de banheiros adaptados	69	2,98
Falta de elevadores nos ônibus	69	2,96
Outra	120	5,19
Total	2322	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Se comparadas as respostas a esse quesito, em 2008, às respostas obtidas em 2004, quando foi realizada a Fase I, é possível verificar que houve uma expressiva diminuição da demanda por transporte adaptado. Naquele momento, do total de 2253 PCD que afirmaram enfrentar uma ou mais dificuldades de acesso na cidade, citaram a

“falta de transporte adaptado”, 26,73%, como a principal dessas dificuldades. Em segundo lugar, citaram o item “falta de rampas nos prédios” (13,76%), seguido de “dificuldade de comunicação” (12,98%), “falta de elevadores nos prédios” (11,84%) e “falta de rampas nas esquinas” (11,22%), como pode ser visto na Tabela 4.9A, Anexo, página 125.

Considerada essa diminuição, certamente resultado das reivindicações e ações das entidades que apoiam as PCD junto ao Poder Público Municipal para a implementação de mudanças no transporte urbano, ainda há muito que fazer no que se refere à melhoria da acessibilidade das PCD no meio urbano. Os resultados apontam que os principais problemas encontrados dizem respeito às questões de infraestrutura e planejamento urbano, indicando precariedade no atendimento das condições da cidade para o deslocamento das PCD.

Os dados da Tabela 4.20 expressam os resultados das três principais causas de dificuldade de acesso das PCD segundo o tipo de alteração ou deficiência. Nas três principais dificuldades de acesso, as maiores participações são dos que possuem *Deficiências Física, Mental e Visual*.

No item “má conservação de passeios e ruas” destaca-se que 50% das pessoas com *Deficiência Física*, 19,41% das que possuem *Deficiência Visual* e 16,44% das pessoas com *Deficiência Mental* são as que mais sofrem com esse problema.

No item “falta de assento livre no transporte público”, 45,44% das dificuldades são das pessoas com *Deficiência Física*; 27,36% das que possuem *Deficiência Mental* e 12,54% dos *Deficientes Visuais*. Quanto ao item “falta de corrimão nas escadas” destacam-se as seguintes participações: 55,31% dos *Deficientes Físicos*, 15,70% dos que possuem *Deficiência Mental* e 15,22% dos que possuem *Deficiência Visual*.

Tabela 4.20**Três principais dificuldades de acesso na cidade para as pessoas com deficiência segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008.**

Tipo de alteração ou deficiência	Má conservação de passeios e ruas		Falta de assento livre no transporte público		Falta de corrimão nas escadas	
	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	17	3,25	11	3,75	3	1,69
Física	261	50,00	139	45,44	114	55,31
Mental	86	16,44	84	27,36	32	15,70
Visual	101	19,41	38	12,54	31	15,22
Múltipla	52	9,94	32	10,42	23	11,35
Outra	5	0,96	1	0,49	1	0,72
Total	521	100,00	306	100,00	206	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

O Quadro 4.1 apresenta as principais respostas do item “outra” da questão “principais dificuldades de acesso na cidade”. Verifica-se que a maior parte das PCD apontou a “insuficiência na quantidade de ônibus e de linhas de ônibus” (18,43%) como dificuldades além daquelas listadas. Em seguida, destacam-se as reclamações quanto à infraestrutura e funcionamento da cidade (17,65%), que incluem falta de banheiro no corredor de ônibus (está-se falando do corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila); existência de orelhão na calçada dificultando o deslocamento das pessoas; dificuldade de acesso ao ônibus; estacionamento obstruindo as calçadas e falta de lugar para lazer. Salientam-se também os problemas relacionados à qualidade do transporte coletivo (17,25%), tais como necessidade de adaptação adequada aos vários tipos de deficiência, e melhor atendimento dos condutores de ônibus.

Quadro 4.1

Outras dificuldades de acesso na cidade citadas, 2008.

Outras dificuldades de acesso citadas	Total	%
Quantidade de ônibus e linha	22	18,43
Pouco ônibus		
Pouca linha de ônibus		
Horário muito espaçado		
Infra-estrutura	21	17,65
Falta banheiro no corredor de ônibus		
Orelhão na calçada		
Dificuldade de acesso ao ônibus		
Estacionamento obstruindo calçadas		
Falta lugar para lazer		
Qualidade do transporte	21	17,25
Sinalização adequada dentro e fora do ônibus		
Cinto de segurança		
Altura adequada dos puxadores		
Mau atendimento dos condutores de ônibus		
Não sabe/não respondeu	15	12,81
Outros	41	34,17
Total	120	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

No quesito “Quais melhorias foram realizadas em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, nos últimos quatro anos”, as PCD poderiam assinalar mais de uma alternativa e, por isto, foi adotado o procedimento de redistribuição da participação relativa das respostas no total das 3581 PCD que responderam o questionário completo.

A opção mais citada foi a “adaptação do transporte coletivo (veículos com elevadores)” (22,92%). Em seguida, o “recadastramento realizado pela SETTRAN para concessão de gratuidade no transporte coletivo” (19,79%). As outras melhorias citadas foram: “construção do corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila” (16,05%), “implantação de rampas de acesso nas calçadas” (15,67%), “reformulação e melhoria

do sistema de transporte porta-a-porta” (7,85%) e “melhoria de acesso ao comércio” (4,52%). Um número de 411 PCD (11,49%) entrevistadas assinalou a opção “nenhuma melhoria”, 0,39% não responderam o quesito e 1,39% citaram outras melhorias. (Ver Tabela 4.21.)

Tabela 4.21

Pessoas com deficiência quanto à(s) melhoria(s) realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, 2008.

Melhoria(s) realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes	Total	%
Adaptação do transporte coletivo (veículos com elevadores)	821	22,92
Recadastramento realizado pela SETTRAN para concessão de gratuidade no transporte coletivo	709	19,79
Construção do corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila	575	16,05
Implantação de rampas de acesso nas calçadas	561	15,67
Reformulação e melhoria do sistema de transporte porta-a-porta	281	7,85
Melhoria de acessos ao comércio	162	4,52
Nenhuma melhoria	411	11,49
Não responderam	12	0,34
Outra	50	1,39
Total	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

No item “outra”, assinalado por 50 entrevistados, foram registradas diversas respostas referentes a outras melhorias observadas pelas PCD que responderam o questionário completo. A Tabela 4.22 apresenta o resultado das tabulações dessas respostas. Com participação de 2,11% cada, as melhorias citadas foram: “aumento de vagas no mercado de trabalho”; “transporte interestadual gratuito”; “aumento de instituições para deficientes”; “estacionamento preferencial para deficientes”; “banheiros públicos”; “atendimento nas UAls”; “atendimento nos CEAls” e “van escolar da Prefeitura”, além das melhorias quanto às “filas preferenciais” (1,05%) e “esportes nas instituições” (1,05%). Em torno de 33% dos entrevistados, embora tenham assinalado o item “outra”, não souberam especificar qualquer outra melhoria observada quanto à

acessibilidade das PCD na cidade, enquanto 48,42% citaram melhorias diversas cujos percentuais foram inferiores a 1% cada.

Tabela 4.22

Outras melhorias citadas em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, 2008.

Outras melhorias citadas em relação à acessibilidade dos deficientes	Total	%
Aumento de vagas no mercado de trabalho	1	2,11
Transporte Interestadual gratuito	1	2,11
Aumento de instituições para deficientes	1	2,11
Estacionamento preferencial para deficientes	1	2,11
Banheiros públicos	1	2,11
Atendimento nas UAIs	1	2,11
Atendimento nos CEAs	1	2,11
Van escolar da Prefeitura	1	2,11
Filas preferenciais	1	1,05
Esportes nas instituições	1	1,05
Outras melhorias diversas	24	48,42
Não sabe	16	32,63
Total	50	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência. Uberlândia/MG, 2008.

As Tabelas 4.23 e 4.24 apresentam os resultados obtidos com o quesito “principais melhorias realizadas em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, nos últimos quatro anos”, por tipo de alteração ou deficiência. É importante explicar que, nesse quesito, a PCD entrevistada poderia marcar mais de uma opção. Para facilitar a compreensão dos dados foi feita a redistribuição da participação relativa dessas respostas no total de entrevistados, procedimento adotado em quesitos anteriores.

Entre os entrevistados que marcaram o item “adaptação do transporte coletivo (veículos com elevadores)”, 43,28% têm *Deficiência Física*; 27,07%, *Deficiência Mental*; 10,79%, *Deficiência Visual*; 8,45%, *Deficiência Auditiva* e 8,40%, *Deficiência Múltipla*. É possível observar que esse item foi o mais assinalado (821 PCD).

O “recadastramento realizado pela SETTRAN para a concessão de vale transporte gratuito” foi o segundo item mais assinalado. Das 709 PCD que marcaram essa opção, 34,24% são *Deficientes Físicos*; 29,92%, *Deficientes Mentais*; 13,36%, *Deficientes Visuais*; 12,30%, *Deficientes Auditivos* e 9,45% têm *Deficiência Múltipla*.

Do total de PCD que assinalaram o item “construção do corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila”, 37,74% têm *Deficiência Física*; 27,94%, *Deficiência Mental*; 15,61%, *Deficiência Visual*; 8,97%, *Deficiência Auditiva* e 7,88%, *Deficiência Múltipla*.

Dos entrevistados que marcaram a opção “implantação de rampas de acesso nas calçadas”, aproximadamente 45% são *Deficientes Físicos*; 23,08%, *Deficientes Mentais*; 12,53%, *Deficientes Visuais*; 9,36%, têm *Deficiência Múltipla* e 7,66% são *Deficientes Auditivos*.

Quanto ao item “reformulação e melhoria do sistema de transporte porta-a-porta”, as PCD tiveram as seguintes participações relativas: 43,68%, *Deficientes Físicos*; 26,75%, *Deficientes Mentais*; 10,97% têm *Deficiência Múltipla*; 8,08% são *Deficientes Visuais* e 7,42%, *Deficientes Auditivos*.

Já o item “Melhorias de acesso ao comércio” foi, em relação aos outros itens, assinalado em menor número (162 PCD), das quais o maior percentual foi de *Deficientes Físicos* (48,30%), seguidos de *Deficientes Mentais* (23,07%), *Deficientes Auditivos* (9,49%), pessoas com *Deficiência Múltipla* (8,64%) e *Deficientes Visuais* (7,87%).

Tabela 4.23

Pessoas com deficiência quanto à(s) melhoria(s) realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008 (valores absolutos).

Melhoria(s) realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes	Tipo de alteração ou deficiência						Não responderam	Total
	Auditiva	Física	Mental	Visual	Múltipla	Outra		
Adaptação do transporte coletivo (veículos com elevadores)	69	355	222	89	69	11	1	821
Recadastramento realizado pela SETTRAN para concessão de gratuidade no transporte coletivo	87	243	212	95	67	11	1	709
Construção do corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila	52	217	161	90	45	11	1	575
Implantação de rampas de acesso nas calçadas	43	251	129	70	53	7	1	561
Reformulação e melhoria do sistema de transporte porta-a-porta	21	123	75	23	31	5	1	281
Melhoria de acessos ao comércio	15	78	37	13	14	2	-	162
Nenhuma melhoria	53	124	158	45	38	3	-	411
Não responderam	-	5	3	2	1	-	1	12
Outra	7	16	15	8	2	1	-	50
Total	348	1412	1012	434	320	51	4	3581

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

Tabela 4.24

Pessoas com deficiência quanto à(s) melhoria(s) realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2008 (valores relativos).

Melhoria(s) realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes	Tipo de alteração ou deficiência						Não responderam	Total
	Auditiva	Física	Mental	Visual	Múltipla	Outra		
Adaptação do transporte coletivo (veículos com elevadores)	8,45	43,28	27,07	10,79	8,40	1,36	0,06	100,00
Recadastramento realizado pela SETTRAN para concessão de gratuidade no transporte coletivo	12,30	34,24	29,92	13,36	9,45	1,57	0,07	100,00
Construção do corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila	8,97	37,74	27,94	15,61	7,88	1,86	0,17	100,00
Implantação de rampas de acesso nas calçadas	7,66	44,80	23,08	12,53	9,36	1,30	0,18	100,00
Reformulação e melhoria do sistema de transporte porta-a-porta	7,42	43,68	26,75	8,08	10,97	1,68	0,18	100,00
Melhoria de acessos ao comércio	9,49	48,30	23,07	7,87	8,64	1,32	-	100,00
Nenhuma melhoria	12,98	30,08	38,34	10,90	9,14	0,63	-	100,00
Não responderam	-	40,31	23,48	18,39	12,01	-	4,15	100,00
Outra	14,81	33,18	29,56	16,70	4,85	2,59	-	100,00
Total	9,72	39,43	28,26	12,12	8,94	1,42	0,11	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência.Uberlândia/MG, 2008.

De maneira geral, os resultados apresentados nesta Subseção apontam as condições em que se encontram a população pesquisada quanto à sua própria deficiência, bem como suas formas de enfrentamento. Do total de entrevistados, a maior participação relativa foi das pessoas com *Deficiência Física* (39,43%), seguida daqueles que possuem *Deficiência Mental* (28,26%). Os que têm *Deficiência Visual, Auditiva e Múltipla*, tiveram participações menores. Mesmo assim, cabe destacar que, para os que disseram ter paralisia total de membros, 30% têm os dois membros inferiores comprometidos, e os que possuem deficiência somente auditiva, apenas 38% registrou domínio de LIBRAS.

Verificou-se também que cerca de 70% dos entrevistados têm mais de 30 anos de idade, isto para todos os tipos de deficiência registrados. E a maior parte das PCD entrevistadas adquiriu a deficiência entre 35 e 54 anos.

Para realizarem atividades fora de casa, o principal meio de transporte utilizado pelas PCD foi o ônibus comum. Poucos citaram o uso de transporte próprio, *van* porta-a porta ou ônibus adaptado. No entanto, quando perguntados se precisam de ajudar para sair de casa, 43,56% das PCD responderam afirmativamente.

Já no quesito que explora as principais dificuldades para sair de casa, destacou-se a má conservação das ruas e passeios e a falta de assento livre no transporte público. Estas e outras questões importantes apontadas revelam a necessidade de mais investimentos que visem melhorar a acessibilidade das PCD na cidade de Uberlândia/MG.

ANEXO – SUBSEÇÃO 4

Tabela 4.1A
Distribuição das pessoas com deficiência por tipo de alteração ou deficiência,
segundo o sexo e faixas de idade, 2004.

Tipo(s) de alteração ou deficiência e sexo	Faixas de idade (em anos)												Total		% de 3574	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60		Outras idades*		Nº	%		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Auditiva																
Feminino	61	16,58	18	4,89	30	8,15	36	9,78	29	7,88	-	-	174	47,28	4,87	
Masculino	68	18,48	21	5,71	46	12,50	23	6,25	34	9,24	2	0,54	194	52,72	5,43	
Total	129	35,05	39	10,60	76	20,65	59	16,03	63	17,12	2	0,54	368	100	10,30	
Física																
Feminino	89	5,38	79	4,78	187	11,31	209	12,64	240	14,52	4	0,24	808	48,88	22,61	
Masculino	112	6,78	83	5,02	200	12,10	231	13,97	213	12,89	6	0,36	845	51,12	23,64	
Total	201	12,16	162	9,80	387	23,41	440	26,62	453	27,40	10	0,60	1653	100	46,25	
Mental																
Feminino	128	19,54	36	5,50	52	7,94	43	6,56	28	4,27	4	0,61	291	44,43	8,14	
Masculino	179	27,33	55	8,40	56	8,55	47	7,18	26	3,97	1	0,15	364	55,57	10,18	
Total	307	46,87	91	13,89	108	16,49	90	13,74	54	8,24	5	0,76	655	100	18,33	
Visual																
Feminino	26	6,18	25	5,94	45	10,69	57	13,54	66	15,68	2	0,48	221	52,49	6,18	
Masculino	46	10,93	8	1,90	39	9,26	41	9,74	65	15,44	1	0,24	200	47,51	5,60	
Total	72	17,10	33	7,84	84	19,95	98	23,28	131	31,12	3	0,71	421	100	11,78	
Múltipla																
Feminino	35	9,14	16	4,18	28	7,31	43	11,23	45	11,75	2	0,52	169	44,13	4,73	
Masculino	59	15,40	20	5,22	40	10,44	46	12,01	48	12,53	1	0,26	214	55,87	5,99	
Total	94	24,54	36	9,40	68	17,75	89	23,24	93	24,28	3	0,78	383	100	10,72	
Defic. e doenças citadas																
Feminino	3	20,00	1	6,67	-	-	1	6,67	4	26,67	1	6,67	10	66,67	0,28	
Masculino	1	6,67	-	-	2	13,33	1	6,67	1	6,67	-	-	5	33,33	0,14	
Total	4	26,67	1	6,67	2	13,33	2	13,33	5	33,33	1	6,67	15	100	0,42	
Outra																
Feminino	8	11,59	4	5,80	2	2,90	3	4,35	10	14,49	-	-	27	39,13	0,76	
Masculino	29	42,03	4	5,80	2	2,90	3	4,35	4	5,80	-	-	42	60,87	1,18	
Total	37	53,62	8	11,59	4	5,80	6	8,70	14	20,29	-	-	69	100	1,93	
Não responderam																
Feminino	2	20,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10,00	3	30,00	0,08	
Masculino	2	20,00	-	-	1	10,00	-	-	3	30,00	1	10,00	7	70,00	0,20	
Total	4	40,00	-	-	1	10,00	-	-	3	30,00	2	20,00	10	100	0,28	
Total	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,73	3574	100	100	

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência. Uberlândia/MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Tabela 4.2A**Pessoas com deficiência auditiva quanto ao domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), 2004.**

Tipo(s) de alteração ou deficiência	Não dominam LIBRAS		Dominam LIBRAS		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	124	33,70	175	47,55	69	18,75	368	100
Múltipla	63	16,45	9	2,35	311	81,20	383	100
Deficiência e Doenças Citada	2	13,33	-	-	13	86,67	15	100
Não responderam	-	-	-	-	10	100	10	100
Total	189	24,36	184	23,71	403	51,93	776	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 4.3A**Pessoas com deficiência quanto à necessidade de aparelho de reabilitação, segundo o tipo de alteração ou deficiência, 2004.**

Tipo de alteração ou deficiência	A deficiência requer aparelho		A deficiência não requer aparelho		Não sabe		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	214	58,15	135	36,68	18	4,89	1	0,27	368	100,00
Física	605	36,60	1006	60,86	39	2,36	3	0,18	1653	100,00
Mental	32	4,89	613	93,59	8	1,22	2	0,31	655	100,00
Visual	166	39,43	232	55,11	21	4,99	2	0,48	421	100,00
Múltipla	132	34,46	227	59,27	23	6,01	1	0,26	383	100,00
Deficiência e doenças citadas	7	46,67	8	53,33	-	-	-	-	15	100,00
Outra	7	10,14	60	86,96	2	2,90	-	-	69	100,00
Não responderam	1	10,00	7	70,00	-	-	2	20,00	10	100,00
Total	1164	32,57	2288	64,02	111	3,11	11	0,31	3574	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 4.4A

Pessoas cuja deficiência requer aparelho de reabilitação segundo o tipo de aparelho e de alteração ou deficiência, 2004

Tipo de aparelho	Tipo de deficiência																Total	
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Múltipla		Deficiência e doenças citadas		Outra		Não responderam			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Aparelho Auditivo	207	96,73	4	0,66	3	9,38	-	-	23	17,42	2	28,57	-	-	-	-	239	20,53
Aparelho Ortopédico	1	0,47	59	9,75	3	9,38	1	0,60	9	6,82	-	-	1	14,29	-	-	74	6,36
Bengala	-	-	82	13,55	3	9,38	14	8,43	14	10,61	-	-	-	-	-	-	113	9,71
Cadeira de Rodas	-	-	165	27,27	13	40,63	-	-	51	38,64	1	14,29	3	42,86	-	-	233	20,02
Lente Especial	1	0,47	-	-	1	3,13	107	64,46	10	7,58	2	28,57	-	-	-	-	121	10,40
Muleta	1	0,47	113	18,68	2	6,25	-	-	9	6,82	1	14,29	-	-	-	-	126	10,82
Órtese	-	-	50	8,26	2	6,25	-	-	5	3,79	-	-	-	-	-	-	57	4,90
Prótese	-	-	74	12,23	-	-	12	7,23	5	3,79	-	-	1	14,29	-	-	92	7,90
Outro	-	-	39	6,45	5	15,63	30	18,07	4	3,03	1	14,29	2	28,57	1	100	82	7,04
Não responderam	4	1,87	19	3,14	-	-	2	1,20	2	1,52	-	-	-	-	-	-	27	2,32
Total	214	100,00	605	100,00	32	100,00	166	100,00	132	100,00	7	100,00	7	100,00	1	100,00	1164	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 4.5A

Pessoas com deficiência que possuem o aparelho de reabilitação por tipo de deficiência e forma de aquisição do aparelho, 2004.

Forma de aquisição do aparelho	Tipo de deficiência																Total	
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Deficiência Múltipla		Deficiência e doenças citadas		Outra		Não responderam			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
A família comprou	20	15,50	28	5,61	2	10,53	11	8,33	5	5,38	-	-	-	-	1	100	67	7,61
Comprou	47	36,43	179	35,87	6	31,58	84	63,64	26	27,96	1	50,00	2	40,00	-	-	345	39,20
Doação de Instituição	40	31,01	103	20,64	6	31,58	13	9,85	18	19,35	1	50,00	2	40,00	-	-	183	20,80
Doação de Pessoa Física	8	6,20	84	16,83	4	21,05	10	7,58	24	25,81	-	-	1	20,00	-	-	131	14,89
Empréstimo	-	-	28	5,61	-	-	1	0,76	10	10,75	-	-	-	-	-	-	39	4,43
INSS	3	2,33	23	4,61	1	5,26	2	1,52	3	3,23	-	-	-	-	-	-	32	3,64
SUS	6	4,65	26	5,21	-	-	3	2,27	5	5,38	-	-	-	-	-	-	40	4,55
A pessoa mesma fez	4	3,10	23	4,61	-	-	6	4,55	2	2,15	-	-	-	-	-	-	35	3,98
Não responderam	1	0,78	5	1,00	-	-	2	1,52	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0,91
Total	129	100,00	499	100,00	19	100,00	132	100,00	93,00	100,00	2	100,00	5	100,00	1	100,00	880	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 4.6A**Pessoas com deficiência segundo os motivos de não possuírem o aparelho de reabilitação, 2004.**

Motivos de não possuir o aparelho	Total	
	Número	%
Dificuldade financeira	186	67,39
Não necessita	11	3,99
Não sabe onde adquirir	8	2,90
Não foi desenvolvido ainda	6	2,17
Não está disponível em Uberlândia	2	0,72
Outro	56	20,29
Não responderam	7	2,54
Total	276	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 4.7A**Pessoas com deficiência segundo o tipo de transporte utilizado, 2004.**

Tipo de transporte utilizado	Total	%
Ônibus comum	2715	75,96
Veículo Próprio Particular	317	8,86
Ônibus adaptado	170	4,76
Van porta-a-porta	88	2,47
Van Passe Livre	76	2,11
Moto-Táxi	46	1,3
Táxi	26	0,74
Van Particular	21	0,59
Não utiliza	21	0,59
Total	94	2,62
Total	3574	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 4.8A

Pessoas com deficiência segundo a necessidade para a qual utilizam transporte, 2004.

Finalidade para a qual utilizam transporte	Total	
	Número	%
Para todas as atividades fora de casa	2747	76,86
Tratamento	422	11,80
Estudo	144	4,04
Lazer	131	3,66
Trabalho	130	3,63
Total	3574	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 4.9A

Distribuição das pessoas com deficiência segundo principais dificuldades de acesso na cidade, 2004.

Principais dificuldades de acesso na cidade	Total	
	Número	%
Falta de transporte adaptado	602	26,73
Falta de rampas nos prédios	310	13,76
Dificuldade de comunicação	292	12,98
Falta de elevadores nos prédios	267	11,84
Falta de rampas nas esquinas	253	11,22
Falta de banheiros adaptados	143	6,35
Falta de sinal sonoro	137	6,07
Outro	217	9,64
Não responderam	32	1,43
Total	2253	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência.Uberlândia/MG, 2004.

5 - SITUAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Carlos José Diniz

5.1 - Introdução

O Levantamento de Informações Econômico-Sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG-Fase II (LIESPDeficiência) é uma pesquisa *qualitativa*, realizada no período de maio a dezembro de 2008⁹, com o objetivo de investigar as características da população com deficiência residente na área urbana de Uberlândia, visando à medição associada a aspectos socioeconômicos deste grupo. Como já foi dito em *Notas Metodológicas*, considerou-se como universo da pesquisa a população contida, principalmente, no Cadastro da *Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de Uberlândia* (SETTRAN).

Nesta parte do questionário, *VI - Situação de Trabalho e Renda da Pessoa com Deficiência*, o tema básico é o trabalho, sendo que seus resultados permitem, também, uma análise das condições de ocupação e renda do grupo pesquisado no mercado de trabalho, no município de Uberlândia.

Além de verificar as formas e condições de ocupação atual, é possível analisar as condições de ocupação “antes” e “depois” da deficiência, e também as condições de renda pessoal e familiar dessas pessoas. Nesse sentido, esta Subseção se dedicará a tratar dessas questões fazendo referência, em alguma delas, à totalidade das PCD que preencheram o questionário completo (3581) e, em outras, a referência dependerá do dado a ser tratado e do contingente que respondeu as questões.

⁹ O período em que foi realizada a pesquisa de campo foi de agosto a novembro de 2008.

5.2 - Características Gerais das Pessoas com Deficiência Quanto ao Mercado de Trabalho

Para entender a correlação das pessoas com deficiência e o mercado de trabalho é necessário reforçar a definição das seguintes expressões: *População Residente* (pesquisada), *População Economicamente Ativa* e *Pessoas Incapacitadas para o Trabalho*. A partir desses conceitos pode-se distinguir e definir *Força de Trabalho*, *Pessoas Ocupadas*, *Taxa de Desemprego* e *Salários*.

Para esta pesquisa, constitui-se em *População Residente* o total das pessoas constantes no cadastro da SETTRAN acrescidas daquelas que foram encontradas pelos pesquisadores¹⁰, vivendo no perímetro urbano de Uberlândia, no período de agosto a novembro de 2008, independente de sua idade e se está ou não trabalhando, procurando trabalho ou apenas é ociosa.

A *População Residente* é uma variável *estoque*, pois é mensurada em um dado momento específico do tempo. Ela divide-se em *População Economicamente Ativa* (PEA), *População Não Economicamente Ativa* (PNEA) e *Pessoas Incapacitadas para o Trabalho*. Ou seja:

$$\text{População Residente} = \text{População Economicamente Ativa} + \text{População Não Economicamente Ativa} + \text{Pessoas Incapacitadas para o Trabalho.}$$

População Economicamente Ativa (PEA) são pessoas acima de certa idade (nesta pesquisa, de 13 a 64 anos) que são aptas e desejam trabalhar, independentemente de estarem ou não trabalhando. Esta categoria inclui as pessoas que estão trabalhando e as que estão desempregadas, mas procuram emprego.

Quanto à *População Não Economicamente Ativa* (PNEA) são as pessoas aptas a trabalhar, mas que não estão trabalhando e nem procurando emprego. Nesta categoria se incluem os trabalhadores desalentados (dispostos a trabalhar, mas desestimulados a

¹⁰ Conforme descrito em *Notas Metodológicas*.

procurar trabalho), as pessoas dedicadas às atividades do lar, os estudantes, os aposentados, os pensionistas e os rentistas, entre outros.

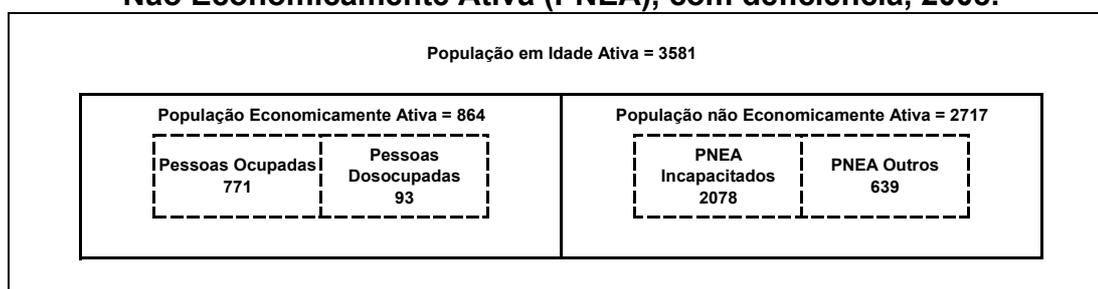
Já *Pessoas Incapacitadas para o Trabalho* são, principalmente, aquelas abaixo de certa idade (com menos de 13 anos), as pessoas cuja deficiência física e/ou mental a impedem, idosos (acima de 64 anos). No Brasil consideram-se as pessoas dedicadas às atividades do lar (as “donas de casa”) como não sendo parte da PEA, mas sim da PNEA.

A soma da PEA com a PNEA fornece a *População em Idade Ativa* (PIA). Ou seja: $PIA = PEA + PNEA$.

A Força de Trabalho (FT) nesta pesquisa é a própria PEA, sendo que a PEA também se decompõe em *Pessoas Ocupadas* (PO) e *Pessoas Desocupadas* (PD). *Pessoas Ocupadas* são aquelas exercendo atividades outras do que as domésticas no próprio lar, e que recebem ou não remuneração (monetária ou em espécie). E as *Pessoas Desocupadas* são classificadas como sendo desempregadas. A Figura 5.1 mostra as dimensões dos conceitos descritos:

Figura 5.1

Relação de Pertinência entre o universo da População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A relação de pertinência (conjuntos e subconjuntos) descrita na Figura 5.1 fará parte de todos os quadros apresentados na sequência.

Chegou-se ao resultado de 3581 Pessoas em Idade Ativa (PIA)¹¹, a partir do número total de questionários completos respondidos. Este valor apresentou ligeira elevação em relação aos 3574 encontrados na Pesquisa de 2004 (0,2%).

Considerando os Quesitos 6.2. (*Trabalhou na semana de 18 a 22 de agosto de 2008?*); 6.3. (*Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a) por motivo de férias, licença, falta trabalho, doença, más condições de tempo ou por outra razão?*); 6.4. (*Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio?*); e 6.5. (*Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas em construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção destinadas ao próprio uso das pessoas moradoras no domicílio?*), e os consolidando em apenas uma única resposta chegou-se ao resultado de 771 Pessoas Desocupadas (PO).

Verificando as respostas afirmativas do Quesito 6.20. (*Procurou trabalho nos últimos 30 dias?*) a partir do 6.21. (*Qual foi a última providência que tomou para conseguir trabalho?*) tem-se o grupo de PCD que efetivamente fizeram alguma ação para obter emprego. Este conjunto foi de 93 Pessoas Desocupadas (PD).

Como a População Economicamente Ativa é, por definição, a soma dos 771 indivíduos da PO acrescidos dos 93 da PD, chega-se ao valor de 864 PCD pertencentes à PEA.

Para o cálculo da PNEA Incapacitados, foi tabulado apenas o item 6.19.4 (A deficiência o impede) do quesito 6.19 (*Qual o motivo de não estar trabalhando atualmente?*). Este item representou 2078 PCDs, valor atribuído à PNEA Incapacitados.

Já a PNEA Outros é o resultado da subtração PIA (3581) menos PEA (864) e PNEA Incapacitados (2078), ou seja, 639 PCD.

¹¹ Para que se possa comparar este levantamento com o de 2004, continua-se considerando *Pessoas em Idade Ativa* aquelas com 13 a 64 anos de idade.

Por sua vez, a PNEA utilizada neste trabalho é igual a 2717 PCD, resultado da soma da PNEA Incapacitados (2078) e da PNEA Outros (639).

Na distribuição da pessoa com deficiência por sexo, 1795 (50,15%) são homens e 1785 (49,85%) mulheres, havendo, portanto, um equilíbrio numérico entre estes dois gêneros, pois eles apresentam uma diferença de apenas 0,31 pontos percentuais (pp), conforme Quadro 5.1.

Quadro 5.1

População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, por sexo, 2008.

SEXO	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Feminino	374	48,51	49	52,69	423	48,96	1044	50,24	318	49,77	1362	50,13	1785	49,85
Masculino	397	51,49	44	47,31	441	51,04	1034	49,76	321	50,23	1355	49,87	1796	50,15
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Quanto às Faixas de Idade, as 3581 PCD, na pesquisa, concentram-se em dois subgrupos: na PEA, 439 pessoas (50,81%) estão na faixa de 30 a 49 anos de idade, enquanto na PNEA há um envelhecimento deste agrupamento, pois 1268 pessoas (46,62%) estão agrupadas entre 45 e 64 anos de idade, conforme Quadro 5.2

Quadro 5.2

População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, por faixas de idade, 2008.

FAIXAS DE IDADE	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
13 anos	2	0,26	1	1,08	3	0,35	37	1,78	32	5,01	69	2,54	72	2,01
14 a 16 anos	16	2,08	4	4,30	20	2,31	100	4,81	102	15,96	202	7,43	222	6,20
17 a 19 anos	37	4,80	11	11,83	48	5,56	90	4,33	51	7,98	141	5,19	189	5,28
20 a 24 anos	53	6,87	15	16,13	68	7,87	127	6,11	45	7,04	172	6,33	240	6,70
25 a 29 anos	65	8,43	11	11,83	76	8,80	131	6,30	33	5,16	164	6,04	240	6,70
30 a 34 anos	100	12,97	8	8,60	108	12,50	174	8,37	49	7,67	223	8,21	331	9,24
35 a 39 anos	94	12,19	9	9,68	103	11,92	187	9,00	46	7,20	233	8,58	336	9,38
40 a 44 anos	112	14,53	8	8,60	120	13,89	198	9,53	46	7,20	244	8,98	364	10,16
45 a 49 anos	99	12,84	9	9,68	108	12,50	259	12,46	42	6,57	301	11,08	409	11,42
50 a 54 anos	74	9,60	7	7,53	81	9,38	271	13,04	63	9,86	334	12,29	415	11,59
55 a 59 anos	66	8,56	4	4,30	70	8,10	264	12,70	57	8,92	321	11,81	391	10,92
60 a 64 anos	51	6,61	6	6,45	57	6,60	239	11,50	73	11,42	312	11,48	369	10,30
Não Respondeu	2	0,26			2	0,23	1	0,05			1	0,04	3	0,08
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Correlacionando os quesitos Sexo por Faixas de Idade (Tabela 5.1), percebe-se que nas idades compreendidas entre 14 e 16 anos há um ligeiro predomínio do sexo masculino, 1,17 pontos percentuais (pp), enquanto na de 55 a 59 anos as mulheres têm a vantagem de 1,98 pp. Já na correlação da idade verifica-se que na PIA, 54,40% de seus membros estão nas faixas acima dos 40 anos, porém com 6,81 pp em favor do gênero Feminino (57,82%) em relação ao Masculino (51%), o que demonstra maior envelhecimento desta população com ligeiro predomínio das mulheres.

Tabela 5.1
População em Idade Ativa (PIA), com deficiência,
segundo faixas de idade e sexo, 2008.

FAIXAS DE IDADE	Feminino			Masculino			Total	
	Frequência	Percentual Relativo	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Relativo	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual
13 anos	27	1,51	0,75	45	2,51	1,26	72	2,01
14 a 16 anos	90	5,04	2,51	132	7,35	3,69	222	6,20
17 a 19 anos	101	5,66	2,82	88	4,90	2,46	189	5,28
20 a 24 anos	114	6,39	3,18	126	7,02	3,52	240	6,70
25 a 29 anos	105	5,88	2,93	135	7,52	3,77	240	6,70
30 a 34 anos	164	9,19	4,58	167	9,30	4,66	331	9,24
35 a 39 anos	151	8,46	4,22	186	10,36	5,19	337	9,41
40 a 44 anos	194	10,87	5,42	170	9,47	4,75	364	10,16
45 a 49 anos	207	11,60	5,78	202	11,25	5,64	409	11,42
50 a 54 anos	223	12,49	6,23	192	10,69	5,36	415	11,59
55 a 59 anos	231	12,94	6,45	160	8,91	4,47	391	10,92
60 a 64 anos	177	9,92	4,94	192	10,69	5,36	369	10,30
Não Respondeu	1	0,06	0,03	1	0,06	0,03	2	0,06
Total	1785	100	49,85	1796	100	50,15	3581	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Na distribuição da PIA pela escolaridade (Quadro 5.3), verifica-se que 67,52% dos entrevistados não completaram o 1º Grau, sendo que este percentual fica ainda maior na PNEA (74,16%) onde se encontram 2015 indivíduos. Na PEA a situação não é cômoda porém menos grave, pois tem-se 403 pessoas com uma participação de 46,64%.

Ao classificar o total de PCD em relação à situação de trabalho e escolaridade, observa-se que a maioria que trabalhava (PO) declarou possuir o 1º Grau Incompleto/Fundamental (39,82% da PO) e 2º Grau Completo/ Médio 22,83%), situação similar à encontrada na pesquisa de 2004 quando se tinham os percentuais de 39,64% e 22,60%, respectivamente (Tabela 5.1A, em Anexo, página 155).

Quadro 5.3

População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, por escolaridade, 2008.

ESCOLARIDADE	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Não Lê e não Escreve	26	3,37	7	7,53	33	3,82	407	19,59	46	7,20	453	16,67	486	13,57
Lê e Escreve (Sem Escolaridade)	20	2,59	4	4,30	24	2,78	99	4,76	24	3,76	123	4,53	147	4,10
1º Grau Incompleto/ Fundamental	307	39,82	39	41,94	346	40,05	1068	51,40	371	58,06	1439	52,96	1785	49,85
1º Grau Completo/ Fundamental	86	11,15	4	4,30	90	10,42	164	7,89	42	6,57	206	7,58	296	8,27
2º Grau Incompleto/ Médio	66	8,56	14	15,05	80	9,26	100	4,81	65	10,17	165	6,07	245	6,84
2º Grau Completo/ Médio	176	22,83	19	20,43	195	22,57	177	8,52	52	8,14	229	8,43	424	11,84
Superior Incompleto	40	5,19	4	4,30	44	5,09	15	0,72	22	3,44	37	1,36	81	2,26
Superior Completo	29	3,76	1	1,08	30	3,47	22	1,06	9	1,41	31	1,14	61	1,70
Pós Graduação	15	1,95	-	-	15	1,74	3	0,14	3	0,47	6	0,22	21	0,59
Outro	5	0,65	-	-	5	0,58	22	1,06	5	0,78	27	0,99	32	0,89
Sem Resposta	1	0,13	1	1,08	2	0,23	1	0,05	-	-	1	0,04	3	0,08
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Quando se analisa a escolaridade das PCD que não trabalhavam tem-se que a maioria apresenta baixa escolaridade, ou seja, 21,20% declararam não possuir nenhuma escolaridade (*Não Lê e Não Escreve* ou apenas *Lê e Escreve*, sem Escolaridade) e 52,96% possuíam apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental, totalizando 74,16% da PNEA.

5.3 - Informações do Questionário

Na construção dos indicadores foram utilizadas as páginas de 7 a 10 do questionário, *Seção VI - Situação de Trabalho e Renda da Pessoa com Deficiência*, que continha 29 Quesitos:

- 6.1. Recebe algum benefício?
- 6.2. Trabalhou na semana de 18 a 22 de agosto de 2008?

- 6.3. Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a) por motivo de férias, licença, falta de trabalho, doença, más condições de tempo ou por outra razão?
- 6.4. Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio?
- 6.5. Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas em construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção destinadas ao próprio uso das pessoas moradoras no domicílio?
- 6.6. Qual era a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 18 a 22 de agosto de 2008?
- 6.7. Teve algum trabalho no período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008?
- 6.8. Qual a atividade principal que exercia? (no período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008)
- 6.9. Atualmente você está trabalhando?
- 6.10. Se sim, qual a atividade principal que exerce (no período atual)?
- 6.11. Em relação ao seu trabalho atual: Você é?
- 6.12. Município em que trabalha – se Uberlândia => 6.13. Bairro
- 6.13. Município em que trabalha – se Outro => 6.14. Município e 6.15. Estado
- 6.14. Quantas horas trabalha por semana?
- 6.15. Quantas horas trabalha por dia?
- 6.16. Há quanto tempo não trabalha (se não trabalha)?
- 6.17. Qual o motivo de não estar trabalhando atualmente?
- 6.18. Procurou trabalho nos últimos 30 dias?
- 6.19. Qual foi a última providência que tomou para conseguir trabalho?
- 6.20. Em sua opinião, o que seria necessário para você ter acesso ao mercado de trabalho?
- 6.21. Você conhece a Lei de Quotas para pessoas com deficiência (Lei nº 7853/1989)?
- 6.22. A Lei de Quotas estabelece que a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher parte dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência. Você sabe que em Uberlândia há estas vagas?
- 6.23. Trabalhou antes de adquirir a deficiência?
- 6.24. Horas trabalhadas por semana antes da deficiência.
- 6.25. Qual era a atividade principal antes da deficiência?
- 6.26. Qual foi seu rendimento no mês de junho de 2008?
- 6.27. Qual a renda total da família no mês de junho de 2008 (incluindo o seu rendimento)?

Em relação aos tipos de questões:

- Os Quesitos 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5, nesta redação, foram trabalhados traduzindo-se em apenas uma única resposta: *Pessoas Ocupadas*.

- Nos Quesitos 6.1, 6.19, 6.21 e 6.22, por serem questões com múltipla escolha, suas totalizações ultrapassam o total de pessoas que responderam a pesquisa.

No que se refere ao quesito *Benefício Recebido*, verifica-se que, do total de 3581 pessoas com deficiência, 1070 recebem “Aposentadoria por Invalidez” (29,88% da PIA), conforme Quadro 5.4.

Outra verificação importante (Quadro 5.4) está na inversão de situação entre a PNEA e a PEA: enquanto no primeiro subgrupo, 70,78% das pessoas (1923) recebem regularmente algum benefício, no segundo, 75,81% dos pesquisados (655) não o recebem. Os benefícios *Auxílio-doença*, *BPC (Benefício de Prestação Continuada)*, *Pensão*, *Programa Bolsa-Família* e *Programas Complementares* correspondem a 30,32% da demanda na PNEA Incapacitados (620 pessoas).

Quadro 5.4

População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, por tipo de benefício recebido, 2008.

BENEFÍCIO RECEBIDO	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Aposentadoria Comum (Idade, Tempo de Serviço)	9	1,17	1	1,08	10	1,16	42	2,02	20	3,13	62	2,28	72	2,01
Aposentadoria por Invalidez	55	7,13	7	7,53	62	7,18	851	40,95	157	24,57	1008	37,10	1070	29,88
Auxílio Doença	59	7,65	7	7,53	66	7,64	392	18,86	59	9,23	451	16,60	517	14,44
BPC (Benefício de Prestação Continuada)	9	1,17	1	1,08	10	1,16	117	5,63	25	3,91	142	5,23	152	4,24
Pensão	16	2,08	3	3,23	19	2,20	80	3,85	29	4,54	109	4,01	128	3,57
Programa Bolsa Família	21	2,72	6	6,45	27	3,13	38	1,83	49	7,67	87	3,20	114	3,18
Programas Complementares	2	0,26	-	-	2	0,23	3	0,14	8	1,25	11	0,40	13	0,36
Seguro Desemprego.	-	-	-	-	-	-	1	0,05	-	-	1	0,04	1	0,03
Outro	10	1,30	1	1,08	11	1,27	36	1,73	16	2,50	52	1,91	63	1,76
Não Recebe Benefício	588	76,26	67	72,04	655	75,81	518	24,93	276	43,19	794	29,22	1449	40,46
Não Respondeu	2	0,26	-	-	2	0,23	-	-	-	-	-	-	2	0,06
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Com relação à Tabela 5.2A da Pesquisa LIESPPDeficiência-2004 (em anexo, página 155), constataram-se dados não muito similares aos de 2008, mas de igual importância, pois as distribuições das PPD segundo o recebimento de benefícios mostram que a maioria das pessoas com deficiência declarou que não recebia nenhum tipo de benefício (1939 pessoas), correspondendo a um percentual de 54,25%. Atualmente são 1449 PCDs (40,46%).

É importante fazer referência aos que receberam benefícios como *Aposentadoria por Invalidez* e *Auxílio-doença*, cujas participações relativas foram de 26,86% e 7,55%, respectivamente em 2004. Enquanto isso, pode-se notar que em 2008 foi de 29,88% e 14,44%.

Quanto ao Quadro 5.5 verifica-se uma distribuição concentrada no intervalo de 1 a 2 Salários Mínimos da PNEA Incapacitados, representando 63,04% deste subgrupo. A mesma concentração também pode ser constatada na PEA em que temos 483 pesquisados, perfazendo 55,90% do total do subgrupo que estão, também, nesta faixa de rendimentos.

A justificativa dessa constatação está nos baixos salários recebidos em Uberlândia, não apenas pelas PCD (parcela significativa recebe entre 1,5 e 2,5 salários). Para a PNEA, a provável fonte de renda está nos benefícios concedidos pelo Governo que respondem também com a mesma média.

Quadro 5.5

População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, por faixa de renda individual declarada em julho de 2008.

FAIXAS DE RENDA INDIVIDUAL EM JULHO DE 2008	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Até meio SM	50	6,49	8	8,60	58	6,71	45	2,17	42	6,57	87	3,20	145	4,05
0,51 SM a 0,99 SM	96	12,45	7	7,53	103	11,92	116	5,58	42	6,57	158	5,82	261	7,29
1 SM	165	21,40	18	19,35	183	21,18	990	47,64	191	29,89	1181	43,47	1364	38,09
1,01 SM a 2 SM	294	38,13	6	6,45	300	34,72	320	15,40	71	11,11	391	14,39	691	19,30
2,01 SM a 3 SM	43	5,58	1	1,08	44	5,09	64	3,08	16	2,50	80	2,94	124	3,46
3,01 SM a 4 SM	18	2,33	-	-	18	2,08	29	1,40	7	1,10	36	1,32	54	1,51
4,01 SM a 5 SM	12	1,56	-	-	12	1,39	6	0,29	7	1,10	13	0,48	25	0,70
Mais de 5 SM	4	0,52	1	1,08	5	0,58	6	0,29	1	0,16	7	0,26	12	0,34
Não Respondeu	89	11,54	52	55,91	141	16,32	502	24,16	262	41,00	764	28,12	905	25,27
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Para *Renda Familiar* declarada a mesma assimetria é percebida, porém com uma pequena melhora, pois seu pico encontra-se na faixa de 1 a 2 Salários Mínimos, com 29,91% das pessoas com deficiência (1071 da PIA), conforme Quadro 5.6.

Ao analisar a distribuição das PCD quanto ao *Rendimento Individual* (Quadro 5.5), observa-se que a maioria dos pesquisados que, na data da pesquisa, declarou receber algum tipo de rendimento, concentrou-se na faixa de rendimentos de até 2 Salários Mínimos¹² (R\$830,00). Os dados mostram que, do total de 3581 pesquisados, 38,09% percebiam até 1 Salário Mínimo (R\$415,00) e 19,30% de 1,01 a 2 Salários Mínimos. Somados esses dois contingentes, tem-se que mais da metade da população pesquisada, ou seja, 68,72% contavam com rendimentos de no máximo dois Salários Mínimos. Isso significa que parcela expressiva desse conjunto de pessoas, além de ter dificuldades de inserção no mercado de trabalho, também encontra dificuldades pelo lado da renda quando se observa que a maioria conta com rendimentos tão baixos.

¹² Na data da pesquisa o valor do Salário Mínimo era de R\$415,00.

Quadro 5.6

População em Idade Ativa (PIA) e os Subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, por faixa de renda familiar declarada em julho de 2008.

FAIXAS DE RENDA DA FAMÍLIA EM JULHO DE 2008	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)					Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA)								
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Até meio SM	11	1,43	2	2,15	13	1,50	33	1,59	12	1,88	45	1,66	58	1,62
0,51 SM a 0,99 SM	23	2,98	6	6,45	29	3,36	37	1,78	6	0,94	43	1,58	72	2,01
1 SM	53	6,87	9	9,68	62	7,18	386	18,58	93	14,55	479	17,63	541	15,11
1,01 SM a 2 SM	229	29,70	24	25,81	253	29,28	618	29,74	200	31,30	818	30,11	1071	29,91
2,01 SM a 3 SM	146	18,94	8	8,60	154	17,82	349	16,79	80	12,52	429	15,79	583	16,28
3,01 SM a 4 SM	77	9,99	9	9,68	86	9,95	126	6,06	39	6,10	165	6,07	251	7,01
4,01 SM a 5 SM	36	4,67	2	2,15	38	4,40	65	3,13	24	3,76	89	3,28	127	3,55
Mais de 5 SM	43	5,58	3	3,23	46	5,32	28	1,35	18	2,82	46	1,69	92	2,57
Não Respondeu	153	19,84	30	32,26	183	21,18	436	20,98	167	26,13	603	22,19	786	21,95
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A concentração nos baixos rendimentos também é observada quando se analisa o rendimento pessoal por sexo na Tabela 5.3A da Pesquisa LIESPDeficiência-2004 (em Anexo, página 155). É possível verificar que, do total de 1703 mulheres que responderam o questionário, 58,60% ganhavam até 1 Salário Mínimo e 15,74% ganhavam de 1,01 a 2 salários, perfazendo um total de 74,34% com até dois Salários Mínimos. No caso dos homens a realidade era um pouco diferente, ou seja, do total de 1871 homens, 48,85% recebiam até 1 Salário Mínimo e 20,58% ganhavam de 1,01 a 2 salários, ou seja, embora o percentual dos que recebiam até 2 Salários Mínimos também fosse alto (69,43%), era inferior ao percentual de mulheres nestas condições de rendimento.

Embora seja pouco expressivo, das 37 PCD recebendo rendimentos acima de 4 Salários Mínimos em 2008 (1,03%), 27 são homens, indicando uma tendência de maior participação relativa dos homens nas faixas com renda mais elevadas.

Para os Quesitos 6.28 - *Qual foi seu rendimento no mês de julho de 2008?* e 6.29 – *Qual a renda total da família no mês de julho (incluindo o seu rendimento)?*, considerou-se o rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro, produtos ou mercadorias. Não foi computado o valor da remuneração recebida em benefícios que

não eram ganhos ou reembolsados em dinheiro, tais como: cessão ou pagamento, diretamente pelo empregador, de moradia, roupas, alimentação, transporte, treinamento ou aprendizado no trabalho, educação ou creche paga diretamente pelo empregador, etc. Para melhor compreensão, tem-se:

- Rendimento Bruto em Dinheiro - Rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro, constituído de uma única rubrica ou da soma de várias rubricas (salário, vencimento, gratificação, ajuda de custo, ressarcimento, salário família, anuênio, quinquênio, bonificação, horas extras, quebra de Caixa, benefícios pagos em dinheiro e outras), sem excluir os pagamentos (tais como: contribuição para Instituto de Previdência, Imposto de Renda, Pensão Alimentícia, Contribuição Sindical, Previdência Privada, Seguro e Planos de Saúde, etc.) efetuados por meio administrativo;
- Rendimento Bruto em Produtos ou Mercadorias - Rendimento bruto do trabalho recebido em produtos ou mercadorias, da seção de atividade que compreende a agricultura, pecuária, caça, silvicultura, exploração florestal, pesca e aquicultura, computado pelo seu valor em dinheiro, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar.

Para os conta-própria e empregadores, considera-se a retirada do trabalho em dinheiro, produtos ou mercadoria.

- Retirada em Dinheiro - Retirada fixa ou como um percentual dos lucros do empreendimento, sem excluir os pagamentos pessoais (contribuição para Instituto de Previdência, Imposto de Renda, etc. da própria pessoa), ou, quando o empreendimento não é organizado de forma que o rendimento em dinheiro do trabalho seja identificado diretamente, como a diferença entre as receitas e as despesas (pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, equipamentos e outros investimentos, etc.) do empreendimento;

- Retirada em Produtos ou Mercadorias - Retirada em produtos ou mercadorias, da seção de atividade que compreende a agricultura, pecuária, caça, silvicultura, exploração florestal, pesca e aquicultura, computada pelo seu valor em dinheiro como a diferença entre o valor dos produtos e mercadorias destinados ao mercado e as despesas necessárias para a sua produção, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar.

Considerou-se como Rendimento Mensal habitualmente recebido do trabalho aquele que a pessoa usualmente ganhava em um mês completo de trabalho.

Sobre o Rendimento Médio Real¹³, a pesquisa encontrou que, no mês de julho de 2008, para os 2668 entrevistados que responderam receber algum provento, o rendimento médio real habitualmente recebido foi de R\$ 516,20, sendo que 2316 pessoas com deficiência recebem de 0,5 a 2 Salários Mínimos (64,67 % do total).

Em relação ao Rendimento Médio Real Domiciliar *Per Capita*: considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar proveniente do trabalho, pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive daqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

A pesquisa estimou em julho de 2008, para as famílias das pessoas com deficiência, o Rendimento Médio Real Domiciliar *Per Capita* em R\$ 189,62, a massa de rendimento de todas as famílias em R\$ 2.525.928,50 e o número total de indivíduos foi 13321 pessoas.

A Massa de Rendimento Real Efetivo da População Ocupada (*Soma dos rendimentos efetivamente recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da pesquisa – julho de 2008*), obtida a partir das respostas ao quesito 6.28 do questionário, totalizou R\$ 1.377.006,50.

¹³ Rendimento habitualmente recebido.

No Quadro 5.7, onde foi distribuída a frequência das pessoas pesquisadas pelo tipo de deficiência declarada, percentuais também expressivos foram registrados para as *Deficiências Física e Mental*, com participação na PIA de 67,65%, de 63,08% na PEA e de 69,16% na PNEA, com 2424, 545 e 1879 declarantes, respectivamente.

Quadro 5.7

População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), por tipo de deficiência declarada, 2008.

TIPO DE DEFICIÊNCIA	População em Idade Ativa (PIA)											Total da População em Idade Ativa (PIA)		
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Auditiva	160	20,75	18	19,35	178	20,60	101	4,86	69	10,80	170	6,26	348	9,72
Múltipla	37	4,80	3	3,23	40	4,63	242	11,65	38	5,95	280	10,31	320	8,94
Física	362	46,95	36	38,71	398	46,06	774	37,25	240	37,56	1014	37,32	1412	39,43
Mental	120	15,56	27	29,03	147	17,01	680	32,72	185	28,95	865	31,84	1012	28,26
Visual	88	11,41	8	8,60	96	11,11	252	12,13	86	13,46	338	12,44	434	12,12
Outro	3	0,39	1	1,08	4	0,46	28	1,35	19	2,97	47	1,73	51	1,42
Não Respondeu	1	0,13	-	-	1	0,12	1	0,05	2	0,31	3	0,11	4	0,11
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Conforme Tabela 5.4A da pesquisa de 2004 (em Anexo, página 156), quando se analisa o total das pessoas com deficiência pesquisadas quanto ao recebimento de benefício e faixa etária, observa-se que, entre os que afirmaram não receber nenhum benefício, a maioria se concentrava nas faixas de 13 a 24 anos e 30 a 39 anos, ou seja, 29,91% e 21,71%, respectivamente. Dentre os que responderam receber o benefício *Aposentadoria por Invalidez* nota-se que grande parte deles se concentrava nas faixas de idade de 40 a 60 anos, perfazendo um total de 61,77%. Finalmente, entre aqueles que afirmaram receber *Auxílio-doença*, o destaque é verificar que a maior concentração ocorreu com destaque nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, ou seja, 28,15% e 22,96% respectivamente, o que confirma, em suas totalizações, dados próximos aos percebidos no Quadro 5.7.

No que diz respeito à *Atividade Econômica Exercida*, a pesquisa permitiu extrair as informações que se encontram na Tabela 5.2. Conforme se verifica, do total de 3581 PCD, registrou-se que, no período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008, apenas 771 declararam as atividades que exerciam (PO do período); de 18 de agosto a dezembro de 2008 foram 660 e para aqueles que trabalhavam *Antes da Deficiência*, 1604. Entre as respostas, destacam-se as profissões que apresentaram maior incidência: *Serviços Domésticos, Diaristas, Serviços Relacionados, Comércio Varejista, Administração Privada, Secretarias e Auxiliares de Escritório*.

Tabela 5.2

Atividade principal exercida pela pessoa com deficiência, segundo períodos selecionados, 2008.

ATIVIDADE PRINCIPAL EXERCIDA	Período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008		Período de 18 de agosto a dezembro de 2008		Antes da Deficiência	
	Frequência	Percentual Relativo	Frequência	Percentual Relativo	Frequência	Percentual Relativo
Administração Privada, Secretarias e Auxiliares de Escritório	45	5,84	42	6,36	43	2,68
Administração Pública	41	5,32	36	5,45	26	1,62
Agricultura e Pecuária	27	3,50	7	1,06	110	6,86
Alojamento e Alimentação	35	4,54	32	4,85	68	4,24
Comércio Atacadista	15	1,95	14	2,12	32	2,00
Comércio Varejista	55	7,13	58	8,79	69	4,30
Comunicações, <i>Telemarketing</i> e Serviços de <i>Call Center</i>	32	4,15	27	4,09	23	1,43
Construção Civil	36	4,67	26	3,94	158	9,85
Educação	41	5,32	37	5,61	41	2,56
Indústrias de Madeira e do Mobiliário	5	0,65	3	0,45	13	0,81
Indústrias Extrativas	4	0,52	1	0,15	4	0,25
Indústrias Têxtil, do Vestuário e Serviços Relacionados	23	2,98	15	2,27	52	3,24
Intermediação Financeira, Bancos, Seguros e Serviços Relacionados	12	1,56	10	1,52	9	0,56
Outras Indústrias de Transformação	38	4,93	30	4,55	52	3,24
Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal	6	0,78	1	0,15	9	0,56
Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	15	1,95	12	1,82	41	2,56
Saúde e Serviços Sociais	20	2,59	16	2,42	43	2,68
Serviços Domésticos, Diaristas e Serviços Relacionados	123	15,95	107	13,88	411	53,31
Transporte e Armazenagem	33	4,28	27	4,09	136	8,48
Outra Atividade	165	21,40	159	24,09	264	16,46
Total	771	100	660	100	1604	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Ainda de acordo com a resposta dos entrevistados, é importante registrar que a *Atividade de Administração Pública*, que não era expressiva para a PO Antes da Deficiência, pois participava apenas com 1,62% dos ocupados, passa a ser um importante mercado de trabalho, ocupando 5,32% da força de trabalho antes de 17 de agosto de 2008 e 5,45% no segundo semestre de 2008.

No período de referência para o cálculo da PIA, conforme Quadro 5.8, há um equilíbrio na distribuição do número das PCD e o tipo de atividade econômica exercida por elas, porém quando são agregados pelos Grandes Setores da Economia, tem-se que o Setor Terciário (comércio e serviços) responde por 10,05% (360 respostas) do total da PIA, mais de duas vezes a soma do Setor Primário 0,87% (31 opções), com o Setor Secundário que teve 115 declarações e 3,21% do total do grupo. A pouca presença do Setor Primário (Agricultura e Pecuária) está relacionada, também, com o fato de esta pesquisa ter sido realizada no perímetro urbano de Uberlândia.

Quadro 5.8

População em Idade Ativa (PIA) e os Subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), com deficiência, por atividade principal exercida, 2008.

ATIVIDADE PRINCIPAL EXERCIDA	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Administração Privada, Secretarias e Auxiliares de Escritório	42	5,45	1	1,08	42	4,86	-	-	2	0,31	2	0,07	44	1,23
Administração Pública	38	4,93	-	-	38	4,40	1	0,05	1	0,16	2	0,07	40	1,12
Agricultura e Pecuária	23	2,98	-	-	24	2,78	1	0,05	1	0,16	2	0,07	26	0,73
Alojamento e Alimentação	32	4,15	-	-	32	3,70	-	-	2	0,31	2	0,07	34	0,95
Comércio Atacadista	13	1,69	-	-	13	1,50	1	0,05	-	-	1	0,04	14	0,39
Comércio Varejista	53	6,87	-	-	53	6,13	-	-	1	0,16	1	0,04	54	1,51
Comunicações, Telemarketing e Serviços de Call Center	30	3,89	1	1,08	31	3,59	-	-	-	-	-	-	31	0,87
Construção Civil	28	3,63	1	1,08	29	3,36	5	0,24	1	0,16	6	0,22	35	0,98
Educação	38	4,93	-	-	38	4,40	1	0,05	1	0,16	2	0,07	40	1,12
Indústrias de Madeira e do Mobiliário	4	0,52	-	-	4	0,46	-	-	-	-	-	-	4	0,11
Indústrias Extrativas	3	0,39	-	-	3	0,35	-	-	-	-	-	-	3	0,08
Indústrias Têxtil, do Vestuário e Serviços Relacionados	19	2,46	-	-	19	2,20	2	0,10	1	0,16	3	0,11	22	0,61
Intermediação Financeira, Bancos, Seguros e Serviços Relacionados	11	1,43	-	-	11	1,27	-	-	-	-	-	-	11	0,31
Outras Indústrias de Transformação	34	4,41	2	2,15	36	4,17	1	0,05	-	-	1	0,04	37	1,03
Pesca, Silvicultura e Exploração Florestal	4	0,52	1	1,08	5	0,58	-	-	-	-	-	-	5	0,14
Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos	12	1,56	1	1,08	13	1,50	1	0,05	-	-	1	0,04	14	0,39
Saúde e Serviços Sociais	19	2,46	-	-	19	2,20	-	-	1	0,16	1	0,04	20	0,56
Serviços Domésticos, Diaristas e Serviços Relacionados	113	14,66	-	-	113	13,08	5	0,24	5	0,78	10	0,37	123	3,43
Transporte e Armazenagem	32	4,15	-	-	32	3,70	-	-	1	0,16	1	0,04	33	0,92
Outra Atividade	148	19,20	3	3,23	151	17,48	7	0,34	7	1,10	14	0,52	165	4,61
Não Respondeu	75	9,73	83	89,25	158	18,29	2053	98,80	615	96,24	2668	98,20	2826	78,92
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

O *Levantamento de Informações Econômico-Sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia-MG/Fase II (LIESPDeficiência)* revelou que, das 3581 Pessoas em Idade Ativa (PIA) pesquisadas, 864 faziam parte da PEA (24,13%). Destas, 771 pertenciam à PO (21,53%) e 670 estavam trabalhando (18,71%), conforme Quadro 5.9.

Quando comparado o Quadro 5.5 (Faixas de Rendimento Individual Mensal das Pessoas de 13 a 64 anos de idade) em conjunto com o Quadro 5.9 (estar ou não trabalhando), constata-se que o rendimento médio da PO é de 1,43 Salários Mínimos (SM) enquanto o da PNEA, 0,89 SM. Ou seja, o ganho médio da PO é 59,73% (0,53 SM) superior ao da PNEA.

Quadro 5.9

População em Idade Ativa (PIA) e os Subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), por estar ou não trabalhando, 2008.

ATUALMENTE ESTÁ TRABALHANDO	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Sim	670	86,90	-	-	670	77,55	-	-	-	-	-	-	670	18,71
Não	100	12,97	93	100,00	193	22,34	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	2910	81,26
Não Respondeu	1	0,13	-	-	1	0,12	-	-	-	-	-	-	1	0,03
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Verifica-se no Quadro 5.10 que, apesar da renda média dos trabalhadores ser superior em 0,53 SM, ela não é suficientemente atrativa para provocar uma maior procura por emprego, pois apenas 102 pessoas (2,85% da PIA) assim o fizeram. Esta revelação fica ainda mais grave quando se percebe que 94 destas 102 pessoas já faziam parte da PEA.

No Quadro 5.9, das 771 *Pessoas Ocupadas*, 100 (12,97% da PEA) exercem a ocupação para o autoconsumo (próprio e/ou de familiares), porém um subgrupo de 63 pessoas desta população declarou, no Quadro 5.10, que a *Deficiência o Impede de*

Trabalhar. Este é, sem dúvida, um exercício de resistência e cidadania, mesmo quando movido pela necessidade.

A Taxa de Desocupação, percentagem das Pessoas Desocupadas (93) em relação às Pessoas Economicamente Ativas (864) ficou em 10,76% no mês de agosto de 2008. É uma taxa relativamente baixa porque a PEA também é baixa.

Quadro 5.10

População em Idade Ativa (PIA) e os subconjuntos da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Não Economicamente Ativa (PNEA), por providência que tomou para conseguir trabalho, 2008.

PROVIDÊNCIA QUE TOMOU PARA CONSEGUIR TRABALHO	População em Idade Ativa (PIA)												Total da População em Idade Ativa (PIA)	
	Pessoas Economicamente Ativas (PEA)						Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA)							
	Pessoas Ocupadas		Pessoas Desocupadas		Total PEA		PNEA Incapacitados		PNEA Outros		Total PNEA			
	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto	Frequência	Percentual Absoluto
Colocou ou Respondeu Anúncio	1	0,13	-	-	2	0,23	-	-	-	-	2	0,07	2	0,06
Consultou Agência ou Sindicato	1	0,13	6	6,45	7	0,81	-	-	2	0,31	2	0,07	9	0,25
Consultou Empregadores	1	0,13	7	7,53	8	0,93	-	-	2	0,31	3	0,11	10	0,28
Consultou Parente ou Amigo	4	0,52	17	18,28	21	2,43	-	-	3	0,47	-	-	24	0,67
Entregou Currículo	3	0,39	38	40,86	41	4,75	-	-	-	-	-	-	41	1,14
Está Trabalhando	671	87,03	-	-	671	77,66	-	-	-	-	-	-	671	18,74
Mais de uma Providência	1	0,13	13	13,98	14	1,62	-	-	1	0,16	1	0,04	15	0,42
Tomou Medida para Iniciar Negócio	-	-	1	1,08	1	0,12	-	-	-	-	-	-	1	0,03
A Deficiência o Impede de Trabalhar	63	8,17	1	1,08	63	7,29	2078	100,00	2	0,31	2080	76,56	2143	59,84
Não Procurou Emprego	2	0,26	1	1,08	3	0,35	-	-	30	4,69	30	1,10	33	0,92
Não Respondeu	24	3,11	9	9,68	33	3,82	-	-	599	93,74	599	22,05	632	17,65
Total	771	100,00	93	100,00	864	100,00	2078	100,00	639	100,00	2717	100,00	3581	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Na Tabela 5.3, entende-se por *Posição na Ocupação* a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha e consideram-se as seguintes categorias de posição na ocupação para a pesquisa:

- Empregado – Pessoa que trabalhava para um empregador, (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro,

mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, treinamento, etc.). Nesta categoria inclui-se a pessoa que prestava serviço militar obrigatório, clérigo e, também, aprendiz ou estagiário que recebia somente aprendizado ou treinamento como pagamento;

- Trabalhador doméstico – Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;
- Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar que era empregado – Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda ao membro da unidade domiciliar, com quem o empregador estabelecia o contrato ou acordo de trabalho e que recebia a remuneração pelo trabalho do grupo de membros da unidade domiciliar que organizava, dirigia ou era responsável;
- Conta própria – Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar;
- Empregador – Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar;
- Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar que era por conta própria ou empregador – Pessoa que trabalhava sem remuneração em empreendimento de membro da unidade domiciliar que era por conta-própria ou empregador.

Analisando a forma de inserção do trabalhador com deficiência no mercado de trabalho, percebido na Tabela 5.3, identifica-se que duas categorias se destacam, *Empregado Permanente com Carteira*, com 331 citações (49,63%) e *Conta Própria* (ambulante, autônomo, eventual) com 139 citações (20,84%), A somatória destas duas categorias representa 70,46% (470) dos 667 PCD que responderam este quesito.

Por outro lado, na mesma Tabela 5.3, constatamos que 92 das PCD (13,79%) se inserem no mercado de trabalho de forma precária, por não possuírem seus vínculos formalmente reconhecidos, como descritos pelas opções: *Empregado Permanente sem Carteira*, com 52 citações (7,80%) e *Empregado Temporário sem Contrato*, com 40 citações (6,00%).

Tabela 5.3

Indicadores de distribuição da População Ocupada (PO), com pessoas deficientes em Uberlândia, segundo a posição na ocupação, agosto de 2008.

Em relação ao seu trabalho, você é:	Frequência	Percentual Absoluto	Percentual Relativo
Conta-Própria (ambulante, autônomo, eventual)	139	3,88	20,84
Cooperado (membro de cooperativa)	3	0,08	0,45
Empregado Permanente com Carteira	331	9,24	49,63
Empregado Permanente sem Carteira	52	1,45	7,80
Empregado Temporário com Contrato	21	0,59	3,15
Empregado Temporário sem Contrato	40	1,12	6,00
Empregador	5	0,14	0,75
Funcionário Público (Federal, Estadual ou Municipal)	60	1,68	9,00
Trabalhador na Produção para o Próprio Consumo	7	0,20	1,05
Outro Trabalhador não Remunerado	9	0,25	1,35
Atualmente não está Trabalhando	2910	81,26	
Não Respondeu	4	0,11	
Total	3581	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

O desconforto com o atual trabalho também pode ser percebido quando se verifica que 69 (8,25%) das 670 pessoas que estão ocupadas afirmam estarem procurando outro emprego, conforme Tabela 5.4.

Lembrando que pelo conceito de trabalho, caracterizam-se as condições de trabalho em *trabalho remunerado* e *trabalho sem remuneração*. Não se inclui no conceito de trabalho o exercício de: ocupação sem remuneração desenvolvida em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo e ocupação na produção para o próprio consumo ou uso de membro(s) da unidade domiciliar.

Tabela 5.4**População em Idade Ativa (PIA), segundo a procura de emprego nos últimos 30 dias, agosto de 2008.**

Procurou trabalho nos últimos 30 dias?	Frequência	Percentual Absoluto	Percentual Relativo
Não	670	18,71	80,14
Sim	97	2,71	11,60
Sim, porque quer outro trabalho	69	1,93	8,25
Não, porque já está trabalhando	598	16,70	
Não Respondeu	2147	59,96	
Total	3581	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Com relação à cidade onde trabalham apenas cinco (0,75%) dos 667 entrevistados que afirmaram trabalhar em outro município, seus Estados de atuação são Goiás, Minas Gerais e São Paulo, principalmente nas cidades de Rio Verde, cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Ituverava e São Paulo.

A partir dos resultados da pesquisa, 64,6% da população ocupada cumpria, em agosto de 2008, uma jornada de trabalho de até 40 horas semanais e 7,3% acima de 50 horas semanais.

Tabela 5.5**População em Idade Ativa (PIA), com pessoas deficientes em Uberlândia, segundo faixas médias de horas trabalhadas em agosto de 2008.**

Horas trabalhadas por semana	Frequência	Percentual Absoluto	Percentual Relativo
Até 20 horas	84	2,35	12,71
De 20,1 a 30 horas	171	4,78	25,87
De 30,1 a 40 horas	295	8,24	44,63
De 40,1 a 50 horas	226	6,31	34,19
Acima de 50 horas	88	2,46	13,31
Não Respondeu	2717	75,87	
Total	3581	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Com relação ao tempo em que não trabalham tem-se 80 PCD por um período menor do que 6 meses (2,79%); 69 por um período de 6 meses a 1 ano (2,41%); 112 por um período de 1 ano a 2 anos (3,91%); 132 por um período de 2 a 3 anos (4,60%); 126 por um período de 3 a 4 anos (4,39%); 1315 estavam em busca de trabalho por um período superior a 4 anos (45,85%) enquanto 1034 responderam o item *Nunca trabalhou* (28,9%), conforme a Tabela 5.6. Percebe-se por estes dados que o não acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, pelo fato de nunca terem trabalhado ou por estarem um longo tempo sem trabalho, evidencia as dificuldades de inserção delas.

Tabela 5.6

População Desocupada (PD), com pessoas deficientes em Uberlândia, segundo o tempo em que não trabalha, em agosto de 2008.

Procurou trabalho nos últimos 30 dias	Frequência	Percentual Absoluto	Percentual Relativo
Há menos de 6 meses	80	2,23	2,79
De 6 meses a 1 ano	69	1,93	2,41
Mais de 1 ano a 2 anos	112	3,13	3,91
Mais de 2 a 3 anos	132	3,69	4,60
Mais de 3 a 4 anos	126	3,52	4,39
Há 4 anos ou mais.	1315	36,72	45,85
Nunca Trabalhou	1034	28,87	36,05
Está Trabalhando	667	18,63	
Não Respondeu	46	1,28	
Total	3581	100,00	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Dentre os motivos apontados para não trabalhar chamam a atenção dois itens: *Não quer Trabalhar*, com 132 citações (3,69%) e *Não quer Perder o Benefício*, com 159 citações (4,44%). Percebe-se com estas respostas que o fato de estar recebendo algum tipo de benefício é um fator inibidor, inclusive no âmbito legal, para não estar motivado a procurar algum tipo de trabalho (Tabela 5.7).

Tabela 5.7**População em Idade Ativa (PIA), com pessoas deficientes em Uberlândia, segundo o motivo apontado para não estar trabalhando, em agosto de 2008.**

Qual o motivo de não estar trabalhando atualmente		Sim	Não
A Deficiência o Impede	Frequência	2717	864
	Percentual Relativo	75,87	24,13
Não quer Trabalhar	Frequência	132	3449
	Percentual Relativo	3,69	96,31
Não quer Perder o Benefício	Frequência	159	3422
	Percentual Relativo	4,44	95,56
Encontrou Trabalho, mas não foi Aceito	Frequência	65	3516
	Percentual Relativo	1,82	98,18
Quer Trabalhar, Procurou Emprego, mas não Encontrou	Frequência	137	3444
	Percentual Relativo	3,83	96,17
Quer Trabalhar, mas a Família não Permite	Frequência	61	3520
	Percentual Relativo	1,70	98,30
Quer Trabalhar mas não Procurou Trabalho	Frequência	73	3508
	Percentual Relativo	2,04	97,96
Outra Providência	Frequência	291	3290
	Percentual Relativo	8,13	91,87

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Quando se fala da pouca pressão exercida pelas pessoas com deficiência sobre o mercado de trabalho é importante se ater aos motivos que influenciam esta postura, alguns deles explicitados na Tabela 5.8. Nesta tabela verifica-se que, pelo lado da oferta, a forma como se dá a aceitação das PCD nas empresas (41,7%) é o maior inibidor à conquista do mercado de trabalho. Já, pelo lado da demanda, fatores pessoais ligados à capacitação como os apontados por 896 dos entrevistados onde *Melhorar Meu Nível de Escolaridade* com 25% e outros 1189, *Melhorar Minha Capacitação (fazer cursos, treinamentos, etc.)* com 33,2%, traduzem o outro lado do problema.

Tabela 5.8**População em Idade Ativa (PIA), com pessoas deficientes em Uberlândia, segundo a necessidade para ter acesso ao mercado de trabalho, em agosto de 2008.**

Necessidades para ter acesso ao mercado de trabalho		Sim	Não	Não Respondeu	Total
Melhorar a Aceitação das Empresas	Frequência	1492	2085	4	3581
	Percentual Relativo	41,71	58,29		100
Melhorar as Condições de Transporte na Cidade	Frequência	259	3318	4	3581
	Percentual Relativo	7,24	92,76		100
Melhorar meu Nível de Escolaridade	Frequência	896	2681	4	3581
	Percentual Relativo	25,05	74,95		100
Melhorar Minha Autoestima	Frequência	528	3049	4	3581
	Percentual Relativo	14,76	85,24		100
Necessidade de Aparelho Específico	Frequência	117	3460	4	3581
	Percentual Relativo	3,27	96,73		100
Melhorar Minha Capacitação (fazer cursos, treinamentos, etc.)	Frequência	1189	2388	4	3581
	Percentual Relativo	33,24	66,76		100
Outro (especifique)	Frequência	569	3008	4	3581
	Percentual Relativo	15,91	84,09		100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Das 569 Outras necessidades listadas as principais foram: Cura/cuidar da saúde (81 citações); Não perder o benefício quando ficar desempregado (37); Aposentado(a) (28); Emprego que não perdesse o benefício (25); Não se interessa (23); Não tem condições de trabalhar (20); Não tem condições (18); A idade não permite (17); Não sabe (17); Incapacitado para o mercado de trabalho (15); Não quer trabalhar (13); Ter melhor condições de saúde (13); Não consegue mais trabalhar (11); Saúde (8); Afastado(a) (6) e Nada, devido à incapacidade da pessoa (6).

As citações anteriores, além de trazerem uma imagem mais clara das necessidades das pessoas com deficiência, impactam por confirmar o conflito existente entre procurar emprego e a perda do benefício que já obteve (são 62 citações).

Apesar da Lei de Quotas para pessoas com deficiência (Lei nº 7853/1989) estar há quase duas décadas em vigor, 69,1% dos entrevistados disseram não conhecê-la, no mês de agosto de 2008, conforme Tabela 5.8. Ainda os mesmos 69,1% reaparecem na Tabela 5.9 afirmando não saberem da existência das vagas oriundas da Lei nº 7853/1989 em Uberlândia.

Tabela 5.9

Distribuição da População em Idade Ativa (PIA), com pessoas deficientes em Uberlândia, segundo o conhecimento da Lei nº 7853/1989, em agosto de 2008.

Conhece a Lei nº 7853/1989	Frequência	Percentual Absoluto	Percentual Relativo
Sim	1102	30,77	30,82
Não	2474	69,09	69,18
Não Respondeu	5	0,14	
Total	3581	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Tabela 5.10

População em Idade Ativa (PIA), com pessoas deficientes em Uberlândia, segundo o conhecimento de postos de trabalho decorrentes da aplicação da Lei nº 7853/1989, em agosto de 2008.

Você sabe que em Uberlândia existem estas vagas	Frequência	Percentual Absoluto	Percentual Relativo
Sim	1102	30,80	30,80
Não	2474	69,09	69,09
Não Respondeu	5	0,14	-
Total	3581	100	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Para finalizar, os resultados da pesquisa registrados na Subseção 5 permitiram uma análise das condições de ocupação e renda das PCD no mercado de trabalho. Destaca-se que, de um total de 3581 pessoas pesquisadas (PIA), a maioria delas não trabalhava (PNEA, de 2717) e apenas pequena parcela respondeu que trabalhava (PO, 771). Dos que afirmaram não trabalhar na data da pesquisa, a maioria apresentava nenhuma ou baixa escolaridade, sendo que parcela significativa das PCD que não trabalhavam possuía apenas o 1º Grau Incompleto (74,16%).

Embora se verifique que parte dos que não trabalhavam declararam nunca ter procurado trabalho e, entre os que procuraram trabalho, parte deles o fizeram há mais de um ano, é importante nos determos nos motivos que determinaram tal comportamento. Nesse sentido, parcela significativa das PPD que não trabalhavam

afirmou “*não trabalhar porque a deficiência o impede*”. As demais declararam “*querer trabalhar, mas não encontrou trabalho*” e ainda, “*não querer ou temer perder o benefício*”.

Quando questionados sobre o que seria necessário para ter acesso ao mercado de trabalho, a maioria dos entrevistados afirmou ser a *capacitação profissional* e a *escolaridade*, e parcela deles declarou ser necessário *melhorar a aceitação das empresas*.

No que tange ao rendimento pessoal observa-se que a maioria dos pesquisados concentrou-se na faixa de rendimentos de até 2 Salários Mínimos. Essa tendência de baixos rendimentos também se configura na renda familiar, pois mais da metade da população pesquisada contava com renda familiar de no máximo três Salários Mínimos, realidade esta ratificada quando se analisa a ocupação principal citada pelas PCD. Neste quesito, as ocupações mais frequentes são aquelas com menor exigência como *Serviços Domésticos, Diaristas e Serviços Relacionados* e, portanto, com menor remuneração.

Assim, pode-se registrar que significativa parcela dessas pessoas, além de enfrentar extrema dificuldade de inserção no mercado de trabalho, também conta com rendimentos muito baixos.

ANEXO – SUBSEÇÃO 5

Tabela 5.1A
Pessoas com deficiência segundo escolaridade e situação de trabalho, 2004.

Escolaridade	Trabalha		Não trabalha		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Não Lê e Não Escreve	46	5,44	584	21,49	-	-	630	17,63
Lê e Escreve (sem escolaridade)	11	1,3	112	4,12	-	-	123	3,44
1º Grau Incompleto/ Fundamental	335	39,64	1364	50,2	8	66,67	1707	47,76
1º Grau Completo/ Fundamental	82	9,7	157	5,78	2	16,67	241	6,74
2º Grau Incompleto/ Médio	89	10,53	180	6,62	-	-	269	7,53
2º Grau Completo/ Médio	191	22,6	207	7,62	-	-	398	11,14
Superior Incompleto	34	4,02	36	1,32	-	-	70	1,96
Superior Completo	29	3,43	19	0,7	-	-	48	1,34
Pós- Graduação	18	2,13	3	0,11	-	-	21	0,59
Outro	5	0,59	34	1,25	-	-	39	1,09
Não responderam	5	0,59	21	0,77	2	16,67	28	0,78
Total	845	100	2717	100	12	100	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 5.2A
Pessoas com deficiência quanto ao recebimento de benefícios segundo o sexo, 2004.

Benefício	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Aposentadoria comum	21	1,23	24	1,28	45	1,26
Aposentadoria/invalidez	381	22,37	579	30,95	960	26,86
Bolsa -Escola	20	1,17	25	1,34	45	1,26
Pensão	89	5,23	58	3,1	147	4,11
Auxílio- doença	107	6,28	163	8,71	270	7,55
Seguro- desemprego	3	0,18	3	0,16	6	0,17
BPC	11	0,65	16	0,86	27	0,76
Outro benefício	67	3,93	68	3,63	135	3,78
Nenhum benefício	1004	58,95	935	49,97	1939	54,25
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 5.3A
Pessoas com deficiência por rendimento pessoal, na data de referência de outubro de 2004, segundo o sexo, (out/ 2004).

Rendimento (valores em R\$)	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 260	998	58,6	914	48,85	1912	53,5
260,01 a 520	268	15,74	385	20,58	653	18,27
Subtotal	1266	74,34	1299	69,43	2565	71,77
520,01 a 780	51	2,99	119	6,36	169	4,73
780,01 a 1300	30	1,76	98	5,24	128	3,58
1300,01 a 2600	10	0,59	28	1,5	38	1,06
Mais que 2600	2	0,12	3	0,16	6	0,17
Não Responderam	344	20,2	324	17,32	668	18,69
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

Tabela 5.4A
Pessoas com deficiência quanto ao recebimento de benefício
segundo faixa etária, 2004.

Benefício	Faixa etária (em anos)												Total	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60		Outras Idades*			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aposentadoria comum	4	8,89	3	6,67	4	8,89	8	17,78	25	55,56	1	2,22	45	100
Aposentadoria/invalidez	116	12,08	73	7,6	166	17,29	240	25	353	36,77	12	1,25	960	100
Bolsa- Escola	37	82,22	3	6,67	1	2,22	3	6,67	-	-	1	2,22	45	100
Pensão	28	19,05	13	8,84	22	14,97	39	26,53	45	30,61	-	-	147	100
Auxílio -doença	42	15,56	31	11,48	76	28,15	62	22,96	58	21,48	1	0,37	270	100
Seguro- desemprego	1	16,67	1	16,67	2	33,33	2	33,33	-	-	-	-	6	100
BPC	8	29,63	4	14,81	4	14,81	7	25,93	4	14,81	-	-	27	100
Outro benefício	32	23,7	14	10,37	34	25,19	27	20	27	20	1	0,74	135	100
Nenhum benefício	580	29,91	228	11,76	421	21,71	396	20,42	304	15,68	10	0,52	1939	100
Total	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,73	3574	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004.

6 – Informações sobre as Instituições de Apoio às Pessoas com Deficiência em Uberlândia/MG

Ana Alice B. P. Damas Garlipp

A pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG - Fase II” também contemplou as instituições de apoio à PCD, em Uberlândia. A partir de um questionário específico foi possível identificar cada instituição, de acordo com a natureza do seu atendimento e, com isto, conhecer o perfil dos serviços oferecidos, os órgãos que as financiam, como também as suas principais necessidades.

Conforme levantamento realizado junto ao COMPOD, foram identificadas 21 instituições de apoio, das quais 19 responderam o questionário. Tais instituições oferecem diversos tipos de assistência à PCD sendo que algumas delas atendem múltiplas deficiências, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 6.1

**Instituições de apoio à pessoa com deficiência,
por tipo de deficiência atendida, 2008.**

Tipo de Deficiência Atendida	Número de Instituições	%
Mental e Física	5	26,32
Física	3	15,79
Visual	3	15,79
Física, auditiva e visual	3	15,79
Mental	2	10,53
Auditiva	2	10,53
Física, mental e visual	1	5,26
Total	19	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Das 19 instituições pesquisadas, a maior parte delas, 5 instituições, atende a pessoas com deficiência mental e física. Registrou-se ainda que são três as instituições

que atendem exclusivamente as pessoas com *Deficiência Física*, e *Visual*, enquanto outras três instituições atendem os que possuem *Deficiência Múltipla* (física, auditiva e visual). Para os que possuem *Deficiência Mental* e *Auditiva*, identificaram-se duas instituições, que atendem separadamente tais deficiências. Ainda restou uma instituição, com capacidade de atendimento tanto das pessoas que possuem *Deficiência Física*, como também as *Deficiências Mental* e *Visual*.

A Tabela 6.2 registra os tipos de serviços oferecidos pelas 19 instituições pesquisadas. As respostas obtidas se referem às instituições que dispõem dos serviços declarados, sendo que, na maior parte delas, há mais de um tipo de serviço oferecido. Segundo esses dados, o “serviço de assistência social” é o mais frequente, com participação de 27,45% no total das respostas obtidas. Em seguida estão os serviços de: “psicólogo” (23,53%); “médico” (21,57%); “advogado” (17,65%) e “dentista” (9,80%).

Tabela 6.2

Serviços declarados pelas instituições de apoio à pessoa com deficiência, segundo o tipo de serviço, 2008.

Serviços Declarados	Número de respostas	%
Assistente Social	14	27,45
Psicólogo	12	23,53
Médico	11	21,57
Advogado	9	17,65
Dentista	5	9,80
Total	51	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A pesquisa também indagou se as instituições de apoio à PCD recebem ajuda e qual a natureza da ajuda. Das dezenove instituições pesquisadas, dezoito delas disseram receber ajuda, retratando assim a dependência de um ou mais tipo de ajuda para a sua manutenção. Tal registro foi feito de acordo com a natureza do apoio, considerando que muitas delas recebem ajuda de mais de uma fonte. Quanto a essa questão, verifica-se na Tabela 6.3 que a maior parte da ajuda recebida pelas

instituições é de *Pessoa Física* (32,08%), enquanto que as doações recebidas de *Pessoa Jurídica* e *Prefeitura Municipal* representam 26,42%, respectivamente. Ainda contribuem com as instituições os governos federal (7,55%) e estadual (5,66%).

Tabela 6.3

Origem do auxílio recebido pelas instituições de apoio à pessoa com deficiência, 2008.

Origem do Auxílio	Número de respostas	%
Doações de Pessoas Físicas	17	32,08
Doações de Pessoas Jurídicas	14	26,42
Prefeitura Municipal	14	26,42
Governo Federal	4	7,55
Governo Estadual	3	5,66
Nenhuma ajuda financeira	1	1,89
Total	53	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Em seguida, foi perguntado sobre quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas instituições para o atendimento da PCD. Registraram-se 38 respostas, sendo as mais frequentes a falta ou necessidade de pessoal capacitado e a melhoria na infraestrutura da própria instituição, ambas com 26,32% das respostas obtidas. Em seguida, apontou-se: necessidade de recursos financeiros (21,05%); maior participação das PCD (10,53%); oferta da alimentação (10,53%) e oferta de transporte para o deslocamento da PCD até as instituições de apoio (2,63%). Apenas uma instituição registrou não necessitar de nenhuma das opções oferecidas no questionário como resposta (Tabela 6.4).

Tabela 6.4

Principais necessidades apontadas pelas instituições de apoio à pessoa com deficiência, 2008.

Necessidades Declaradas	Número de respostas	%
Pessoal Capacitado	10	26,32
Infraestrutura	10	26,32
Recursos Financeiros	8	21,05
Maior Participação das PCD	4	10,53
Alimentação	4	10,53
Transporte	1	2,63
Nenhuma	1	2,63
Total	38	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Outras informações igualmente significativas sobre as instituições de apoio à PCD são as que tratam da oferta de cursos, quer seja curso técnico ou profissionalizante, e quais os cursos ofertados. Sobre esse dado obteve-se que a maior parte das instituições disponibiliza ou já disponibilizou algum curso de capacitação.

O Gráfico 6.1 revela que, das dezenove instituições pesquisadas, dez delas realizaram cursos na própria instituição; cinco instituições ofereceram cursos em parceria com outras instituições, e apenas quatro instituições não ofertaram curso de capacitação.

Gráfico 6.1

Instituição que oferta ou não curso técnico/profissionalizante, 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESP Deficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A Tabela 6.5 revela que as 15 instituições de apoio à PCD ofertaram, no conjunto, 33 cursos de capacitação, sendo que a maior parte delas ofereceu mais de um curso. Os cursos mais citados foram os de Informática (6 cursos); Pintura (5 cursos) e Culinária (4 cursos). Outros cursos tais como, Bordado, Artesanato e Tecelagem também foram significativamente contemplados, e embora a oferta dos demais cursos tenha sido menor, não implica menor importância para a PCD. Cabe registrar, também, que no total dos cursos citados, foram inscritos cerca de 1400 PCD, o que pode demonstrar ser este um dos instrumentos de inserção e ampliação da cidadania da PCD.

Tabela 6.5

Cursos técnicos/profissionalizantes oferecidos pelas instituições de apoio à PDC, 2008.

Cursos técnico/profissionalizantes	Número de respostas	%
Informática	6	18,18
Pintura	5	15,15
Culinária	4	12,12
Bordado	3	9,09
Artesanato	3	9,09
Tecelagem	3	9,09
Jardinagem	2	6,06
Secretariado	2	6,06
Violão	1	3,03
Cerâmica	1	3,03
Enfermagem	1	3,03
Alfabetização	1	3,03
Reciclagem de papel	1	3,03
Total	33	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da Pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência em Uberlândia/MG”, nesta Fase II, teve como objetivo principal atualizar a base de dados cadastrais gerada na Fase I (2004).

A partir dos resultados obtidos foi possível traçar o retrato demográfico e socioeconômico de parcela da população com deficiência residente no município de Uberlândia. Retrato este que, comparado àquele obtido na Fase I, permite ampliar o conhecimento do universo desse estrato da população, constituindo subsídio importante para a elaboração de projetos de capacitação e de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

As informações analisadas neste relatório foram obtidas por meio de um amplo trabalho de campo envolvendo visitas a 6281 pessoas com deficiência com idades entre 13 e 64 anos, das quais 3581 responderam o Questionário Completo e 370 responderam o Questionário Simplificado. Foram abordados aspectos como: características dos domicílios dos entrevistados; origem; etnia/cor; escolaridade; qualificação; tipo de alteração ou deficiência e suas causas; meio de transporte mais utilizado; principais dificuldades de acesso na cidade; principais melhorias percebidas quanto à acessibilidade da população com deficiência no meio urbano de Uberlândia nos últimos quatro anos; condições de ocupação e renda dos pesquisados; principais dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, entre outros.

Além das entrevistas com as pessoas com deficiência, foi realizado um levantamento de informações cadastrais e de atendimento das instituições que prestam apoio a essa população, a fim de obter informações quanto à quantidade de vagas disponíveis; quais os tipos de deficiências atendidos; se a instituição oferece cursos e quais; se recebe ajuda ou não; quais as necessidades da instituição, entre outras.

De maneira geral, os resultados apresentados na *Subseção 1 – Informações Gerais sobre os Domicílios e as Pessoas com Deficiência* - mostraram que a quase totalidade das PCD pesquisadas residem em moradias próprias. Contudo, a maior parte

dessas não conta com qualquer tipo de adaptação que atenda suas necessidades específicas. Esse quadro não difere daquele apresentado em 2004 e reforça a importância de sugestões arquitetônicas, elaboradas através de projetos desenvolvidos por órgãos públicos, como uma alternativa às famílias que possuem PCD e não têm renda suficiente para adaptarem suas moradias.

Os aspectos demográficos apresentados na *Subseção 2* destacaram que as PCD pesquisadas apresentaram estrutura etária mais envelhecida, com maior participação de grupos etários nas idades adultas, principalmente naquelas a meio caminho na idade produtiva, considerada entre 15 e 65 anos. Tanto para os homens quanto para as mulheres, os grupos etários com idades acima de 30 anos são os mais representativos, embora seja relevante o contingente de PCD no grupo etário 15 a 19 anos.

Mesmo considerando que o levantamento de 2008 baseou-se em cadastro amostral diferenciado em relação à pesquisa com PCD, realizada em 2004, nota-se em ambas as estruturas etárias que existe certa concentração de pessoas nas idades entre 15 e 45 anos, indicando que são pessoas, pelo menos quanto à idade, posicionadas em idades propícias à inserção no mercado de trabalho.

Na análise das informações demográficas de idade e sexo, desagregadas por naturalidade, foi possível constatar que os imigrantes entrevistados, nascidos em outros municípios, e que aqui fixaram residência, contam com idades mais avançadas e são, em maioria, casados, chefes de domicílios, com filhos, inclusive com alguns filhos deficientes. Parte desses imigrantes está em idade produtiva e deve contar com possibilidade de treinamento, qualificação e outros apoios que lhes favoreçam, caso a deficiência o permita, a inserção no mercado de trabalho formal.

O maior desafio, na realidade, diz respeito às pessoas com deficiência naturais de Uberlândia/MG. São em geral mais jovens, nas primeiras idades ativas, que na maioria declararam possuir *Deficiência Mental*, solteiros. Ainda ocupam a posição de filhos na família e requerem atendimento especializado, a fim de verificar-se, em nível médico e ocupacional, sua possibilidade de emprego e trabalho.

Certamente, grande parte das PCD uberlandenses possui amplas possibilidades de participar do processo produtivo, nos diferentes setores econômicos, desde que adequações de âmbito público e privado permitam este direito: a plena acessibilidade aos bens e serviços, ao emprego e ao trabalho, à saúde e educação.

Na *Subseção 3*, relativa à escolaridade das PCD, a pesquisa apontou que a maioria dos entrevistados não estudava na data da pesquisa (79,42%), e apenas uma pequena parcela dessa população frequentava a escola (20,55%), sendo que, entre estes, a maior parte se encontra na faixa etária de 13 a 24 anos. Foi possível também constatar que a maioria das PCD não terminou o primeiro grau (67,51%) e que parcela significativa é considerada analfabeta funcional. Esses dados evidenciam a baixa escolaridade da população pesquisada.

Tanto na pesquisa de 2004 como nesta de 2008, no que se refere à busca pela capacitação ou realização de cursos técnicos ou profissionalizantes, pequena parcela das PCD afirmou possuir tais requisitos e a maioria delas não fez ou não possui nenhum curso. Essa informação permite, mais uma vez, requerer o envolvimento do Poder Público, agora na criação de condições de capacitação, fator determinante para futura inserção no mercado de trabalho.

Quanto às *informações sobre a deficiência (Subseção 4)*, constatou-se que, do total de entrevistados, a maior participação relativa foi das pessoas com *Deficiência Física* e, em seguida, das pessoas com *Deficiência Mental*. Aquelas com *Deficiência Visual, Múltipla* ou *Auditiva* tiveram participações menores.

Para realizar atividades fora de casa, o principal meio de transporte utilizado pela PCD foi o ônibus comum. Poucos citaram o uso de transporte próprio, *van* porta-a porta ou ônibus adaptado. No entanto, quando perguntado se precisa de ajudar para sair de casa, 43,56% das PCD responderam afirmativamente.

Já no quesito que explora as principais dificuldades para sair de casa, destacou-se a má conservação das ruas e passeios e a falta de assento livre no transporte público. Essas e outras questões importantes apontadas revelam a necessidade de mais investimentos que visem melhorar a acessibilidade da PCD na cidade de Uberlândia/MG.

Os resultados registrados na *Subseção 5* permitiram uma análise das condições de ocupação e renda das PCD no mercado de trabalho. Destaca-se que, de um total de 3581 pessoas pesquisadas (PIA), a maioria delas não trabalhava (PNEA, de 2717) e apenas pequena parcela respondeu que trabalhava (PO, 771). Dos que afirmaram não trabalhar na data da pesquisa, a maioria apresentava nenhuma ou baixa escolaridade, sendo que parcela significativa das PCD que não trabalhavam possuía apenas o 1º Grau Incompleto (74,16%).

Quando questionados sobre o que seria necessário para ter acesso ao mercado de trabalho, a maioria dos entrevistados afirmou ser a *capacitação profissional e a escolaridade* os itens prioritários para sua inserção na esfera produtiva, embora parcela significativa tenha declarado ser necessário *melhorar a aceitação das empresas*.

No que tange ao rendimento pessoal observa-se que a maioria dos pesquisados concentrou-se na faixa de rendimentos de até 2 Salários Mínimos. Essa tendência de baixos rendimentos também se configura na renda familiar, pois mais da metade da população pesquisada contava com renda familiar de, no máximo, três Salários Mínimos, realidade esta ratificada quando se analisa a ocupação principal citada pelas PCD. Neste quesito, as ocupações mais frequentes são aquelas com menor exigência como *Serviços Domésticos, Diaristas e Serviços Relacionados* e, portanto, com menor remuneração.

Por meio desse quadro, registra-se que significativa parcela dessas pessoas, além de enfrentar extrema dificuldade de inserção no mercado de trabalho, também conta com rendimentos muito baixos.

Por fim, a *Subseção 6* revela que as instituições pesquisadas (19) que prestam apoio às PCD têm se empenhado em atender e oferecer diversos serviços a essa população, inclusive cursos que visam à capacitação e inserção da PCD na esfera produtiva. Contudo, os dados coletados evidenciaram que essas instituições carecem de recursos para manterem e melhorarem a qualidade dos serviços oferecidos. Por constituírem importante local de apoio e integração das PCD, a manutenção e a ampliação de suas atividades são fundamentais para que permaneçam ativas.

Os resultados analisados sugerem que a PCD, residente em Uberlândia/MG, depende, em elevado grau, de ações públicas que possam garantir escolaridade, qualificação e inclusão no mercado de trabalho formal, em que a renda-salário e os direitos trabalhistas possam permitir melhor qualidade de vida para este grupo populacional e suas famílias.

Sem que o Estado promova essas ações, desde o direcionamento de recursos para escolas adequadas, projetos de qualificação e capacitação, atendimento de saúde para reintegração física e mental das PCD, bem como intensifique movimentos fiscalizatórios junto a empresas públicas e privadas, no atendimento à lei que prevê cotas para estas pessoas, a exclusão das PCD poderá acentuar-se. A iniciativa privada, sejam empresas ou famílias, não garantirá por si só que estas pessoas possam ter alguma chance de realização profissional.

Programas de complementação de renda e outros apoios como os programas já implementados: bolsa-alimentação, escola e transporte devem incluir as PCD. Atendimento especializado em saúde, incluindo programas de reeducação física para que as PCD possam obter melhor desempenho em suas atividades, sejam domésticas ou em ambientes de trabalho, é fundamental. Projetos de capacitação e qualificação, incluindo apoio para complementação escolar daqueles que estão com defasagem nos estudos deve ser meta de todas as esferas de Governo. Linhas especiais para financiamento da casa própria, inclusive com projetos adequados para as PCD podem favorecer as famílias mais pobres. Todas estas ações somente poderão ser implementadas a partir de firme articulação pública, entre todas as esferas de Governo, o que certamente promoverá desenvolvimento econômico com inclusão social.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLUCCI JR., Luiz, FERREIRA, Ester W. & GOMES, Darcilene Cláudio. Migrantes e não migrantes portadores de deficiência: pessoas vulneráveis, que buscam no ambiente urbano uberlandense políticas públicas em saúde, lazer, qualificação, renda e acessibilidade. In: XIII *Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina/MG, agosto de 2008. *Anais...*, Seminário sobre a Economia Mineira.

CAMARGOS BORGES, Marlene M. (Coord.). *Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas Portadoras de Deficiência no Município de Uberlândia/MG*. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2005. 107p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG. *Lei de Cotas: um questionamento da Base de Dados de portadores de necessidades especiais – PNES*. Belo Horizonte: FIEMG, 2008. 65p

FERREIRA, Ester W., CAMARGOS BORGES, Marlene. M. & BERTOLUCCI JÚNIOR, Luiz. Perfil demográfico e do emprego das pessoas portadoras de deficiência: população dependente de políticas públicas na ilha de prosperidade de Uberlândia-MG. In: XV *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu/MG, setembro de 2006. Anais, ABEP.

FERREIRA, Ester W., CAMARGOS BORGES, Marlene. M. & BERTOLUCCI JÚNIOR, Luiz. Pessoas Portadoras de Deficiência e Políticas Públicas: forte dependência para romper o ciclo de exclusão e desemprego. In: IX *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, Recife/PE, novembro de 2005. Anais, ABET.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro:IBGE, 2000.

LEME, Heládio J.C. (org.). *Condições socioeconômicas das famílias de Uberlândia*. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: IE e CEPES/UFU, 2001. 161p.

NERI, Marcelo C. (Org.). *Retratos da deficiência no Brasil*. Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. 250p.

VI - ANEXO
INSTRUMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO



Levantamento de Informações Econômico-Sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia – MG / Fase II

1 - CONTROLE DA PESQUISA

1.1. Nº. do questionário:	<input type="text"/>	1.2. Data da entrevista:	<input type="text"/> / <input type="text"/> /2008
1.3. Nome do entrevistador :	<input type="text"/>	1.4. Nº. do entrevistador:	<input type="text"/>
1.5. Nome do Supervisor :	<input type="text"/>	1.6. Nº. do supervisor:	<input type="text"/>
1.7. Entrevista:	1. <input type="checkbox"/> Realizada totalmente 2. <input type="checkbox"/> Realizada parcialmente		
1.8. Total de questionários no domicílio:	1.8.1 <input type="text"/> Completo	1.8.2 <input type="text"/> Simplificado	

2 - INFORMAÇÕES DO DOMICÍLIO

2.1. Endereço:	<input type="text"/>	2.2. Nº.	<input type="text"/>
2.3. Complemento:	<input type="text"/>	2.4. Bairro:	<input type="text"/>
2.5. CEP:	<input type="text"/>	2.6. Telefone:	<input type="text"/>
2.7. E-mail:	<input type="text"/>		
2.8. Domicílio: Tipo	1. <input type="checkbox"/> Alvenaria 2. <input type="checkbox"/> Outro	2.9. Nº de cômodos:	<input type="text"/>
2.10. A residência é:	1. <input type="checkbox"/> Própria 2. <input type="checkbox"/> Financiada 3. <input type="checkbox"/> Alugada 4. <input type="checkbox"/> Cedida		
2.11. Total de pessoas residentes no domicílio (incluindo crianças):	2.11.1. <input type="text"/> Homens	2.11.2. <input type="text"/> Mulheres	
2.12. Pessoas com deficiência no domicílio (incluindo crianças):	2.12.1. <input type="text"/> Homens	2.12.2. <input type="text"/> Mulheres	2.12.3. <input type="text"/> TOTAL

2.13 RELAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO DOMICÍLIO

N° Quest.	N° Ordem	Nome Completo	Sexo	Idade	Tipo de Deficiência (declarada)

2.14. Este domicílio possui alguma adaptação para o deficiente? 1. Sim 2. Não

2.15. Responsável pelas informações do questionário:

1. A própria pessoa com deficiência
 2. Acompanhante
 3. Parente próximo
 4. Outro

2.16. Principal motivo pelo qual a própria pessoa com deficiência não respondeu o questionário:

1. Não quis responder 2. Tinha dificuldade de se comunicar 3. Outro

2.17. Nome do responsável pelas informações:

3 – IDENTIFICAÇÃO, ORIGEM, ESTADO CIVIL, ETNIA/COR E INSTITUIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.1. N°. do questionário:

3.2. N°. De ordem:

3.3. Nome:

3.4. Data de Nascimento:

3.4.1. Mês:

3.4.2. Ano:

3.5. Qual a sua relação com a pessoa responsável pelo domicílio?

1. Responsável pelo domicílio

5. Neto(a), bisneto(a)

9. Pensionista

2. Cônjuge, companheiro (a)

6. Irmão (ã)

10. Empregado(a) doméstico(a)

3. Filho (a), enteado (a)

7. Outro parente

11. Parente do(a) empregado(a)

4. Pai, mãe, sogro (a)

8. Agregado (a)

12. Individual (Dom. Coletivo)

3.6. Nasceu neste município? 1. Sim (siga para 3.13)

2. Não

3.7. Se não, município de nascimento:

3.8. Estado:

3.9. Ano em que mudou para Uberlândia:

3.10. Município em que morava antes:

3.11. Estado:

3.12. Principal motivo que o levou a mudar-se para Uberlândia:

1. Trabalho

4. Veio acompanhando a família

7. Outra necessidade de saúde

2. Educação

5. Tratamento/ reabilitação da deficiência

8. Outro

3. Moradia

6. Esporte ou Lazer

9. Não sei

3.13. Estado Civil: 1. Solteiro 2. Casado 3. Viúvo 4. Separado 5. Outro

↓

3.14. Número de filhos: → **3.15. Número de filhos com deficiência:**

↓

3.16. Sua etnia ou cor é: 1. Branca 2. Preta/Negra 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena

↓

3.17. Tem cadastro ou frequenta alguma Associação/Instituição de Pessoas com Deficiência? 1. Sim 2. Não (siga para 3.19)

↓

3.18. Se sim, qual?

3.18.1. <input type="checkbox"/> AACD	3.18.8. <input type="checkbox"/> APAE	3.18.15. <input type="checkbox"/> FUNDAÇÃO PRÓ-LUZ
3.18.2. <input type="checkbox"/> ACAPED	3.18.9. <input type="checkbox"/> APARU	3.18.16. <input type="checkbox"/> INSTITUTO INTEGRAR
3.18.3. <input type="checkbox"/> AADL	3.18.10. <input type="checkbox"/> ASSOSTUDI	3.18.17. <input type="checkbox"/> NADH
3.18.4. <input type="checkbox"/> ADEF	3.18.11. <input type="checkbox"/> ASUL	3.18.18. <input type="checkbox"/> NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ
3.18.5. <input type="checkbox"/> ADEVIUD	3.18.12. <input type="checkbox"/> CEEEU	3.18.19. <input type="checkbox"/> SALA BRAILLE INHAZINHA VILELA
3.18.6. <input type="checkbox"/> ADEVITRIM	3.18.13. <input type="checkbox"/> CERTO	3.18.20. <input type="checkbox"/> SAÚDE MENTAL
3.18.7. <input type="checkbox"/> AFADA	3.18.14. <input type="checkbox"/> ESC. ESTADUAL NOVO HORIZONTE	3.18.21. <input type="checkbox"/> VIRTUS
3.18.22. Outra(citar) <input type="text"/>		

↓

3.19. Respondeu à pesquisa realizada em 2004? 1. Sim 2. Não 3. Não sei

4 – ESCOLARIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

4.1. Estuda?

4.1.1. <input type="checkbox"/> Não (siga para 4.6)	4.1.4. <input type="checkbox"/> Sim, faço supletivo
4.1.2. <input type="checkbox"/> Sim, faço curso regular	4.1.5. <input type="checkbox"/> Sim, outro <input type="text"/>
4.1.3. <input type="checkbox"/> Sim, faço curso técnico/profissionalizante	

↓

4.2. Se sim, município onde estuda: 1. Uberlândia (siga para 4.3) 2. Outro(siga para 4.4)

↓

4.3. Bairro:

↓

4.4. Município: **4.5. Estado:**

↓

4.6. Qual a escolaridade?

1. <input type="checkbox"/> Não lê e não escreve	5. <input type="checkbox"/> 2º Grau Incompleto/Médio	8. <input type="checkbox"/> Superior Completo
2. <input type="checkbox"/> Lê e escreve (sem escolaridade)	6. <input type="checkbox"/> 2º Grau Completo/Médio	9. <input type="checkbox"/> Pós Graduação
3. <input type="checkbox"/> 1º Grau Incompleto/Fundamental	7. <input type="checkbox"/> Superior Incompleto	10. <input type="checkbox"/> Outro
4. <input type="checkbox"/> 1º Grau Completo/Fundamental		

↓

4.7. Tem computador em casa? 1. Sim 2. Não → **4.8. Faz uso de internet?** 1. Sim 2. Não

4.9. Nos últimos quatro anos (desde 2004) fez algum curso técnico, profissionalizante ou de outra modalidade?

4.9.1. Não (siga para 4.14) 4.9.2. Curso Técnico 4.9.3. Curso Profissionalizante 4.9.4. Outro Curso

4.10. Cursos técnicos:

4.10.1.

4.10.2.

4.11. Cursos profissionalizantes:

4.11.1.

4.11.2.

4.12. Outros Cursos:

4.12.1.

4.12.2.

4.13. Onde fez os cursos?

4.13.1. AACD

4.13.10. ASSOSTUDI

4.13.19. SALA BRAILLE INHAZINHA VILELA

4.13.2. AADL

4.13.11. ASUL

4.13.20. NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ

4.13.3. ACAPED

4.13.12. CEEEU

4.13.21. ESC. ESTADUAL NOVO HORIZONTE

4.13.4. ADEF

4.13.13. CERTO

4.13.22. Empresas privadas

4.13.5. ADEVIUD

4.13.14. FUNDAÇÃO PRÓ-LUZ

4.13.23. Escolas

4.13.6. ADEVITRIM

4.13.15. INSTITUTO INTEGRAR

4.13.24. SESI

4.13.7. AFADA

4.13.16. NADH

4.13.25. SENAC

4.13.8. APAE

4.13.17. SAÚDE MENTAL

4.13.26. SENAI

4.13.9. APARU

4.13.18. VIRTUS

4.13.27. SENAT

4.13.28. Outro

4.14. Atualmente, faz algum curso técnico, profissionalizante ou de outra modalidade?

4.14.1. Não (siga para 4.19) 4.14.2. Curso Técnico 4.14.3. Curso Profissionalizante 4.14.4. Outros Cursos

4.15. Cursos técnicos:

4.15.1.

4.15.2.

4.16. Cursos profissionalizantes:

4.16.1.

4.16.2.

4.17. Outros Cursos:

4.17.1.

4.17.2.

4.18. Onde faz os cursos?

4.18.1. AACD

4.18.10. ASSOSTUDI

4.18.19. SALA BRAILLE INHAZINHA VILELA

4.18.2. AADL

4.18.11. ASUL

4.18.20. NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ

4.18.3. ACAPED

4.18.12. CEEEU

4.18.21. ESC. ESTADUAL NOVO HORIZONTE

4.18.4. ADEF

4.18.13. CERTO

4.18.22. Empresas privadas

4.18.5. ADEVIUD

4.18.14. FUNDAÇÃO PRÓ-LUZ

4.18.23. Escolas

4.18.6. ADEVITRIM

4.18.15. INSTITUTO INTEGRAR

4.18.24. SESI

4.18.7. AFADA

4.18.16. NADH

4.18.25. SENAC

4.18.8. APAE

4.18.17. SAÚDE MENTAL

4.18.26. SENAI

4.18.9. APARU

4.18.18. VIRTUS

4.18.27. SENAT

4.18.28. Outro

4.19. Nos últimos 4 anos você participou de algum curso de capacitação voltado exclusivamente para deficientes?

1. Sim

2. Não (siga para a seção 5)

4.20. Qual o curso?

4.21. Em qual instituição?

5 – INFORMAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA

5.1. Tipo(s) de alteração ou deficiência:

5.1.1. Auditiva (caracterizada pela perda bilateral, parcial ou total da possibilidade de ouvir, de falar ou de ambas)

5.1.2. Física (deficiência que compromete a locomoção ou o desempenho da função física)

5.1.3. Mental

5.1.4. Visual

5.1.5. Outra

5.2. Em caso de deficiência auditiva, domina a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

1. Sim

2. Não

5.3. Em caso de deficiência física, citar o tipo ou a extensão da seqüela:

5.3.1. Amputação (siga para 5.4)

5.3.2. Paralisia total (siga para 5.4)

5.3.3. Paralisia parcial (siga para 5.4)

5.3.4. Deformidade congênita ou adquirida (siga para 5.4)

5.3.5. Nanismo (deficiência acentuada no crescimento)

5.3.6. Ostomia (caracterizada pelo uso permanente de bolsa coletora de fezes e/ou urina)

5.3.7. Paralisia Cerebral

5.3.8. Nenhuma das alternativas

5.4. Em caso de amputação, paralisia total, parcial ou deformidade congênita, citar o segmento do corpo comprometido:

5.4.1. Um membro inferior

5.4.2. Dois membros inferiores

5.4.3. Um membro superior

5.4.4. Dois membros superiores

5.4.5. Um membro superior e um inferior

5.4.6. Um membro superior e dois inferiores

5.4.7. Dois membros superiores e dois inferiores

5.4.8. Paralisia permanente de um dos lados do corpo

5.4.9. Mão, pé ou dedo polegar

5.4.10. Nenhuma das alternativas

5.5. Quando adquiriu a deficiência?

1. Antes do nascimento (siga para 5.8)

2. No nascimento (siga para 5.8)

3. Após o nascimento

5.6. Em que idade?

5.6.1. dias (antes de 1 mês de idade)

5.6.2. meses (antes de 1 ano de idade)

5.6.3. ano(s) (em anos completos)

5.7. Principal causa da Deficiência:

1. Doença

5. Queda

9. Ingestão de substância tóxica

2. Acidente de Trabalho

6. Queimadura

10. Má alimentação

3. Acidente de Trânsito

7. Ingestão de alimento contaminado

11. Violência

4. Afogamento

8. Ingestão de medicamento

12. Outra

5.8. Sua deficiência requer algum aparelho de reabilitação?

1. Sim

2. Não (siga para 5.13)

3. Não sabe (siga para 5.13)

5.9. Se sim, assinale o aparelho que considera mais importante:

1. Aparelho Auditivo

5. Bolsa coletora de fezes e/ou urina

9. Prótese

2. Aparelho Ortopédico

6. Lente Especial

10. Outro

3. Cadeira de Rodas

7. Muleta

4. Bengala

8. Órtese

5.10. Já possui o aparelho? 1. Sim 2. Não (siga para 5.12)

5.11. Se possui o aparelho, como o adquiriu?

1. A família comprou 4. Comprou 7. SUS
 2. Doação de instituição 5. Empréstimo 8. Você mesmo fez
 3. Doação de pessoa física 6. INSS 9. Não Sabe

5.12. Se não possui o aparelho, qual o motivo?

1. Não utiliza 4. Não está disponível em Uberlândia
 2. Não sabe onde adquirir 5. Não foi desenvolvido ainda
 3. Dificuldade financeira 6. Outro _____

5.13. Que tipo de transporte utiliza para ir ao trabalho?

5.13.1. Ônibus adaptado 5.13.5. Moto Táxi 5.13.9. Triciclo Motorizado
 5.13.2. Van particular 5.13.6. Táxi 5.13.10. Não se aplica
 5.13.3. Veículo próprio 5.13.7. Ônibus comum 5.13.11. Não utiliza
 5.13.4. Veículo particular cedido 5.13.8. Van do sistema adaptado (porta a porta)
 5.13.12. Outro _____

5.14. Que tipo de transporte utiliza para tratamento da deficiência?

5.14.1. Ônibus adaptado 5.14.5. Moto Táxi 5.14.9. Triciclo Motorizado
 5.14.2. Van particular 5.14.6. Táxi 5.14.10. Não se aplica
 5.14.3. Veículo próprio 5.14.7. Ônibus comum 5.14.11. Não utiliza
 5.14.4. Veículo particular cedido 5.14.8. Van do sistema adaptado (porta a porta)
 5.14.12. Outro _____

5.15. Que tipo de transporte utiliza para outro tratamento de saúde?

5.15.1. Ônibus adaptado 5.15.5. Moto Táxi 5.15.9. Triciclo Motorizado
 5.15.2. Van particular 5.15.6. Táxi 5.15.10. Não se aplica
 5.15.3. Veículo próprio 5.15.7. Ônibus comum 5.15.11. Não utiliza
 5.15.4. Veículo particular cedido 5.15.8. Van do sistema adaptado (porta a porta)
 5.15.12. Outro _____

5.16. Que tipo de transporte utiliza para estudo/educação?

5.16.1. Ônibus adaptado 5.16.5. Moto Táxi 5.16.9. Triciclo Motorizado
 5.16.2. Van particular 5.16.6. Táxi 5.16.10. Não se aplica
 5.16.3. Veículo próprio 5.16.7. Ônibus comum 5.16.11. Não utiliza
 5.16.4. Veículo particular cedido 5.16.8. Van do sistema adaptado (porta a porta)
 5.16.12. Outro _____

5.17. Que tipo de transporte utiliza para esporte/lazer?

5.17.1. Ônibus adaptado 5.17.5. Moto Táxi 5.17.9. Triciclo Motorizado
 5.17.2. Van particular 5.17.6. Táxi 5.17.10. Não se aplica
 5.17.3. Veículo próprio 5.17.7. Ônibus comum 5.17.11. Não utiliza
 5.17.4. Veículo particular cedido 5.17.8. Van do sistema adaptado (porta a porta)
 5.17.12. Outro _____

5.18. Você tem cartão do passe livre da SETTRAN? 1. Sim 2. Não

5.19. Precisa de ajuda para sair de casa?

- 5.19.1. Não
 5.19.2. Sim, do parente que mora no domicílio
 5.19.3. Sim, de pessoa contratada
 5.19.4. Sim, do parente que mora em outro local
 5.19.5. Sim, do vizinho
 5.19.6. Sim, de alguém que passa na rua
 5.19.7. Outro

5.20. Quais as suas principais atividades de lazer fora de casa?

- 5.20.1. Cinema
 5.20.2. Clube
 5.20.3. Parque
 5.20.4. Participa de encontros na Associação
 5.20.5. Outro
 5.20.6. Nenhuma atividade

5.21. Para você, quais as principais dificuldades de acesso na cidade? (marque até 3)

- 5.21.1. Nenhuma dificuldade
 5.21.2. Falta de transporte adaptado
 5.21.3. Falta de rampas nos prédios
 5.21.4. Falta de rampas nas esquinas
 5.21.5. Falta de corrimão nas escadas
 5.21.6. Má conservação de passeios e ruas
 5.21.7. Falta de elevadores nos ônibus
 5.21.8. Falta de elevadores nos prédios
 5.21.9. Falta de banheiros adaptados
 5.21.10. Falta de assento livre no transporte público
 5.21.11. Dificuldade de comunicação
 5.21.12. Falta de sinal sonoro
 5.21.13. Falta de sinal visual
 5.21.14. Poluição sonora
 5.21.15. Outro

5.22. Qual(is) melhoria(s) foi/foram realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, nos últimos 4 anos?

- 5.22.1. Nenhuma melhoria
 5.22.2. Adaptação do transporte coletivo (veículos com elevadores)
 5.22.3. Construção do corredor estrutural da Av. João Naves de Ávila
 5.22.4. Implantação de rampas de acesso nas calçadas
 5.22.5. Melhoria dos acessos ao comércio
 5.22.6. Reformulação e melhoria do sistema de transporte porta - a - porta
 5.22.7. Recadastramento realizado pela SETTRAN para concessão de gratuidade no transporte coletivo
 5.22.8. Outro (citar)

6 – SITUAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1. Recebe algum benefício como :

- 6.1.1. Aposentadoria comum (por idade, tempo de serviço)
 6.1.2. Aposentadoria por invalidez
 6.1.3. Auxílio-Doença
 6.1.4. BPC (Benefício de Prestação Continuada)
 6.1.5. Pensão
 6.1.6. Seguro-Desemprego.
 6.1.7. Programa Bolsa Família
 6.1.8. Programas complementares: Programa Brasil alfabetizado, ProJovem, Projeto do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) e Programa Nacional da Agricultura (PRONAF B)
 6.1.9. Nenhum (não recebe benefício)
 6.1.10. Outro

6.2. Trabalhou nos dias 18 a 22 de agosto de 2008? 1. Sim (siga para 6.6) 2. Não

6.3. Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, tinha algum trabalho remunerado do qual estava afastado(a) temporariamente por motivo de férias, licença, falta ao trabalho, doença, más condições de tempo ou por outra razão?
1. Sim (siga para 6.6) 2. Não

6.4. Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à sua própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio?
1. Sim (siga para 6.6) 2. Não

6.5. Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas na construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção destinadas ao seu próprio uso ou das pessoas moradoras no domicílio?
1. Sim (siga para 6.6) 2. Não (siga para 6.7)

6.6. Qual era a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 18 a 22 de agosto de 2008?

6.7. Teve algum trabalho no período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008?
1. Sim (siga para 6.8) 2. Não (siga para 6.9)

6.8. Se sim, qual a atividade principal que exercia? (no período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008)

1. <input type="checkbox"/> Agricultura e Pecuária	12. <input type="checkbox"/> Transporte e armazenagem
2. <input type="checkbox"/> Pesca, Silvicultura e Exploração Vegetal	13. <input type="checkbox"/> Comunicações, telemarketing e serviços de <i>call center</i>
3. <input type="checkbox"/> Indústrias Extrativas	14. <input type="checkbox"/> Intermediação financeira, bancos, seguros e serviços relacionados
4. <input type="checkbox"/> Indústrias têxtil, do vestuário e serviços relacionados	15. <input type="checkbox"/> Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços relacionados
5. <input type="checkbox"/> Indústria de madeira e mobiliado	16. <input type="checkbox"/> Administração pública
6. <input type="checkbox"/> Construção civil	17. <input type="checkbox"/> Administração privada, secretarias e auxiliares de escritório
7. <input type="checkbox"/> Outras Indústrias de Transformação	18. <input type="checkbox"/> Educação
8. <input type="checkbox"/> Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	19. <input type="checkbox"/> Saúde e serviços sociais
9. <input type="checkbox"/> Comércio Varejista	20. <input type="checkbox"/> Serviços domésticos, diaristas e serviços relacionados
10. <input type="checkbox"/> Comércio Atacadista	21. <input type="checkbox"/> Não Respondeu
11. <input type="checkbox"/> Alojamento e alimentação	22. <input type="checkbox"/> Outra <input type="text"/>

6.9. Atualmente você está trabalhando? 1. Sim 2. Não (siga para 6.18)

6.10. Se sim, qual a atividade principal que exerce? (no período atual)

1. <input type="checkbox"/> Agricultura e Pecuária	12. <input type="checkbox"/> Transporte e armazenagem
2. <input type="checkbox"/> Pesca, Silvicultura e Exploração Vegetal	13. <input type="checkbox"/> Comunicações, telemarketing e serviços de <i>call center</i>
3. <input type="checkbox"/> Indústrias Extrativas	14. <input type="checkbox"/> Intermediação financeira, bancos, seguros e serviços relacionados
4. <input type="checkbox"/> Indústrias têxtil, do vestuário e serviços relacionados	15. <input type="checkbox"/> Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços relacionados
5. <input type="checkbox"/> Indústria de madeira e mobiliado	16. <input type="checkbox"/> Administração pública
6. <input type="checkbox"/> Construção civil	17. <input type="checkbox"/> Administração privada, secretarias e auxiliares de escritório
7. <input type="checkbox"/> Outras Indústrias de Transformação	18. <input type="checkbox"/> Educação
8. <input type="checkbox"/> Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	19. <input type="checkbox"/> Saúde e serviços sociais
9. <input type="checkbox"/> Comércio Varejista	20. <input type="checkbox"/> Serviços domésticos, diaristas e serviços relacionados
10. <input type="checkbox"/> Comércio Atacadista	21. <input type="checkbox"/> Não Respondeu
11. <input type="checkbox"/> Alojamento e alimentação	22. <input type="checkbox"/> Outra <input type="text"/>

6.11. Em relação ao seu trabalho, você é:

1. <input type="checkbox"/> Empregado permanente com carteira	6. <input type="checkbox"/> Funcionário público(Federal, Estadual ou Municipal)
2. <input type="checkbox"/> Empregado permanente sem carteira	7. <input type="checkbox"/> Cooperado (membro de cooperativa)
3. <input type="checkbox"/> Empregado temporário com contrato	8. <input type="checkbox"/> Empregador
4. <input type="checkbox"/> Empregado temporário sem contrato	9. <input type="checkbox"/> Trabalhador na produção para consumo próprio
5. <input type="checkbox"/> Conta própria(ambulante, autônomo, eventual)	10. <input type="checkbox"/> Outro trabalhador não remunerado.
	11. <input type="checkbox"/> Outro (especifique) _____

6.12. Município onde trabalha: 1. Uberlândia (siga para 6.13) 2. Outro (siga para 6.14)

6.13. Bairro: _____

6.14. Município: _____ **6.15. Estado:** _____

6.16. Quantas horas trabalha por semana? _____ Horas Semanais

6.17. Quantas horas trabalha por dia? _____ Horas diárias (siga para 6.20)

6.18. Há quanto tempo não trabalha?

1. <input type="checkbox"/> Nunca trabalhou	4. <input type="checkbox"/> Mais de 1 a 2 anos	6. <input type="checkbox"/> Mais de 3 a 4 anos
2. <input type="checkbox"/> Há menos de 6 meses.	5. <input type="checkbox"/> Mais de 2 a 3 anos	7. <input type="checkbox"/> Há 4 anos ou mais.
3. <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano		

6.19. Qual o motivo de não estar trabalhando atualmente?

6.19.1. <input type="checkbox"/> A deficiência o impede (Siga para 6.22)	6.19.5. <input type="checkbox"/> Quer trabalhar, procurou emprego, mas não encontrou
6.19.2. <input type="checkbox"/> Não quer trabalhar	6.19.6. <input type="checkbox"/> Quer trabalhar, mas a família não permite
6.19.3. <input type="checkbox"/> Não quer perder o benefício	6.19.7. <input type="checkbox"/> Quer trabalhar, mas não procurou trabalho
6.19.4. <input type="checkbox"/> Encontrou trabalho, mas não foi aceito	6.19.8. Outro (citar) _____

6.20. Procurou trabalho nos últimos 30 dias? 1. Sim 2. Não (Siga para 6.22)

6.21. Qual foi a última providência que tomou para conseguir trabalho?

6.21.1. <input type="checkbox"/> Consultou empregadores	6.21.4. <input type="checkbox"/> Consultou agência ou sindicato	6.21.7. <input type="checkbox"/> Tomou medida para iniciar negócio
6.21.2. <input type="checkbox"/> Fez Concursos	6.21.5. <input type="checkbox"/> Colocou ou respondeu anúncio	6.21.8. <input type="checkbox"/> Entregou currículo
6.21.3. <input type="checkbox"/> Inscreveu-se em concurso	6.21.6. <input type="checkbox"/> Consultou parente ou amigo	6.21.9. <input type="checkbox"/> Nenhuma providência
6.21.10. Outro _____		

6.22. Em sua opinião, o que seria necessário para você ter acesso ao mercado de trabalho?

6.22.1. <input type="checkbox"/> Melhorar a aceitação das empresas	6.22.4. <input type="checkbox"/> Melhorar minha auto-estima
6.22.2. <input type="checkbox"/> Melhorar as condições de transporte na cidade	6.22.5. <input type="checkbox"/> Necessidade de aparelho específico (cadeira de rodas especial, prótese, etc)
6.22.3. <input type="checkbox"/> Melhorar meu nível de escolaridade	6.22.6. <input type="checkbox"/> Melhorar minha capacitação (fazer cursos, treinamentos, etc.)
6.22.7. Outro _____	

6.23. Você conhece a lei de quotas para pessoas com deficiência (Lei nº 7.853/1989)? 1. Sim 2. Não

6.24. A lei de quotas estabelece que a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher parte dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência. Você sabe que em Uberlândia existem estas vagas?

1. Sim 2. Não

Os quesitos de 6.25 a 6.27 devem ser respondidos somente se o entrevistado adquiriu a deficiência após o nascimento.

6.25. Trabalhou antes de adquirir a deficiência? 1. Sim 2. Não (siga para 6.28)

6.26. Horas trabalhadas por semana antes da deficiência: Horas semanais

6.27. Qual a sua atividade principal antes da deficiência?

- | | |
|--|--|
| 1. <input type="checkbox"/> Agricultura e Pecuária | 12. <input type="checkbox"/> Transporte e armazenagem |
| 2. <input type="checkbox"/> Pesca, Silvicultura e Exploração Vegetal | 13. <input type="checkbox"/> Comunicações, telemarketing e serviços de <i>call center</i> |
| 3. <input type="checkbox"/> Indústrias Extrativas | 14. <input type="checkbox"/> Intermediação financeira, banco, seguro e serviço relacionado |
| 4. <input type="checkbox"/> Indústrias têxtil, do vestuário e serviços relacionados | 15. <input type="checkbox"/> Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços relacionados |
| 5. <input type="checkbox"/> Indústria de madeira e mobiliado | 16. <input type="checkbox"/> Administração pública |
| 6. <input type="checkbox"/> Construção civil | 17. <input type="checkbox"/> Administração privada, secretaria e auxiliar de escritório |
| 7. <input type="checkbox"/> Outras Indústrias de Transformação | 18. <input type="checkbox"/> Educação |
| 8. <input type="checkbox"/> Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos | 19. <input type="checkbox"/> Saúde e serviços sociais |
| 9. <input type="checkbox"/> Comércio Varejista | 20. <input type="checkbox"/> Serviços domésticos, diaristas e serviços relacionados |
| 10. <input type="checkbox"/> Comércio Atacadista | 21. <input type="checkbox"/> Não Respondeu |
| 11. <input type="checkbox"/> Alojamento e alimentação | 22. <input type="checkbox"/> Outra <input type="text"/> |

6.28. Qual foi seu rendimento no mês de Julho de 2008? R\$

6.29. Qual a renda total da família no mês de Julho de 2008 (incluindo o seu rendimento)?

6.29.1. R\$ 6.29.2. Não sabe 6.29.3. Não quis responder

6.30. Conhece alguma pessoa com deficiência que mora próximo à sua residência?

1. Sim (anote no campo de observações o nome e o endereço da pessoa com deficiência conhecido) 2. Não

OBSERVAÇÕES

Entrevistador: _____

Supervisor: _____

Digitador: _____

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG - FASE II

MANUAL DO ENTREVISTADOR¹

1) APRESENTAÇÃO

A pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia – MG / Fase II” (LIESPDeficiência FASE II) **visa atualizar a base de informações sobre a população com deficiência em Uberlândia – MG**, iniciada em 2004, quando se realizou a FASE I. A partir das informações atualizadas, **pretende-se obter uma base de dados que permita identificar a população em idade ativa (PIA) com deficiência; qualificar o perfil socioeconômico da população com deficiência (escolaridade / qualificação, renda, emprego, etc.), suas necessidades de qualificação e capacitação; identificar os entraves para sua absorção no mercado de trabalho formal, bem como atualizar o levantamento de instituições e projetos que atualmente estão prestando apoio, orientação ou qualquer outra forma de atendimento e promoção social à pessoa com deficiência.**

Com a publicação do Decreto Federal 5296, em dezembro de 2004, houve mudança na definição do que vem a ser pessoa com deficiência, excluindo alguns critérios estabelecidos no Decreto 3298/99 e acrescentando novas categorias, a exemplo do nanismo e ostomizados, fazendo com que o banco de dados, gerado na FASE I, passasse a apresentar desconformidades para o cumprimento da Lei 8213/91, intitulada Lei de Quotas, que impõe às empresas, com mais de 100 funcionários, a reserva de um percentual do seu quadro de funcionários a ser preenchido por pessoas com deficiência ou reabilitadas pelo INSS. O não cumprimento dessa lei tem sido justificado pelo fato de não se ter informações cadastrais sobre essa população disponíveis ou com potencial para ocupar tais vagas.

A construção da base de informações cadastrais, nesta Fase II, acontecerá a partir de pesquisa domiciliar, com visitas às residências das pessoas com deficiência, e também por meio de visitas às instituições e escolas que prestam apoio a essa população.

Na pesquisa domiciliar, será entrevistada a pessoa com deficiência, preenchendo-se o questionário com quesitos demográficos e socioeconômicos. Para a localização dessa população, em seu próprio domicílio, será utilizado o Cadastro da Secretaria de Trânsito e Transporte da Prefeitura Municipal de Uberlândia, a Base de dados da LIESPPDeficiência/2004, a Pesquisa de Condições de Vida/2001, e possíveis informações fornecidas pelas instituições e pessoas que indiquem a existência de pessoas com deficiência num domicílio qualquer.

Em todos os domicílios visitados, será preenchido o Questionário, que pode ser Completo (para pessoas com deficiência que têm idade entre 13 e 64 anos) ou Simplificado (para pessoas com deficiência que têm idade inferior a 13 anos e superior a 64 anos). **A ênfase será em informações curriculares do entrevistado, visando identificar pessoas com potencial de inserção imediata nas vagas disponíveis no mercado de trabalho e, também, identificar outras pessoas com deficiência que necessitem de formação básica, qualificação e capacitação profissional para futura inserção neste mercado.**

Na pesquisa junto às instituições, a identificação da população com deficiência será feita a partir de informações fornecidas pelo COMPOD/Uberlândia. Com base nas informações sobre todas as pessoas com deficiência, coletadas nas instituições especializadas, essas pessoas poderão ser entrevistadas na própria instituição ou em seu domicílio.

¹ Este Manual é uma adaptação do Manual utilizado na Pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia/MG - Fase I” realizada em 2004, manuais do IBGE para o Censo Agropecuário de 2007 e da PNAD de 2006.

Nesse sentido, a relevância da pesquisa se apresenta pela importância dos dados coletados, que possibilitarão a elaboração de políticas públicas que visem à melhoria das condições de acessibilidade e empregabilidade da pessoa com deficiência no município de Uberlândia.

A pesquisa LIESP Deficiência FASE II, realizada pelo CEPES/IEUFU, entre os meses de maio e dezembro de 2008, é constituída por três fases distintas:

Fase I – Em que serão definidos os critérios gerais, o plano amostral, o questionário, os instrumentos adicionais de coleta. Nesta fase, será realizada o teste do Questionário e dos instrumentos de coleta, que serão reelaborados para serem aplicados na pesquisa de campo.

Fase II – Em que será realizada a pesquisa de campo, checagem das informações coletadas, tabulação e a consolidação da base de dados;

Fase III – Em que serão elaborados os relatórios parcial e final para posterior divulgação.

A equipe de trabalho que realizará a pesquisa é composta por três grupos: **Supervisores, Estagiários Internos e Pesquisadores de Campo.**

2) A ENTREVISTA

O entrevistador deve-se apresentar ao entrevistado munido do crachá, do documento pessoal e da carta de apresentação que o identificará e deve tratá-lo com formalidade e respeito, visando, principalmente, a conquista de uma relação de confiança. Essa atitude é imprescindível para que o informante se disponha a fornecer as informações. **O entrevistado deve ficar convencido da importância de sua participação e estar ciente de que essas informações são absolutamente confidenciais. Somente os técnicos que trabalham nos levantamentos estatísticos terão acesso aos dados dos questionários.**

O entrevistador deve primar pela apresentação pessoal, trajando-se com roupas convenientes, considerando os aspectos de higiene e limpeza, evitando-se o uso de chinelos, bermudas, camisetas cavadas, blusas curtas, entre outras roupas ou objetos que possam ser tidos à conta de desleixo ou desrespeito, dificultando a realização da entrevista.

O entrevistador não deve, em hipótese alguma, discutir com o informante, nem fazer qualquer sugestão ou comentário que possa induzir as respostas. Deve direcionar o assunto da entrevista apenas à coleta de dados, evitando assuntos alheios ao levantamento.

É fundamental que o pesquisador tenha sensibilidade para encaminhar com êxito a entrevista, bem como para resolver eventuais dificuldades e desconfiças que possam ocorrer.

IMPORTANTE:

Tenha sempre este Manual à mão, pois ele será sua fonte de consulta permanentemente. Portanto, observe alguns cuidados:

- Guarde-o e zele pela sua integridade;
- Leia atentamente cada seção, sublinhando pontos que considera importantes, fazendo anotações pertinentes ou mesmo acrescentando outros exemplos aos já existentes;
- Discuta com seus colegas dúvidas e situações especiais com as quais se defrontou. Não conseguindo esclarecê-las, procure seu Supervisor.

ATENÇÃO!

Na hora da entrevista, você deverá ter consigo:

- 1) Exemplos do questionário;
- 2) Prancheta, lápis e borracha;
- 3) Carta de apresentação da pesquisa;
- 4) Crachá e documento pessoal.

PARA GARANTIR A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES, VOCÊ DEVE:

- a) **Seguir rigorosamente todas as instruções constantes do Manual do Pesquisador** para o preenchimento dos Instrumentos de Coleta;
- b) **Entrevistar preferencialmente a pessoa com deficiência** ou, no caso de dificuldade de comunicação com o mesmo, outras pessoas que possam fornecer com clareza todas as informações necessárias ao preenchimento do questionário;
- c) Quando não encontrar a pessoa com deficiência você deverá, inicialmente, procurar informações com vizinhos sobre os horários preferenciais da pessoa a ser entrevistada e logo em seguida **agendar um retorno com data e horário, colocando uma notificação na caixa de correio ou em outro local visível;**
- d) **Ler, integral e pausadamente, todas as perguntas,** respeitando a ordem em que aparecem no questionário. Caso o entrevistado tenha dificuldade, ajude-o a compreender a pergunta, **sem induzi-lo às respostas;**
- e) Quando a pergunta contiver alternativas para a resposta, realizar uma **leitura pausada de cada alternativa,** dando tempo ao entrevistado de compreender e responder de acordo com a situação;
- f) **Fazer todas as perguntas,** conforme as diretrizes do Manual do Pesquisador, **registrar todas as respostas;** e
- g) Verificar, ao final da entrevista, **se o questionário está totalmente preenchido.**

ATENÇÃO!

Não formule as perguntas usando sua própria linguagem ou empregando suas próprias palavras. Elas podem ser interpretadas de modo diferente daquelas que estão expressas no questionário.

Ainda que você, Pesquisador, suponha conhecer as respostas de algumas perguntas, **não responda pelo entrevistado!** É fundamental que o entrevistado se posicione em todas as perguntas do questionário. Omitir a formulação de qualquer pergunta ou responder pelo entrevistado repercute na qualidade do levantamento.

Ao encerrar a entrevista, você deve:

- a) **Verificar** se o questionário está totalmente preenchido; e
- b) **Agradecer** a colaboração dos entrevistados.

3) INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O correto preenchimento do questionário, **com informações que expressem a realidade** de cada pessoa com deficiência, é a chave do sucesso do levantamento, e depende, fundamentalmente, do **empenho de cada Pesquisador na sua tarefa**, o que compreende um conjunto de ações:

- Participar ativamente do treinamento;
- Estudar com calma e profundidade o Manual do Pesquisador e o Questionário;
- Seguir rigorosamente as orientações dadas; e
- Registrar, com todo cuidado e atenção as informações obtidas do entrevistado e observadas ao longo da entrevista.

Os registros dos dados serão feitos nos seguintes instrumentos:

- ✓ Questionário;
- ✓ Controle diário de coleta do entrevistador;
- ✓ Agenda para retorno de entrevistas.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS

O **questionário** será apurado através de digitação manual. Para que esse processo funcione adequadamente, é indispensável que você observe algumas orientações:

- Antes de sair para o trabalho em campo, verifique se existe, entre os seus instrumentos, algum que esteja com problema de impressão, separando-o para mostrá-lo ao Supervisor;
- Manuseie os Questionários com cuidado;
- Não dobre, não amasse, não molhe e não destaque as folhas dos Questionários;
- Para preencher o questionário, utilizar apenas lápis preto, nunca caneta ou lápis de outra cor;
- Escreva com traço firme, de forma que as letras e os números fiquem legíveis, para evitar erros de digitação;
- Ao corrigir informações erradas no Questionário apague firme, sem deixar marcas que possam confundir a leitura, nem farelos de borracha sobre o papel. Em seguida sobre a superfície limpa registre a informação correta;
- Não risque o erro ou emende palavras, pois isto confunde o reconhecimento dos registros. Qualquer traço indevidamente registrado no Questionário poderá comprometer a leitura do campo.

ATENÇÃO!

Caso ocorra algum fato que possa ter influenciado a resposta do declarante, registre o mesmo no **campo Observações** ao final do questionário.

COMO PREENCHER O QUESTIONÁRIO

Para que você possa garantir a qualidade das informações coletadas é fundamental buscar uma parceria com o entrevistado, seguindo rigorosamente as orientações deste Manual e valorizando cada pergunta constante do Questionário.

Valorizar cada pergunta depende da compreensão que você tem da importância de cada questão. Você não pode esquecer que cada pergunta é o resultado do trabalho de diversas equipes de especialistas e pesquisadores e que seguem um **encadeamento lógico que não deve ser alterado**. Isso significa que:

- por trás de cada pergunta está a **busca de respostas** que possam orientar setores públicos e privados na **tomada de decisões**; e
- você, Pesquisador, é portanto, o **porta-voz** desses especialistas quando **lê com ênfase** cada pergunta desse questionário.

PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário é constituído de seis partes: 1) Controle da Pesquisa, 2) Informações do Domicílio, 3) Identificação, Origem, Estado Civil, Sexo, Etnia/cor e Instituição da Pessoa com Deficiência, 4) Escolaridade da Pessoa com Deficiência, 5) Informações sobre a Deficiência, 6) Situação de Trabalho das Pessoas com Deficiência.

1) CONTROLE DA PESQUISA

1.1) Número do questionário: Este campo deve ser numerado previamente.

1.2) Data da entrevista: Deve ser preenchido pelo entrevistador na ocasião da realização do questionário.

1.3) Nome do entrevistador: Cada entrevistador deve escrever o seu nome completo, de forma legível.

1.4 a 1.6) Campos que deverão ser preenchidos previamente.

1.7) Entrevista: Somente será realizada se a pessoa com deficiência estiver presente.

Após o contato com alguma pessoa do domicílio (a pessoa com deficiência ou alguém que possa responder por ela caso ela necessite de ajuda), o entrevistador deverá assinalar o item **1**, se a coleta de informações sobre a pessoa com deficiência foi totalmente realizada. Caso haja dificuldade para preenchimento do questionário, sendo que o entrevistado respondeu apenas alguns quesitos perguntados, o entrevistador deve assinalar o item **2**, dado que a entrevista foi realizada apenas parcialmente.

1.8) Total de questionários no domicílio: Marcar o número de questionários completos e simplificados realizados no domicílio.

1.8.1) Entenda-se por **questionário completo**: todas as páginas preenchidas que contemplem as pessoas com idade entre 13 a 64 anos.

1.8.2) Por **questionário simplificado**: questionário não preenchido completamente porque uma ou mais seções não se aplica no caso do entrevistado. Isso ocorrerá quando o entrevistado tiver menos que treze anos ou mais que 64 anos, pois não apresentam idade economicamente ativa.

2) INFORMAÇÕES DO DOMICÍLIO

2.1 a 2.5) Endereço (completo): Preencher com o nome do logradouro por extenso (seja rua, avenida, praça, travessa, etc), o número, o complemento, o bairro e o CEP. Mesmo que o entrevistador já tenha, de antemão, o endereço do entrevistado, deve-se confirmar todos os dados para atualizar o endereço do mesmo.

2.6) Telefone: da pessoa com deficiência ou do entrevistado. Este dado é muito importante para o trabalho de checagem das informações caso seja detectado erro ou não preenchimento de algum quesito.

2.7) E-mail: Anotar o endereço eletrônico da pessoa com deficiência ou do entrevistado.

2.8) Domicílio: Marcar o tipo do domicílio conforme material de construção do mesmo – se alvenaria (construção de tijolo, cimento, reboco, etc.) ainda que não esteja acabado, ou Outro (construção de madeira, palha ou outro material).

2.9) Número de cômodos: Preencher com o número de cômodos que a residência possui (incluindo banheiro). Não contar área externa (exemplo: garagem ou varanda).

2.10) A residência é: Marcar uma das alternativas: se Própria, Financiada, Alugada ou Cedida (emprestada).

2.11) Total de pessoas residentes no domicílio (incluindo crianças): Preencher com o número total de pessoas residentes no domicílio separando-as por sexo (incluindo as crianças).

2.12) Pessoas com deficiência no domicílio (incluindo crianças): Preencher com o número total de pessoas com deficiência residentes no domicílio separando-as por sexo (incluindo as crianças).

2.13) Relação de pessoas com deficiência no domicílio: Preencher com o número do questionário, o número de ordem, o nome completo, o sexo F (feminino) ou M (masculino), a idade e o tipo de deficiência declarada. O N° de ordem é o número que identificará a pessoa com deficiência entrevistada no domicílio.

Ex.: Se houver, no domicílio, mais de uma pessoa com deficiência, o número de ordem do primeiro entrevistado é 001; o número de ordem do segundo entrevistado é 002, etc.

OBSERVAÇÃO: Não abreviar o primeiro e último nome, nem nome composto das pessoas com deficiência no domicílio.

2.14) Este domicílio possui alguma adaptação para o deficiente? Marcar SIM ou NÃO referente à existência de qualquer modificação na casa do tipo: banheiro adaptado, rampas, corrimão, etc.

2.15) Responsável pelas informações do questionário: Marcar de acordo com as alternativas: “a própria pessoa com deficiência”; “acompanhante” (pessoa contratada para atender o deficiente); “parente próximo” (cônjuge, pai, mãe, irmão (ã), avô ou avó, tio (a)) e “Outro”. No caso de ter sido a própria pessoa com deficiência siga para a sessão 3, somente se a pessoa com deficiência tiver idade maior que 13 anos e menor que 64 anos.

2.16) Motivo pelo qual a própria pessoa com deficiência não respondeu o questionário: Marcar uma das alternativas, conforme foi declarado pelo entrevistado ou foi percebido pelo entrevistador: “não quis responder”; “tinha dificuldades de se comunicar” e “outro”.

2.17) Nome do responsável pelas informações: Preencher com o nome completo do entrevistado.

3) IDENTIFICAÇÃO, ORIGEM, ESTADO CIVIL, ETNIA/COR E INSTITUIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.1) N° do questionário: Repetir o número do questionário colocado na primeira página (item 1.3). Se houver, no domicílio, mais de uma pessoa com deficiência, com idades compreendidas entre 13 a 64 anos, será preenchido um questionário para cada uma delas, devendo-se sempre repetir o número do primeiro questionário preenchido para aquele domicílio.

3.2) Nº de ordem: Preencher com o número que identifica cada pessoa com deficiência entrevistada no domicílio, já referenciado no quadro do item 2.13.

3.3) Nome: Colocar o nome completo da pessoa com deficiência (**Não abreviar nome composto, nem último nome**).

3.4) Data de nascimento (utilizar apenas números): Item 3.4.1 – Mês (especificar o mês com dois dígitos). Item 3.4.2 – Ano (especificar o ano com quatro dígitos). **Ex.: Mês: 06; Ano: 1970.**

3.5) Qual a sua relação (pessoa com deficiência) com o responsável pelo domicílio ? Marcar uma das alternativas conforme definições abaixo:

RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO → pessoa (homem ou mulher) que assim seja considerada pelos demais moradores. Esta alternativa será marcada quando a própria pessoa com deficiência se declarar ou for declarada como o responsável pelo domicílio.

CÔNJUGE, COMPANHEIRO (A) → pessoa (homem ou mulher) que vive conjugalmente com a pessoa responsável pelo domicílio, existindo ou não vínculo matrimonial.

FILHO (A), ENTEADO (A) → considerar também filhos adotivos ou de criação ou filho somente do cônjuge.

PAI, MÃE, SOGRO (A) → considerar também padrasto ou madrasta.

NETO (A), BISNETO (A)

IRMÃO (Ã) → considerar os que não têm laços consanguíneos (adotivos ou de criação).

OUTRO PARENTE → avô (ó), bisavô (ó), genro ou nora, cunhado (a), tio (a), inclusive só do cônjuge.

AGREGADO (A) → é a pessoa que, sem ser parente, pensionista ou parente do empregado doméstico, não paga hospedagem nem contribui para as despesas de alimentação e moradia do domicílio.

PENSIONISTA → é a pessoa que, sem ser parente, paga hospedagem ou contribui para as despesas de alimentação e moradia do domicílio.

EMPREGADO (A) DOMÉSTICO (A) → pessoa que presta serviços domésticos no domicílio (se residente no domicílio).

PARENTE DO (A) EMPREGADO (A) → parente do empregado doméstico que não presta serviços domésticos remunerados no domicílio.

INDIVIDUAL (DOM. COLETIVO) → para a pessoa só que reside em domicílio coletivo, ainda que compartilhando a unidade com outras(s) pessoa(s) com a(s) qual(is) não tem laços consanguíneos.

3.6) Nasceu neste município?: Marcar SIM se a pessoa nasceu no município de Uberlândia e NÃO em caso contrário. Se SIM, **siga para 3.13.**

OBSERVAÇÃO: Os quesitos 3.7 a 3.12 somente serão preenchidos se a pessoa nasceu em Outro município, ou seja, se marcou NÃO no quesito 3.6.

3.7 e 3.8) Citar o município de nascimento e o estado: preencher com o nome do município e com a sigla do Estado correspondente, ou com o nome do país de nascimento, se não nascido no Brasil.

3.9) Ano em que mudou para Uberlândia: Colocar o ano com quatro dígitos (Ex.: 1964).

3.10 e 3.11) Município em que morava antes: Preencher com o nome do município de residência anterior e com a sigla do Estado correspondente, ou com o nome do país, se morava fora do Brasil.

3.12) Principal motivo que o levou a mudar-se para Uberlândia: Marcar uma das alternativas conforme declaração do entrevistado.

3.13) Estado civil: Marcar uma das alternativas conforme a declaração do entrevistado.

3.14) Número de filhos (especificar a quantidade). Considerar os filhos biológicos ou outros que o entrevistado considera sob sua dependência econômica ou legal.

3.15) Número de filhos com deficiência (especificar a quantidade). Preencher somente com o número de filhos que apresentam deficiência.

3.16) Sua etnia ou cor é: o entrevistador deve ler as alternativas para o entrevistado e marcar a cor ou etnia declarada por esse: “Branca”; “Preta/Negra”; “Amarela” (japoneses e chineses, por exemplo); “Parda” (morena) e “Indígena”.

3.17) Tem cadastro ou frequenta alguma Associação/Instituição de pessoas com deficiência? Marcar SIM (mesmo que tenha feito só o cadastro e não frequenta ativamente) ou NÃO (se não tem nem cadastro e nem frequenta uma Instituição). Se NÃO, **siga para 3.19.**

3.18) Se SIM, qual? Marcar uma alternativa ou mais se a pessoa com deficiência é cadastrada ou frequenta uma ou mais de uma das Associações/Instituições, listadas abaixo, ou Outra (**escrever por extenso**), no caso da instituição não estar listada.

AACD	Associação de Apoio à Criança Deficiente
AADL.....	Associação de Apoio ao Deficiente do Liberdade (Bairro de Uberlândia)
ACAPED.....	Associação Comunitária de Apoio ao Deficiente
ADEF	Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência de Uberlândia / Minas Gerais
ADEVIUD.....	Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia
ADEVITRIM.....	Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro
AFADA.....	Associação Filantrópica de Assistência ao Deficiente Auditivo
APAE.....	Associação Pais e Amigos dos Excepcionais
APARU	Associação dos Paraplégicos de Uberlândia
ASSOSTUDI.....	Associação dos Ostomizados de Uberlândia
ASUL.....	Associação de Surdos de Uberlândia
CEEU.....	Centro Estadual de Educação Especial
CERTO.....	Centro Evangélico de Reabilitação e Trabalho Orientado
ESC. EST. NOVO HORIZONTE.....	Trabalha com deficientes mentais
FUNDAÇÃO PRÓ LUZ	Trabalha com deficientes visuais
INSTITUTO INTEGRAR	Trabalha com deficientes físicos, auditivos e visuais

NADH	Núcleo de Apoio à Diferença Humana
NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ	Trabalha com deficientes mentais
SALA BRAILLE INHAZINHA VILELA.....	Trabalha com deficientes visuais
SAÚDE MENTAL.....	Trabalha com deficientes mentais
VIRTUS.....	Promoção de assistência social e combate à pobreza

3.19) Respondeu à pesquisa realizada em 2004 (Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG/Fase I) ? Marcar uma das alternativas: SIM, NÃO ou NÃO SEI.

4) ESCOLARIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

4.1) Estuda? Marcar uma ou mais alternativas, conforme declaração do entrevistado observando as explicações abaixo:

4.1.1) Não (siga para 4.6): se a pessoa na data da entrevista declarar que não está estudando.

4.1.2) Sim, faça curso regular: se a pessoa estiver freqüentando curso regular do 1º ou 2º grau (ensino fundamental e médio), curso superior ou pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

4.1.3) Sim, faça Curso Técnico/Profissionalizante: se a pessoa estiver freqüentando curso profissionalizante ou técnico, considerando:

Curso Profissionalizante: preparação para uma determinada função a ser exercida e o seu certificado é válido como curso extra curricular ;

Curso Técnico: curso que pode ser integrado ao ensino médio ou realizado separadamente, por meio do qual a pessoa recebe um ensino voltado para o geral do assunto.

Exemplo: se a pessoa fizer um curso técnico em administração, terá multidisciplinas como matemática financeira, noção de documentação etc; já em um curso profissionalizante de auxiliar administrativo ela vai ter apenas base de rotinas de escritório como atendimento a cliente, escrita de cartas etc.

4.1.4) Sim, faça Supletivo: se a pessoa estiver freqüentando curso supletivo de 1º ou 2º grau (ensino fundamental e médio).

4.1.5) Sim, outro: se o entrevistado responder algo que não esteja contemplado anteriormente, bem como cursos de língua estrangeira e informática. Escreva no quadro conforme declaração do mesmo.

4.2) Se sim, município onde estuda: Marque uma das alternativas: 1) Uberlândia (**siga para 4.3**) ou 2) Outro (**siga para 4.4**).

4.3) Bairro (no caso da pessoa com deficiência estudar em Uberlândia): Anotar o nome do bairro onde a pessoa estuda.

4.4 e 4.5) Município (no caso da pessoa com deficiência não estudar em Uberlândia): Anotar o nome do município e a sigla do estado correspondente.

4.6) Qual a escolaridade? Refere-se ao nível de escolaridade que a pessoa tem, ainda que não esteja estudando na data da pesquisa. Neste quesito, deve-se marcar apenas uma das alternativas.

Não lê e não escreve: pessoa que não lê e não escreve. Incluir também a pessoa que apenas assina o nome.

Lê e escreve (sem escolaridade): pessoa que lê e escreve além do nome, mas não tem escolaridade.

Primeiro Grau Incompleto/Fundamental: refere-se às pessoas que **não completaram** as oito séries de estudo do primeiro grau (atual Ensino Fundamental), entendendo-se, aqui, por primeiro grau os antigos primário (1ª a 4ª séries) e ginásio (5ª a 8ª).

Primeiro Grau Completo/Fundamental: refere-se às pessoas que tenham cursado as oito séries de estudo (1ª a 8ª séries).

Segundo Grau Incompleto/Médio: refere-se às pessoas que **não completaram** as três séries de estudo deste ciclo (atual Ensino Médio). Entende-se, aqui, que o segundo grau refere-se ao antigo colegial.

Segundo Grau Completo/Médio: refere-se às pessoas que tenham cursado todos os três anos deste ciclo.

Superior Incompleto: refere-se às pessoas que cursaram pelo menos dois períodos ou 15% dos períodos do curso superior. Por curso superior, entende-se o curso universitário que se inicia após a conclusão do segundo grau, seja em instituição pública ou privada, e que possua reconhecimento institucional do Ministério da Educação. Divide-se em bacharelado (com duração média de 4 anos), licenciatura (com duração média de 4 anos) e tecnológico (tipo de curso profissionalizante com diploma superior e duração média de 2 anos).

Superior Completo: refere-se às pessoas que possuam certificado de conclusão do curso.

Pós-graduação: refere-se às pessoas que concluíram algum curso de Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-doutorado.

4.7) Tem computador em casa? Marcar SIM ou NÃO, de acordo com declaração do entrevistado.

4.8) Faz uso de internet? Marcar SIM ou NÃO, de acordo com a declaração do entrevistado.

4.9) Nos últimos quatro anos (desde 2004) fez algum curso técnico, profissionalizante ou de outra modalidade? Marcar uma ou mais alternativas.

No caso da resposta ser NÃO, siga para 4.14.

4.10) Cursos Técnicos: Citar até dois cursos técnicos realizados nos últimos 4 anos.

4.11) Cursos Profissionalizantes: Citar até dois cursos profissionalizantes realizados nos últimos 4 anos.

4.12) Outros cursos: Citar até dois cursos, inclusive os cursos de língua estrangeira e de informática, caso o informante os cite.

4.13) Onde fez os cursos? Marcar uma das opções ou mais. Em caso de dúvida, consulte o significado das siglas na lista abaixo.

AACD, AADL, ACAPED, ADEF, ADEVIUD, ADEVITRIM, AFADA, APAE, APARU,
ASSOSTUDI, ASUL, CEEU, CERTO, FUND. PRÓ LUZ, INST. INTEGRAR, NADH,
SAÚDE MENTAL, VIRTUS, SALA BRAILE INHAZINHA VILELA, NÚCLEO
SERV. Mª DE NAZARÉ,

SESI

SENAL.....

SENAC

SENAT

Ver lista das Instituições na questão 3.18

Serviço Social da Indústria

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

EMPRESAS PRIVADAS Empresas vinculadas ao setor privado
 ESCOLAS Escolas públicas e privadas

4.14) Atualmente, faz algum Curso Técnico, Profissionalizante ou outra modalidade? Marcar uma das alternativas.

4.15) Cursos Técnicos: Citar até dois cursos técnicos que o entrevistado está fazendo.

4.16) Cursos Profissionalizantes: Citar até dois cursos profissionalizantes que o entrevistado está cursando.

4.17) Outros cursos: Citar até dois cursos, inclusive os cursos de língua estrangeira e de informática, caso o informante os cite.

4.18) Onde faz os cursos? Marcar uma das opções ou mais. Em caso de dúvida, consulte a lista de siglas do item 3.18 e 4.13.

4.19) Nos últimos 4 anos você participou de algum curso de capacitação voltado exclusivamente para deficientes? NÃO (siga para seção 5). SIM (especificar qual curso no item 4.20 e qual a instituição no item 4.21).

5) INFORMAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA

5.1) Tipo(s) de alteração ou deficiência: Marcar uma das alternativas conforme declaração do informante. Se a pessoa com deficiência afirmar que possui mais de um tipo, marcar mais de uma alternativa. Considere as seguintes definições, segundo o Decreto 5296/2004.

Deficiência: Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Tipos de deficiência:

5.1.1) Deficiência Auditiva: perda das possibilidades auditivas sonoras, podendo ser bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz.

5.1.2) Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, **apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;**

5.1.3) Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

5.1.4) Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

5.1.5) Outra: se o entrevistado declarar algum tipo de deficiência não contemplado anteriormente.

5.2) Em caso de Deficiência Auditiva, domina a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Marcar SIM se a pessoa com esse tipo de deficiência fala a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e NÃO em caso contrário.

5.3) Em caso de Deficiência Física, citar o tipo ou extensão da seqüela: Marcar uma das alternativas, considerando:

5.3.1) Amputação – **siga para 5.4;**

5.3.2) Paralisia Total– **siga para 5.4;**

5.3.3) Paralisia Parcial – **siga para 5.4;**

5.3.4) Deformidade congênita ou adquirida – **siga para 5.4;**

5.3.5) Nanismo (deficiência acentuada no crescimento);

5.3.6) Ostomia (caracterizada pelo uso permanente de bolsa coletora de fezes e/ou urina);

5.3.7) Paralisia Cerebral (é o nome que se dá a um grupo de problemas motores (relacionados aos movimentos do corpo) que começam bem cedo na vida e são o resultado de lesões do sistema nervoso central ou problemas no desenvolvimento do cérebro antes do nascimento (problemas congênitos).

5.4) Em caso de amputação, paralisia total, parcial ou deformidade congênita, citar o segmento do corpo comprometido:

5.4.1) Um membro inferior;

5.4.2) Dois membros inferiores;

5.4.3) Um membro superior;

5.4.4) Dois membros superiores;

5.4.5) Um membro superior e um inferior;

5.4.6) Um membro superior e dois inferiores;

5.4.7) Dois membros superiores e dois inferiores;

5.4.8) Paralisia permanente de um dos lados do corpo;

5.4.9) Mão, pé ou dedo polegar.

5.4.10) Nenhuma das alternativas.

5.5) Quando adquiriu a deficiência?: Marcar uma das alternativas: 1. Antes do nascimento (siga para 5.8); 2. No nascimento (siga para 5.8) ou 3. Após o nascimento.

5.6) Em que idade? Colocar o número correspondente à idade quando a adquiriu: **Item 5.6.1:** dias (se antes de 1 mês de idade); **item 5.6.2:** meses (se antes de 1 ano de idade) ou **item 5.6.3** ano(s), quando a partir de um ano de idade.

5.7) Principal causa da deficiência: Assinalar a principal causa da deficiência no caso de ter sido adquirida após o nascimento, considerando que as principais causas de deficiência são:

Antes do nascimento:

Causas Genéticas e congênitas: Síndromes, Hipotireodismo Congênito, Distrofia Muscular, outras más formações;

Causas Infeciosas: Rubéola, Sífilis e Toxoplasmose;

Causas Mecânicas: Quedas, Traumatismos, Tentativa de aborto, Parto prematuro, Hemorragias;

Causas Físicas: Raio X, Radioterapia;

Causas Tóxicas: Medicamentos, Drogas, Álcool/Fumo;

Má Alimentação: Desnutrição, Anemia;

Outras: Hipertensão, fator RH, Diabetes, Problemas Cardíacos.

No nascimento:

Causas Infeciosas: Infecção Hospitalar;

Causas Mecânicas: Anoxia, Traumas Cranianos, Fórceps, Lesões nervosas, Dificuldade de adequação do pulmão ao nascer, passando do meio aquático ao aéreo;

Causas Tóxicas: Medicamentos, Oxigenoterapia (não controlada);

Outras: Prematuridade, Erros metabólicos, Dificuldade Respiratória, Icterícia.

Após o nascimento (após a saída do hospital):

Causas Infeciosas Meningite, Sarampo, Paralisia Infantil, Caxumba, outros;

Causas Mecânicas: Acidentes de trabalho, Automobilísticos; Quedas; Agressões físicas;

Causas Físicas: Fogo, Soda, Instrumentos Cortantes;

Causas Tóxicas: Medicamentos, Alimentos contaminados, Produtos de limpeza;

Má Alimentação: Desnutrição, Anemia, Problemas Metabólicos.

5.8) Sua deficiência requer algum aparelho de reabilitação? Marcar uma das opções: SIM, NÃO ou NÃO SABE. No caso da resposta ser NÃO ou NÃO SABE, siga para 5.13.

5.9) Se sim, assinale o aparelho que considera mais importante, considerando as especificações abaixo.

Próteses: são aparelhos e/ou equipamentos usados para substituir partes do corpo humano como, por exemplo, Pernas Mecânicas, Braços Mecânicos, etc.

Órteses: são aparelhos e/ou equipamentos usados para sustentar ou corrigir alguma parte do corpo humano como, por exemplo, Palmilhas Ortopédicas, Coletes, Tutoras, Talas, etc.

5.10) Já possui o aparelho? Marcar uma das opções: SIM ou NÃO, referindo-se ao aparelho que a pessoa com deficiência considerou como prioritário. Se não, siga para 5.12.

5.11) Se possui o aparelho, como adquiriu? Marcar uma das alternativas, referindo-se ao aparelho que a pessoa com deficiência considerou como prioritário.

5.12) Se não possui o aparelho, qual o motivo? Marcar uma das alternativas, referindo-se ao aparelho que a pessoa com deficiência considerou como prioritário.

5.13) Que tipo de transporte utiliza para ir ao trabalho? Marcar uma ou mais opções. Quando o entrevistado não trabalhar marcar o item **não se aplica**.

5.14) Que tipo de transporte utiliza para tratamento da deficiência? Marcar uma ou mais opções. Quando o entrevistado não realizar nenhum tratamento marcar o item **não se aplica**.

5.15) Que tipo de transporte utiliza para tratamento de saúde? Marcar uma ou mais opções. Quando o entrevistado não realizar nenhum tratamento de saúde marcar o item **não se aplica**.

5.16) Que tipo de transporte utiliza para estudo/educação? Marcar uma ou mais opções. Quando o entrevistado não estudar marcar o item **não se aplica**.

5.17) Que tipo de transporte utiliza para esporte/lazer? Marcar uma ou mais opções. Quando o entrevistado não realizar atividades de lazer marcar o item **não se aplica**.

5.18) Você tem cartão do passe livre da SETTRAN? Marcar uma das opções: SIM ou NÃO.

5.19) Precisa de ajuda para sair de casa? Marcar uma ou mais opções.

5.20) Quais as suas principais atividades de lazer fora de casa? Marcar uma ou mais opções.

5.21) Para você, quais as principais dificuldades de acesso na cidade? Marque até três: Marcar até três opções. Observar que esta resposta se refere unicamente às dificuldades da pessoa com deficiência.

5.22) Qual(is) melhoria(s) foi/foram realizada(s) em relação à acessibilidade dos deficientes na cidade de Uberlândia, nos últimos 4 anos? Marcar uma ou mais opções.

6) SITUAÇÃO DE TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1) Recebe algum benefício como: Marcar uma ou mais alternativas.

Aposentadoria Simples: aposentadoria por idade ou tempo de serviço.

Aposentadoria por invalidez: benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento.

Auxílio Doença: benefício concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos.

BPC (Benefício de Prestação Continuada): benefício destinado a pessoas que não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social. Têm direito ao amparo assistencial os idosos a partir de 65 anos de idade que não exerçam atividade remunerada e as pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho e uma vida independente.

Pensão: benefício pago à família do trabalhador quando ele morre.

Seguro Desemprego: é um benefício integrante da seguridade social que tem por finalidade promover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude da dispensa sem justa causa.

Programa Bolsa Família: transferência de renda destinada às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 120 mensais, que associa à transferência do benefício financeira o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.

Programa Brasil Alfabetizado: programa criado pelo Governo Federal com a missão de abolir o analfabetismo no Brasil. O MEC viabiliza, por meio de repasse de recursos, as condições para que as instituições possam desenvolver a tarefa de ensinar a ler e escrever.

Pró-Jovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária): seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. Oferece oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público.

Projeto do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES): tem por objetivo central a promoção de ações de fomento e apoio ao desenvolvimento local solidário, por meio de Agentes de Desenvolvimento Solidário (ADS) para a geração de trabalho e renda, apoiando a organização de empreendimentos coletivos solidários.

Programa Nacional da Agricultura (PRONAF B): é uma linha de microcrédito produtivo orientado para financiar investimentos de atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural.

Nenhum: (não recebe o benefício)

Outro: (quando a pessoa recebe qualquer outro benefício diferente daqueles já listados).

6.2) Trabalhou nos dias 18 a 22 de agosto de 2008? Marcar SIM ou NÃO. Se Sim, siga para 6.6.

De acordo com a metodologia do IBGE a semana de referência é o período que precede a semana para a realização da entrevista. No caso dessa pesquisa, a semana de referência sempre será de 18 a 22 de agosto de 2008, para conferir maior precisão a análise dos dados, pois todas as respostas se referirão ao mesmo momento no tempo.

6.3) Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a) por motivo de férias, licença, falta ao trabalho, doença, más condições de tempo ou por outra razão? Marcar SIM ou NÃO. Se Sim, siga para 6.6.

6.4) Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio? Marcar SIM ou NÃO. Se Sim, siga para 6.6.

6.5) Na semana de 18 a 22 de agosto de 2008, exerceu tarefas na construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção destinadas ao próprio uso ou das pessoas moradoras no domicílio? Marcar SIM ou NÃO. Se Sim, siga para 6.6.

6.6) Qual era a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 18 a 22 de agosto de 2008? Especificar de acordo com a resposta do entrevistado.

6.7) Teve algum trabalho no período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008? Marcar SIM ou NÃO. O período de referência é de um ano, pois para identificar as pessoas economicamente ativas é necessário analisar no mínimo 365 dias, de acordo com a base de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). A ocupação (ou o emprego) tem um forte conteúdo sazonal, sendo maior em determinadas épocas que em outras. Como a pesquisa vai se estender por um determinado período no tempo, deve-se, portanto, adotar este ano de referência para que o resultado não seja influenciado por variações sazonais.

6.8) Se sim, qual a atividade principal que exercia, qual a sua atividade principal? (período de 17 de agosto de 2007 a 17 de agosto de 2008) Marcar uma das alternativas (considerando como ocupação principal a atividade que exija maior número de horas trabalhadas e que seja remunerada. Em caso de o entrevistado ter mais de uma ocupação com o mesmo número de horas, especificar aquela de maior rendimento). Estudante e dona de casa não são consideradas ocupações para efeito desta pesquisa, devem ser especificada no item Outra.

Agricultura: plantação de arroz, feijão, hortaliças, algodão, cana-de-açúcar, etc.

Pecuária: criação de animais, como por exemplo, gado, suínos, ovinos e caprinos, dentre outros.

Pesca: extração de organismos aquáticos, como por exemplo, peixes, crustáceos, moluscos, etc.

Silvicultura: atividade madeireira ou de reflorestamento, como por exemplo, eucaliptos, pinus, matas nativas.

Exploração Vegetal: atividade extrativista, como por exemplo, coleta de pequi, extração de látex (seringal), coleta de castanha.

Indústrias Extrativa: indústria que beneficia itens coletados diretamente na natureza (pequi, castanha, látex, petrolífera, etc).

Indústrias têxtil: transformação de fibras em fios, de fios em tecidos, têxteis domésticos, etc.

Indústria de madeira e mobiliado: transformação de madeira destinada à construção civil, móveis, etc.

Construção civil: construção de fábricas, pontes, barragens, escolas, igrejas, prédios, casas, etc.

Outras Indústrias de Transformação: outras indústrias que não foram contempladas anteriormente.

Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos: oficinas de reparos de automóveis, motocicletas, bicicletarias, eletroeletrônicos, etc..

Comércio Varejista: venda de produtos diretamente aos consumidores, em quantidades unitárias.

Comércio Atacadista: venda de produtos em grande quantidade, geralmente para comerciantes varejistas.

Alojamento e alimentação: hospedagem, locais destinados à alimentação, etc.

Transporte e armazenagem: transporte de passageiros e carga e armazenagem de produtos

Comunicações, telemarketing e serviços de call center: trabalhos em áreas de comunicação em geral, serviços prestados via telefonia e internet.

Intermediação financeira, bancos, seguros e serviços relacionados: todo tipo de serviço relacionado ao sistema financeiro: serviços bancários, corretoras de seguros, aplicação financeira, lojas financeiras, etc..

Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços relacionados: corretoras de imóveis, imobiliárias, etc..

Administração pública: servidores públicos municipais, estaduais e federais.

Administração privada, secretarias e auxiliares de escritório: prestadores de serviços administrativos em empresas privadas, etc..

Educação: profissionais ligados a escolas públicas e privadas, tanto professores como todos os profissionais da área.

Saúde e serviços sociais: profissionais que atuam em hospitais, clínicas e instituições de assistência social.

Serviços domésticos, diaristas e serviços relacionados: empregadas domésticas, babás, motoristas familiares, cozinheiras, passadeiras, etc..

6.9) Atualmente você está trabalhando? Marcar SIM ou NÃO. Se **NÃO** siga para **6.18**.

6.10) Se sim, qual a atividade principal que exerce, qual a sua atividade principal?(período atual) De acordo com as atividades e suas respectivas definições contempladas na questão **6.8**.

6.11) Em relação ao seu trabalho, você é? Marcar uma das alternativas, considerando que esta questão refere-se apenas à ocupação principal.

Empregado permanente c/ carteira: refere-se à pessoa assalariada com registro em carteira com a duração do contrato sem um término estabelecido;

Empregado permanente s/ carteira: pessoa assalariada sem registro em carteira com a duração do contrato sem um término estabelecido;

Empregado temporário com contrato: aquele que possui contrato de trabalho com término especificado, possuindo carteira de trabalho assinada.

Empregado temporário sem contrato: aquele que possui contrato de trabalho com término especificado sem que haja o registro em carteira.

Conta própria (ambulante, autônomo, eventual): pessoa que trabalha explorando seu próprio negócio em locais diversos (não fixo) e sem caráter de continuidade e previsibilidade.

Exemplo: vendedor em semáforo, em ruas, etc.

Funcionário público: pessoa empregada em área do setor público, seja ela federal, estadual ou municipal, tanto da administração direta como indireta, inclusive militares.

Cooperado: trabalhador que participe de alguma atividade autogestionária (cooperativa),

Empregador: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado;

Trabalhador na produção para consumo próprio: pessoa que produz somente para o consumo próprio e de sua família, ou seja, produção de subsistência;

Outro trabalhador não remunerado: pessoa que exerça atividade sem remuneração;

Outro: Especifique.

6.12) Município onde trabalha: Marcar o nome do município onde se localiza o local de trabalho da pessoa em questão ou Outro.

6.13) Bairro (no caso do deficiente trabalhar em Uberlândia): Anotar o nome do bairro onde a pessoa estuda.

6.14) Município (no caso do deficiente não trabalhar em Uberlândia): Anotar o nome do município.

6.15) Estado: Anotar o estado respectivo à resposta do item 6.14.

6.16) Quantas horas trabalha por semana? Deve-se preencher com o número de horas de trabalho semanais referentes à ocupação principal.

6.17) Quantas horas trabalha por dia? Deve-se preencher com o número de horas de trabalho diário referentes à ocupação principal. **Siga para 6.20.**

6.18) Há quanto tempo não trabalha? Marcar uma das opções.

6.19) Qual o motivo de não estar trabalhando atualmente? Marcar uma alternativa ou mais. Se o entrevistado indicar o subitem “6.19.1 A deficiência o impede”, **siga para 6.22.**

6.20) Procurou trabalho nos últimos 30 dias? Marcar SIM ou NÃO. Se NÃO **siga para 6.22.**

6.21) Qual foi a última providência que tomou para conseguir trabalho? Marcar uma ou mais opções.

6.22) Em sua opinião, o que seria necessário para você ter acesso ao mercado de trabalho? Marcar uma ou mais opções.

6.23) Você conhece a lei de quotas para pessoas com deficiência? Marcar SIM ou NÃO.

6.24) A Lei de Quotas estabelece que a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher parte dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência. Você sabe que em Uberlândia existem estas vagas? Marcar SIM ou NÃO.

<p>Atenção: Os quesitos 6.25 a 6.27, a seguir, devem ser respondidos somente se o entrevistado adquiriu a deficiência após o nascimento.</p>

6.25) Trabalhou antes de adquirir a deficiência? Marcar SIM ou NÃO. Se NÃO siga para 6.28.

6.26) Horas trabalhadas por semana antes da deficiência. Deve-se preencher com o número de horas de trabalho semanais.

6.27) Qual a sua atividade principal antes da deficiência? Marcar uma das alternativas:
De acordo com as atividades e suas respectivas definições contempladas na questão **6.8**.

6.28) Qual foi o seu rendimento no mês de julho de 2008? Preencher com o valor inteiro e em reais (não colocar centavos após a vírgula).

6.29) Qual a renda total da família no mês de julho de 2008 (incluindo o seu rendimento)? Anotar a renda declarada lembrando-se de incluir a renda da pessoa com deficiência, inclusive rendas que sejam de benefícios.

6.30) Conhece alguma pessoa com deficiência que mora próxima à sua residência? Marcar SIM ou NÃO. Se SIM, anote no campo das observações o nome e o endereço da pessoa com deficiência conhecida.

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO – CONTROLE DIÁRIO DE COLETA DO ENTREVISTADOR

O formulário CONTROLE DIÁRIO DE COLETA DO ENTREVISTADOR tem a função de exercer um registro dos questionários retirados pelo entrevistador, bem como a situação final de entrega dos mesmos. Seu preenchimento é de fundamental importância para o controle das atividades realizadas em cada rota recebida pelo pesquisador. As explicações para o preenchimento acompanharão o número e nome correspondente a cada campo.

Campo 01: Deve-se registrar o intervalo numérico dos questionários utilizados pelo entrevistador no dia da entrevista.

Campo 02: Marcar o número de questionários em branco (sem numeração). Esses questionários não estão disponíveis para substituição em caso de rasura, e sim, caso seja encontrada uma pessoa com deficiência que não estava prevista para a rota recebida.

Campo 03: Colocar o número total de questionários utilizados no dia.

Campo 04: Preencher a data em que o pesquisador realizou as entrevistas.

Campo 05: Nome do entrevistador.

Campo 06: Número pré-definido de cada entrevistador.

Campo 07: Nome do Supervisor.

Campo 08: Número pré-definido do supervisor responsável.

Campo 09: Setor da cidade correspondente à rota.

Campo 10: Colocar o número que corresponde à rota dada ao entrevistador pelo seu supervisor. Se o entrevistador realizar entrevistas em mais de uma rota no dia, deve especificar as rotas e setores nas quais trabalhou.

Campo 11: Total de questionários realizados (soma dos questionários simplificados, parciais e completos).

Campo 11.1: Total de questionários simplificados.

Campo 11.2: Total de questionários parciais (quando o questionário não for respondido completamente por algum motivo).

Campo 11.3: Total de questionários completos.

Campo 12: Total de entrevistas não realizadas. Nesse campo deverá ser registrado pelo pesquisador o número total que contempla todas as situações nos casos abaixo:

Campo 12.1: Ausente (A): Quando a pessoa com deficiência não estiver presente no momento em sua residência.

Campo 12.2: Recusa (R): Quando a pessoa com deficiência ou entrevistado se recusar a responder o questionário.

Campo 12.3: Mudou-se (M): Quando a pessoa com deficiência tiver mudado de endereço. Nesse caso, tentar obter com a vizinhança o novo endereço da mesma.

Campo 12.4: Falecimento (F): Quando a pessoa com deficiência faleceu.

Campo 12.5: Não Encontrado (N): Quando a pessoa com deficiência não for encontrada (endereço incorreto, domicílio vago ou outro motivo).

Campo INFORMAÇÕES E/OU OBSERVAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS NÃO REALIZADAS: o entrevistador deve informar o nome completo da pessoa com deficiência, marcar o motivo de não ter realizado a entrevista (neste caso, marque com um X de forma visível) e, em seguida, coloque o endereço completo dessa pessoa.

Campo (Observações Gerais): anotar informações relevantes sobre as visitas ocorridas. Se necessário, utilize o verso da folha.

Campo (Assin.do Entrevistador): Nesse campo deve constar a assinatura do entrevistador.

Campo (Assin.do Supervisor): Nesse campo deve constar a assinatura do Supervisor.

Campo (Recebido por): Nesse campo deve constar a assinatura do responsável pelo recebimento, no caso de não ter sido o Supervisor.

Campo (Data): Nesse campo deve constar a data de recebimento dos questionários.



LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E DE ATENDIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM UBERLÂNDIA-MG

1 – DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1. Nome da Instituição:

1.2. Nome do Diretor (a) / Presidente (a):

1.3. Endereço:

1.4. CEP:

1.5. Telefones:

1.5.1.

e

1.5.2.

1.6. E-mail:

1.7. Data de fundação:

1.8. Data de início das atividades:

1.9. A Instituição é uma filial?

1. Sim

2. Não (siga para seção 2)

1.10. Localidade da matriz:

1.10.1. Uberlândia

e/ou

1.10.2. Outra

2 - ATENDIMENTO

2.1. Total de pessoas cadastradas:

2.2. Total de pessoas atendidas atualmente:

2.3. Há vagas na Instituição:

1. Não (siga para 2.6)

2. Sim

2.4. Quantidade:

2.5. Motivos da não ocupação das vagas:

2.6. A Instituição é governamental ou privada: 1. Privada 2. Municipal 3. Estadual 4. Federal

2.7. A instituição atende pessoas com deficiência de outros municípios? 1. Não(siga para 2.10) 2. Sim

2.8. Quantidade de pessoas atendidas:

2.9. Município:

2.10. Quais os tipos de deficiência que a instituição atende?

2.11. A instituição oferece aparelho de reabilitação? 1. Não(siga para 2.13) 2. Sim

2.12. Qual(is)?

2.13. A instituição oferece ajuda aos atendidos:

2.13.1. Cesta básica 2.13.3. Transporte especial

2.13.2. Vale transporte 2.13.4. Outra

2.14. A instituição oferece curso profissionalizante? 1. Não(siga para 2.17) 2. Sim, na própria instituição 3. Sim, em parceria com outra instituição.

2.15. Cursos ofertados:

2.16. Quantidade de pessoas atendidas:

2.17. A instituição oferece curso técnico? 1. Não(siga para 2.20) 2. Sim

2.18. Cursos ofertados:

2.19. Quantidade de pessoas atendidas:

2.20. A instituição oferece serviços, tais como:

2.20.1. Médico 2.20.3. Psicólogo 2.20.5. Dentista

2.20.2. Assistente social 2.20.4. Advogado 2.20.6. Outro

2.21. A instituição participou da pesquisa anterior? 1. Sim 2. Não 3. Não sei

2.22. A instituição recebe algum tipo de ajuda? 1. Não(siga para 2.24) 2. Sim

2.23. Tipo de ajuda recebida:

2.23.1. Prefeitura Municipal 2.23.4. Doação pessoa física
 2.23.2. Governo Estadual 2.23.5. Doação pessoa jurídica
 2.23.3. Governo Federal 2.23.6. Nenhuma ajuda

2.23.7. Outra

2.24. Atualmente, quais são as necessidades da Instituição?

2.24.1. Pessoal capacitado 2.24.2. Transporte 2.24.3. Nenhuma
 2.24.4. Infraestrutura 2.24.5. Participação dos deficientes 2.24.6. Alimentação
 2.24.7. Outra

2.25. Cite os principais bairros de residência das pessoas atendidas pela instituição, em Uberlândia:

2.26. Esta instituição realiza ações e projetos com outras instituições?

Instituição	Município

2.27. Qual a importância desta instituição para a população uberlandense?

OBSERVAÇÕES
